

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

GERALDO BAPTISTA
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Geraldo Baptista (GB)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC), Luiz Octávio Coimbra (LO), Gilberto Hochman (GH)

Data – 03/12/1986 a 02/04/1987

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 5h54min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

BAPTISTA, Geraldo. *Geraldo Baptista. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 119p.

Geraldo Baptista

Geraldo Augusto de Faria Baptista nasceu em Belo Horizonte, em 1908, pertencendo a uma família de classe média do interior de Minas Gerais. Até os 15 anos viveu em Minas Gerais; onde cursou o primário no Grupo Escolar Afonso Pena, e os primeiros anos do curso secundário no Ginásio Mineiro.

Em 1924, com a mudança da família para o Rio de Janeiro, concluiu o secundário no Colégio Pedro II. Em 1925, ingressou na Faculdade Nacional de Direito, formando-se em 1929.

Iniciou sua carreira profissional no cartório do pai, e em seguida, trabalhou num escritório de advocacia. Em 1931, ingressou no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), como primeiro adjunto do procurador-geral do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), atuando na área da Previdência Social.

Em 1938, foi requisitado pelo recém-criado Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), para ocupar o cargo de procurador-geral.

Em 1942, integrou a delegação brasileira na 1ª Conferência Interamericana de Seguridade Social, realizada em Santiago do Chile. Dois anos depois, voltou à Procuradoria da Previdência Social, do MTIC, e no ano seguinte, após a queda de Getúlio Vargas, presidiu o CNT no governo José Linhares.

Em 1947, retornou ao MTIC e, quatro anos mais tarde, participou da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, que reviu o primeiro projeto de Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), do então deputado Aluísio Alves.

Participou também, em 1953, do processo de unificação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), e mais tarde, no final da década de 50, atuou como consultor de legislação social do Senado, no período de aprovação da LOPS.

No início dos anos 60, integrou a Comissão Permanente de Direito social (CPDS), que avaliava processos relativos à Previdência Social.

Em 1965, apresentou-se e voltou a exercer advocacia. No governo Chagas Freitas (1970/1974), assumiu o cargo de Secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro.

1ª ENTREVISTA – 03/12/1986

Fita 1 – Origem familiar; lembranças da infância em Belo Horizonte; lembranças do Grupo Escolar Afonso Pena; formação religiosa; influência intelectual do pai; a política em Minas Gerais no início do século; a condição econômica da família; origem de Belo Horizonte; a mudança da família para o Rio de Janeiro; precariedade da assistência médica previdenciária em Belo Horizonte no início do século; a capital mineira como local privilegiado para a cura da tuberculose; a nova ocupação do pai; o ingresso no Colégio Pedro II; lembranças do Colégio Pedro II; o primeiro ano da Faculdade Nacional de Direito; a prática de esportes; o ambiente universitário; o trabalho na revista universitária *ÉpocaI*; os estudos ibero-americanos; comentários sobre o corpo docente da Faculdade Nacional de Direito; influência da esquerda na faculdade; o governo Arthur Bernardes.

Fita 2 – A equipe da revista *Época*; a política na República Velha; ausência de matérias de legislação trabalhista e previdência social na faculdade; as primeiras atividades profissionais; comentários sobre a Revolução de 1930; o ingresso no MTIC; o trabalho com as CAPs no MTIC.

2ª ENTREVISTA – 11/12/1986

Fita 2 (continuação) – A situação das CAPs no início dos anos 30; comentários sobre as CAPs; a representação dos trabalhadores no CNT; as reuniões do CNT; comentários sobre o Decreto-lei nº 20.465 das CAPs; explicações sobre a origem dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs); comentários sobre a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM); os conselhos de administração dos IAPs; o papel do CNT.

Fita 3 – O trabalho dos médicos no CNT; influência internacional na legislação previdenciária brasileira; assistência médica nos IAPs; origem do IAPI; as funções dos inspetores das CAPs; o regulamento dos serviços médicos das Caixas; perfil de João Carlos Vital; o trabalho como procurador-geral do IAPI; a política habitacional do IAPI; a perícia médica no IAPI; a saúde do IAPI; a 1ª Conferência Interamericana de Seguridade Social.

Fita 4 – A Previdência Social e a Seguridade Social; relato da 1ª Conferência Interamericana de Seguridade Social; comentários sobre a Previdência Social no Brasil; o Instituto de Serviço Social do Brasil (ISSB); a unificação das CAPS, em 1953; o trabalho como presidente do CNT; a reforma do CNT, em 1946; a Previdência Social na Constituinte de 1946; referência à LOPS; a Previdência Social para artistas, intelectuais e escritores; a 2ª Conferência Interamericana de Seguridade Social, em 1947; comentários sobre o ISSB.

3ª ENTREVISTA – 26/02/1987

Fita 5 – Comentários sobre o ISSB; o primeiro projeto de LOPS, em 1947; atuação na Comissão Nacional de Bem-Estar Social de 1951; a ideia da direção colegiada na gestão da Previdência social; o trabalho como consultor da legislação social do Senado no período de aprovação da LOPS; conceito de associado, segurado e beneficiário; a Fundação da Casa Popular; a política dos IAPs; o débito da União com a Previdência Social no governo Juscelino Kubitschek; críticas ao projeto da LOPS aprovado pelo Congresso Nacional; o período da administração colegiada na Previdência Social; atuação na CPDS; a encampação do seguro de acidente de trabalho pela Previdência social.

4ª ENTREVISTA – 02/04/1987

Fita 6 – O regulamento da LOPS; trajetória profissional na Previdência Social; a extensão da Previdência Social ao trabalhador rural; avaliação da assistência médica na Previdência Social; comentários sobre a unificação dos IAPs; atuação na CPDS; comentários sobre aposentadoria por tempo de serviço; a dívida da União com a Previdência Social; o movimento de 1964 e as mudanças na Previdência Social; a indicação para Secretário de Justiça no primeiro governo Chagas Freitas; as publicações na área da Previdência Social.

Data: 03/12/1986

Fita 1 – Lado A

LO - Bem, nós estamos no dia três de dezembro de 1986 com o doutor Geraldo Baptista o escritório dele na cidade, mais uma etapa, Rio de Janeiro, mais uma etapa do Projeto Memória da Previdência Social e Assistência Médica na Previdência Social, FIOCRUZ, INAMPS, Casa de Oswaldo Cruz, com Luiz Otávio e o Marcos.

MC - Doutor Geraldo Baptista, eu queria começar desde o início mesmo; onde é que o senhor nasceu e em que ano?

GB - Eu sou natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, nasci no ao de 1908, no mesmo ao que faleceu o Machado de Assis, aos dezesseis de julho.

MC - Sim, e a sua família, qual é a origem da sua família?

GB - A minha família é uma família interessante, porque meu pai era do norte de Minas, Paracatu, que agora parece até que ficou mais importante porque fica na Belo Horizonte-Brasília. Naquela época era uma cidade praticamente colonial esquecida do tempo e minha mãe é do sul de Minas, é natural de uma cidade, hoje cidade, naquela época era um povoado que fazia parte do Município Campanha da Princesa, bem ao sul de Minas. Eu não sei como eles se encontraram, penso eu que se encontraram em Campanha. O fato é que se casaram em 1907, foram morar em Belo Horizonte, onde meu pai era professor e lá nasci eu. Em 16 de julho de 1908.

MC - É, o senhor está dizendo que o seu pai era professor?

GB - Meu pai era professor de geografia na Escola Normal de Belo Horizonte. Foi professor do Célio David, ouviu falar no David?

MC - David?

GB - É. Meu pai foi professor de uma determinada moça, que depois naquela época ficou conhecido no Brasil inteiro, que a certa altura descobriu-se que não era uma de sexo feminino e sim de sexo masculino, foi operada por um grande cirurgião mineiro chamado David Rabello e um belo dia era, eu não me lembro mais o nome feminino, mas um belo dia transformou-se em David, e o David até depois de passar a usar calça masculina ainda foi à Escola Normal se despedir das suas antigas colegas inclusive de meu pai que era professor.

MC - O senhor está dizendo que a família do senhor é bem do interior, não é isso?

GB - Bem do interior, exato, e depois fomos para a capital.

MC - Sim, tanto o lado de acompanhar sua família, são o que, de classe média ou eram mais abastadas?

GB - Da classe média, meu pai era assistente de professor, classe média, minha mãe o pai dela era um comerciante lá em Campanha, mas naquela época comerciante também era classe média e eu até hoje não consegui sair da classe média, apesar de ter tido algum êxito na advocacia, eu me considero classe média, se alta baixa ou média eu deixo para os estatísticos resolverem sabe.

MC - O senhor passou a infância do senhor em Belo Horizonte?

GB - Nós moramos até os quinze anos, aos quinze anos a família veio toda para o Rio. Meu pai veio exercer um cargo aqui no Rio e viemos junto com ele. Nessa época eu cursava o Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Naquela época, não sei se vocês se lembram, o ensino era dividido em três partes: primário, secundário e superior, o primário eu fiz em Belo Horizonte na escola Grupo Escolar Afonso Pena e iniciei o secundário lá no Ginásio Mineiro, mas tive que interromper quando viemos para o Rio, terminei então o quinto ano no Colégio Pedro II, em 1924. Em [19]25 eu fiz o vestibular para Direito, faculdade de Direito, na antiga Universidade do Rio de Janeiro e lá cumpri meu curso de Direito em 1929.

MC - O senhor poderia me dizer como é que foi assim, como é que foi assim sua vida em Belo Horizonte, como é que, essa vida de infância?

GB - Eu tenho boas recordações de Belo Horizonte, embora não vá lá há muito tempo, porque o que aconteceu, o mineiro emigra muito e tudo aquilo, meu círculo de amigos, de colegas acabou vindo para o Rio de Janeiro. Então hoje em dia não tem mais nenhum laço que me prenda a Belo Horizonte, daí razão pela qual eu não tenha voltado lá. Voltei em [19]67 porque minha filha casou-se com um mineiro que tinha recém, era recém-chegado de Belo Horizonte, ainda estava imbuído daquele espírito de mineiridade, e quando soube que eu não ia lá há trinta anos ficou revoltado e organizou então um passeio, e eu revi minha terra natal, com bastante, aliás, tristeza. O Carlos Drummond de Andrade fez uma poesia muito bonita chamada “Triste Horizonte”, porque ele estava na mesma situação do que eu: o Belo Horizonte do tempo de mocidade era bem diferente, era uma cidade provinciana, mas que todo mundo se dava, todo mundo se conhecia e uma cidade bem organizada, uma cidade que tinha sido planejada e não tinha essa de fora, da Avenida do Contorno, porque a cidade foi planejada de maneira que havia uma larga avenida que fazia volta que chamava Avenida de Contorno. Os bondes eram bondes pequeninos, que de vez em quando descarrilavam, mas aquilo até, para nós meninos e rapazes aquilo era até uma brincadeira. As sessões de cinema que eu frequentava em geral, na noite ou aos domingos e matinês no Cinema Odeon, havia poucos cinemas, os bailes eram poucos também do Clube Belo Horizonte e havia, a cidade era muito mais aconchegada. Quando eu voltei lá em 1967 encontrei quase uma metrópole com todos os vícios, que espero você conheça, que você é muito moço, mas já deve conhecer os vícios da metrópole. Aquilo tudo que existe hoje em ponto grande no Rio de Janeiro já existia em Belo Horizonte em [19]67 em pontos menores evidentemente.

MC - O senhor morava assim, em que bairro o senhor morava em Belo Horizonte?

GB - Eu morava no centro, lá na Avenida João Pinheiro, é uma Avenida que sai da Praça Afonso Arinos e vai até a Praça da Liberdade onde ficava o Centro Cívico, o Palácio da Liberdade, a Secretaria do Estado, eu morava mais ou menos perto do Palácio da Liberdade, era um ponto bom até de Belo Horizonte, uma larga avenida, tinha seis renques

de árvores, apenas um no passeio mais um outro adiante do passeio, mais um outro no meio da rua por onde passava a iluminação elétrica. Avenida larguíssima, toda calçada de paralelepípedos e não (TI) paralelepípedos como dizia o Dutra e de maneira que era uma vida muito agradável. Só que essas saudades que eu tenho provavelmente vem da minha idade não, a minha idade é uma idade que a gente, nessa idade começa a se agravar, você começa a ter saudade de tudo que passou e sente por isso porque já passou. Você sabe que o Tristão definiu o passado, o Tristão de Athayde dizia: “O passado é o que não passou do que já passou”. É o que acontece com a gente, tudo que a gente se lembra daquela época tem um tom de nostalgia e é muito mais simpático, embora eu esteja muito satisfeito com minha vida aqui no Rio. Tive bastante êxito, constituí família, tenho filhas, tenho netos, tenho até bisnetos.

MC - Quando o senhor fala que tem saudade daquela época, o que mais marcou o senhor na infância? Neste período de infância, o senhor tem assim lembrança?

GB - Essa pergunta que eu vejo frequentemente ser feita e nessas alturas, quando eu estou vendo televisão, e eu pergunto a mim mesmo: se alguém me perguntar isso eu não sou capaz de dizer, porque tudo marca a gente sabe, depende da época da vida. Eu me lembro de que quando eu era garoto o que mais me marcava era a época dos exames, que eu sempre fui muito... Não fui estudioso, mas fui cuidadoso com minhas notas de maneira que véspera de exame eu me metia em casa, passava às vezes um mês em casa, recordando a matéria toda, não era que eu fosse um grande estudioso, não, eu gostava muito do convívio com os colegas, molecagem de colegas, agora véspera de exame eu me metia em casa para estudar. Isto me marcava muito, vinha um exame, passava e aquilo, aquela euforia que vinha depois do exame, daí marcava muito. Ah... Depois veio a adolescência, e você sabe como é a adolescência, a gente começa a descobrir uma porção de coisas, inclusive o sexo, isso me marcou muito também, quando eu descobri o sexo e naquela época era cedo, com 14 anos a gente já estava bem enfrinhado. Isso me marcou muito também, e acho que se alguém disser que não marcou é que está querendo ocultar.

MC - O senhor fez o que, o que era Grupo Escolar naquela época?

GB - Lá havia vários grupos escolares, o ensino lá era muito bem organizado sabe, talvez até melhor do que hoje, porque esses grupos escolares eram núcleos escolares bem grandes com muitas professoras, com um grande número de alunos, eu me lembro que o meu grupo escolar devia ter mais de 200 alunos, numa cidade como Belo Horizonte que era uma cidade quase que principiante e quando eu nasci, Belo Horizonte tinha apenas 11 anos de vida. Belo Horizonte foi fundada em dezembro de 1897. Eu nasci em [1908], fiz meu curso primário, eu comecei com sete anos, portanto 1915 a 1919, Belo Horizonte ainda era uma cidade principiante. Este grupo era muito bem organizado, fiz um bom estudo. E o Ginásio Mineiro também, tinha um bom reitor, um reitor muito severo, que ainda comparecia de fraque. Naquela época vários professores davam aula de fraque, não sei se vocês sabem disso. Sabe o que é fraque? Hoje em dia chamam casaco de fraque, mas fraque era uma espécie de paletó com a parte de trás comprida e as calças não eram listradas, eram calças comuns, tipo, colarinho, era colarinho de ponta virada. Pois grande parte dos professores davam aula de fraque e o reitor, esse então, não deixava de comparecer de fraque. Na maior severidade, na maior austeridade, naquela época não se brincava em serviço absolutamente, quando ele reunia os alunos havia um certo tremor na assistência, porque era o professor Alípio Peres que era muito severo. Mas isso por outro lado infundia muita disciplina e a gente acabava levando a sério o estudo. Hoje,

quando eu vejo uma sala de aula, fico inteiramente, não digo apavorado, mas fico perplexo, esta intimidade que há entre professor e aluno, o professor se veste exatamente igual aos alunos. Na minha época a diferença era total.

MC - É. O senhor fez o período de grupo escolar, o senhor se lembra a época em que o senhor fez o período?

GB - De [19]15 a [19]19, fim da guerra até a Gripe Espanhola.

MC - É, esse período da guerra, o senhor se lembra, o senhor tem lembranças deste período?

GB - Lembro, lembro porque aconteceu uma coisa engraçada: quando começou a guerra, eu já, 1914, eu tinha seis para sete anos aquilo passou a me interessar, e à medida que a guerra foi se desenvolvendo eu fui me interessando cada vez mais. E, a princípio, eu era germanófilo, porque eu não sei, e eu já tinha mania de fazer jornaizinhos, que eu sempre fiz jornaizinhos, sabe, em toda minha vida. E fazia os jornaizinhos ilustrados, então tinha lá aquela fileira de soldados alemães em pé e a fileira de soldados aliados todos no chão. Mas aí a família começou a fazer pressão sobre mim, o Brasil entrou na guerra e eu tive que passar para o lado dos aliados.

MC - O senhor não passou muito convictamente então, não é?

GB - Não, depois fiquei com... Aí aconteceu muita coisa: quando o Brasil entrou na guerra, Belo Horizonte tinha muitos estabelecimentos alemães, tinha o Colégio Arnaldo que era de frei, de frades alemães, as várias padarias, que também eram de alemães e a população, evidentemente, no dia que o Brasil declarou guerra, não sei se aconteceu no Rio, não me lembro mais, a população reuniu-se e resolveu quebrar tudo que era de alemão lá; padarias, confeitarias, tudo isso foi quebrado, e o Colégio Arnaldo, que tinha um edifício enorme com quatro torreões, chegaram até a dizer lá, não sei se foi um jornal que disse, meu pai comentou isso, que estavam com receio que houvesse peça de artilharia colocados no alto daqueles torreões. Isso em Belo Horizonte, lá no interior de Minas, na pacata Belo Horizonte de 1915.

MC - Esse sobrenome aí Baptista é de que origem?

GB - Eu não sei.

MC - O senhor não sabe qual é a origem?

GB - Eu sei que meu pai é de Paracatu. É interessante porque meu avô era Paula Baptista, Francisco Paula Baptista, minha mãe era Roquete, o pai dela era Roquete Franco, agora, de onde vem o Baptista eu não sei, porque eu me lembro o seguinte: eu, uma ocasião, fiquei interessado em genealogia e meu pai quando soube aquilo, conversando com ele disse: “Olha é bom você não apurar, ir muito longe porque você vai encontrar um padre aí no caminho.” Este padre realmente, depois eu conferi, não era muito comum na época, havia realmente um padre na família. Em época um pouco mais distante, mas havia.

LO - A sua família era religiosa?

GB - Como?

LO - Seus pais eram católicos?

GB - Sempre, minha mãe era ultra religiosa, minha mãe é muito religiosa sabe, e nos educou bastante na religião católica, depois cada qual tomou sua atitude perante a fé, não perante Deus, mas perante a fé, mas ela era muito religiosa. Meu pai já não era tanto, meu pai era um pouco mais cético, mas minha mãe tinha uma fé absoluta. Belo Horizonte havia muitas trovoadas, com raios porque Belo Horizonte era naquela época, ainda é, uma espécie de buraco, cercada de montanhas, de maneira que até hoje as tempestades lá são conhecidas, os raios caíam bem em cima da cidade. Toda vez que havia uma tempestade minha mãe reunia os filhos todos, tinha um oratório, com vela dentro ou então aquela palha que fica do dia, na Páscoa, palha benta, acendia-se aquilo e rezava-se uma oração para Santa Bárbara, que parece que é padroeira contra as tempestades. E ela foi assim até o dia em que morreu: absoluta fé na religião.

MC - E o senhor?

GB - Essa pergunta é um pouco confusa sabe, porque eu até hoje não sei se mantive aquela fé que ela me passou não, sabe. Um pouco de ceticismo, às vezes eu venho para um lado às vezes venho para o outro, não sei dizer a você a minha posição sabe. Gostaria de ter, gostaria.

MC - Gostaria. O senhor está dizendo que o seu pai era professor de geografia, não é isso? E havia um ambiente intelectual em casa... Havia discussões?

GB - Sempre houve sabe. Meu pai era um homem estudioso, um homem culto, tinha uma boa biblioteca e eu sempre gostei muito de ler, de maneira que logo que eu pude eu comecei a ir até a biblioteca dele. Eu me lembro que o francês, que eu aprendi no colégio, no ginásio, mas muito precariamente, eu lia os livros dele em francês com o dicionário, com aquela vontade de ler, li muito com o dicionário ao lado, e assim eu aprendi francês. Depois fui para o inglês, a mesma coisa, li muito livro em inglês com dicionário ao lado, com esforço. Meu pai, neste ponto, como é que se diz, incentivou muito a nossa cultura e o nosso apego à literatura, embora, no ensino daquela época, houvesse esse defeito, porque eu fiz quatro anos de escola primária, não é? Cinco anos de curso secundário e nunca se falou em literatura, nunca houve aula de literatura nunca houve curso de literatura, nunca houve nada. Tudo aquilo eu aprendi fora da escola, é impressionante. O curso secundário era geografia, história do Brasil, história universal, aritmética, geometria, trigonometria, mas nada sobre português; aliás, um português bem ensinado, mas nada sobre literatura, mesmo a história da literatura portuguesa, nunca me ensinaram nada, isto tudo eu fui aprender fora. Agora, acontece o seguinte também: quando eu terminei o curso primário ainda faltava um ano para eu ficar com idade para ser admitido no curso secundário, no ginásio. Esse ano meu pai me fez tomar aulas extras com um grande professor que havia em Belo Horizonte chamado Moraes, de português. Esse sim, esse começou a me chamar atenção para a literatura brasileira e portuguesa e uma coisa que eu também não tinha aprendido no colégio que era composição, aprendi a compor, a criar meu estilo, a redigir.

MC - Sei, e, sendo seu pai professor de uma área, geografia, tinha sempre alguma ligação com a área de humanidades. Havia alguma, ele tinha uma, trazia para casa discussões políticas, havia algum tipo de debate nesse sentido, a preocupação dele?

GB - Bom a política, a política até, enquanto eu estive em Belo Horizonte a política lá era uma política muito, vamos dizer, muito de aldeia compreende, porque, não sei se você sabe, o Brasil naquela época estava na mão dos PRs, era PRM em Minas, Partido Republicano Mineiro, PRP em São Paulo e por aí afora. Lá a política, eu, meu pai pertencia à política do Arthur Bernardes, então nós todos lá éramos bernardistas. O que ouvia falar era tudo muito bem do Bernardes e muito mal dos adversários dele. A própria imprensa, tinha a imprensa bernardista e a imprensa oposicionista que era uma imprensa, aliás, muito rarefeita porque não havia muito assim clima para oposição e não havia dinheiro praticamente. Então a imprensa oposicionista nem entrava lá em casa, o que entrava era o jornal bernardista, a propaganda do Bernardes, eu sempre fui bernardista. Isso que era a política que havia em Belo Horizonte na minha época.

MC - E quem era oposição nesta época?

GB - Olha, digo com franqueza que não me lembro, falava-se em fulano, sicrano, beltrano sempre comum adjetivo pejorativo na frente sabe? Mas eu não me lembro, eu era um pouco criança para me lembrar disto. Quando nós viemos para o Rio de Janeiro, aí então sim, é que eu entrei para a faculdade e na faculdade eu comecei a pensar em outros assuntos, inclusive em política ibero-americana que foi uma das coisas mais importantes que eu aprendi na faculdade, eu comecei a me interessar pelo ibero-americanismo.

MC - Antes de começar a explorar esta parte, seu pai era professor e naquela época dava para sustentar uma família, um professor?

GB - Parece incrível, mas dava, porque meu pai além de professor, ele era membro, havia um Conselho Superior de Instrução Pública, mas era, ele era membro do Conselho, mas era um cargo honorário, honorífico. Mas dava, tanto que eu só comecei a trabalhar quando eu vim para o Rio, por incrível que pareça. Lá eu nunca trabalhei, não precisei trabalhar. O que meu pai ganhava como professor dava perfeitamente, evidentemente que não havia, não se havia gastos, porque a própria vida da cidade era uma vida modesta, que Belo Horizonte era uma cidade de funcionais, sobretudo funcionários. Depois que ela começou a ganhar forma e tamanho e aí começaram a vir os ricos, os fazendeiros ricos, os industriais ricos. Mas enquanto eu morei, lá era uma cidade praticamente de funcionários, então havia uma certa uniformidade no padrão de vida, entendeu? Eu me lembro, lá eu me dava com todo mundo, com os filhos de todo mundo e, e falava em fulano rico era muito raro. E mesmo fulano rico se dava com todo mundo, não havia essa divisão que há hoje aqui na nossa cidade e em qualquer cidade grande do Brasil.

MC - O senhor está dizendo que a cidade de Belo Horizonte era de muito, era composta de muitos funcionários, por que assim?

GB - Pelo seguinte, porque a capital mineira era Ouro Preto e começaram a pensar o seguinte: porque Ouro Preto é uma cidade colonial de ladeiras, começou a ficar, começaram a achar difícil, foi o que eu ouvi, começou a ficar pequena para uma capital. Então começaram a pensar na mudança de capital. Nomearam uma comissão, comissão de engenheiros importantes que correu várias localidades em Minas examinando as

condições topográficas, climáticas, várias espécies, pudessem para uma capital. Isso depois, o relatório foi levado então a Ouro Preto. E, talvez com a ideia de adiar a mudança, escolheram o lugar menos, o que tinha sido indicado como o último lugar foi Curral Del Rei. Já ouviu falar do Curral Del Rei?

MC - Já sim, só numa música do Milton Nascimento.

GB - Era o nome antigo de Belo Horizonte, chamava-se Curral Del Rei, o único curso d'água era um ribeirão, está lá até hoje. Ribeirão Arrudas. Parece que era o menos indicado e esse foi o escolhido. Mas acontece que, parece que o presidente Afonso Penna, quando chegou ali autorizando a mudança, ele resolveu pôr em execução aquilo mesmo parecendo para Belo Horizonte. De maneira que meu pai que trabalhava nessa época na Imprensa Oficial de Minas, em Ouro Preto, mudou-se com todo o funcionalismo de Ouro Preto para Belo Horizonte em [18]97, cidade que era difícil de viver que havia muita poeira, uma poeira ainda vermelha. E tudo aquilo foi pouco a pouco tomando pé, agora você me perguntou?

MC - Não, se é uma cidade de funcionários públicos.

GB - Exatamente, então a massa inicial populacional eram todos funcionários que vieram de Ouro Preto, entende?

MC - Então o senhor pegou bem o início da cidade?

GB - Quando eu nasci tinha 11 anos apenas, quer dizer era uma cidade muito jovem, mais jovem do que Brasília hoje.

LO - Doutor Geraldo, o senhor veio para o Rio de Janeiro com apoio da família, o senhor veio jovem ainda para o Rio, não é?

GB - Vim com 15 anos, veio a família toda. Nós mudamos todos para o Rio de Janeiro pelo seguinte: eu perdi um irmão com nove anos, em janeiro de 1924, ele morreu de apendicite. Ele teve uma crise, naquela época a doença não era muito conhecida, não foi devidamente diagnosticada e quando houve diagnóstico, já era tarde, morreu de peritonite. Aquilo causou um choque tremendo no meu pai e minha mãe sobretudo, isso influenciou muito na mudança da família para o Rio, sabe?

MC - Era o senhor? O senhor tinha quantos anos?

GB - Nós éramos cinco irmãos, justamente foi o caçula que morreu. Eram quatro homens e uma mulher, desses quatro homens o caçula morreu e agora pela primeira vez, mês passado, perdi outro, segundo irmão.

MC - Mês passado.

GB - É o número dois, resta agora então eu que sou o número um, a minha irmã é o número três, somos três.

MC - Moram todos no Rio?

GB - Todos no Rio, aqui ficamos. Chegamos aqui, fomos pouco a pouco tomando parte na vida do Rio, eu, colégio parece muito bom, eu entrei para o [Colégio] Pedro II, fiz amigos no Pedro II, minha irmã foi estudar no Colégio Sion, fez amigas no Colégio Sion, as amigas me convidavam, em pouco tempo nós estávamos integrados na vida do Rio de Janeiro, eu acredito muito através dos colégios, sabe?

MC - Através dos colégios...

GB - Porque meu pai e minha mãe, por exemplo, já tinham, deixaram um círculo de amigos em Belo Horizonte, mas, embora houvesse parentes no Rio, mas não tinham assim amizades novas, tinham só os parentes. Ao passo que nós não, nós nos colégios fizemos altas amizades.

LO - Senhor Geraldo, não havia Assistência Médica para o funcionário público em Belo Horizonte, seu pai não tinha acesso?

GB - Não, nada disso, havia um, nem havia instituto de Previdência, havia uma instituição mutualista em que os mutuários pagavam qualquer coisa para receber pecúlio, o mais que tinha era um pecúlio pequeno por morte, não havia nada disso. Embora Belo Horizonte tivesse um bom corpo médico, o que aconteceu uma coisa interessante, Belo Horizonte tinha, tem um clima privilegiado! Naquela época sobretudo, a cura para a tuberculose era clima, altitude, então muitos médicos do Rio de Janeiro que adquiriam tuberculose iam morar em Belo Horizonte, onde passavam a se tratar e a clinicar também, tinha um bom corpo médico lá, todos eles tuberculosos ou ex-tuberculosos. Era a única cura que havia era a cura de clima, quem tinha posses aqui no Rio ia para Suíça, não sei se você sabe disso, o Sanatório na Suíça, o (TI) famoso sanatório, como aconteceu com o Afonso Arinos, por exemplo. Afonso Arinos adquiriu tuberculose aqui, a família podia, mandou ele para o sanatório, mas aqui quem não podia ia para Belo Horizonte.

MC - E para Santa Tereza não ia não?

GB - Santa Tereza não era bastante não, sabe?

LO - Ilha da Madeira, também?

GB - Ilha da Madeira. Mas realmente o clima indicado é o clima de altitude, e desses médicos todos, muitos eu convivi com eles, um deles foi meu, foi parteiro, foi o que me pôs no mundo, chamava-se Werneck, tinha o Borges da Costa. Todos eles se curaram em Belo Horizonte e lá se fixaram.

LO - Seu pai vem para o Rio de Janeiro, ele tem um emprego ou é transferido ainda como? Ele é funcionário público estadual, não é?

GB - Exato, não ele veio para o Rio, ele veio exercer um novo emprego aqui no Rio, ele veio ser tabelião aqui no Rio.

MC - Mas ele veio ser tabelião, ele não tinha que ter uma formação em Direito, alguma coisa assim?

GB - Ele era formado em Direito.

LO - Só que tinha que ter boas amizades políticas também.

GB - Bernardes. Todo mundo era bacharel, hoje não é tanto, naquela época todo mundo era bacharel, se dizia “Bacharel, como toda gente.”

LO - O senhor veio no governo do Arthur Bernardes?

GB - Exatamente.

MC - Por exemplo: quem era professor de história, geografia em geral, era formado em Direito?

GB - Todo mundo é formado em Direito, porque era muito fácil se formar em Direito, um curso fácil, ainda hoje é fácil, se formar é fácil, exercer já é diferente. Agora, o que acontece é o seguinte, eu tinha um tio casado com a irmã mais velha de minha mãe chamava-se João Luiz Alves, foi um grande jurista, foi o primeiro a comentar o Código Civil, sabe que o nosso Código Civil, o nosso Código Civil foi promulgado em janeiro de 1917. Até então o Brasil não tinha Código Civil, nós nos regíamos pelas ordenações Manuelinas, Afonsinas, Filipinas, aquela legislação portuguesa que o Império adotou. Ele foi o primeiro a comentar o Código Civil, está aqui o Código dele. Ele era Ministro da Justiça do Arthur Bernardes e graças a ele meu pai conseguiu essa nomeação para tabelião. Quer dizer, o Bernardes foi quem nomeou, mas, realmente quem se interessou foi meu tio João Luiz Alves.

LO - João Luís Alves.

GB - João Luiz Alves, está aqui o livro dele.

MC - Ele era Ministro da Justiça do Bernardes?

GB - Bernardes, está aqui a dedicatória dele para o meu pai, você quer ver? Você quer pegar o volume dois?

MC - Esse aqui.

GB - Eu vou te mostrar duas coisas interessantes, que era costume da época, essa aqui é a dedicatória que ele botou para o meu pai.

MC - (lendo) “Ao Nelson, que bem sabe como pode fazer anotações por isso...”

GB - “Pode excusar-lhes a imperfeição e as falhas, homenagem. Oferece com todo fraternal afeto de um amigo.” Agora, você quer conhecer minha tia Bernardina, mulher dele, veja a dedicatória que ele fez a ela.

MC - Dedicatória do senhor João Luís à sua esposa: “A santa companheira das minhas vigílias de estudo, anjo do meu lar e conforto da minha atribulada existência. À minha extremosa esposa Bernardina de Farias Alves.”

LO - Irmão da sua mãe.

GB - Irmã da minha mãe, mais velha, isto tudo não é muito comum hoje em dia, não é? O pessoal está se separando até com seis meses de casado. Eu já fiz bodas de ouro, sabe?

MC - O senhor já fez bodas de ouro.

GB - Eu sou da velha guarda. Mas vamos continuar.

MC - Posso continuar? Bem esse período, quer dizer, já sabemos que o senhor tem grandes ligações com o Arthur Bernardes.

GB - Ele já faleceu já, tinha, ele faleceu, o filho dele já faleceu, os filhos dele, aliás, já faleceram, só hoje parece que só restam duas filhas.

MC - E esse período que o senhor vem para o Rio de Janeiro, está sob o governo dele?

GB - Até novembro de 1924, e ele deixou o governo em [19]26. Passou o governo a Washington Luís.

MC - Sim. O senhor chega ao Rio em que ano?

GB - [19]24.

MC - [19]24.

GB - Cheguei fui logo para o Pedro II, fiz o quinto ano do Pedro II.

LO - O senhor era do externato?

GB - Externato, na minha época a gente chamava de rua Larga, rua Marechal Floriano.

MC - E como o senhor tinha dito antes este período foi muito marcante para o senhor, não é, de entrar no Pedro II?

GB - Foi porque lá no Pedro II realmente, o corpo docente era extraordinariamente bom sabe, havia grandes professores, e no último ano, evidentemente, havia matérias muito interessantes e um pouco, me abriram um pouco mais o espírito, porque até então, até o quarto ano de ginásio, eu tinha estudado, procurado estudar bem matemática, mas matemática era dividida, aritmética, álgebra, tudo separado: geometria, trigonometria; eu sempre gostei muito de história universal...

Fita 1 - Lado B

GB - É que o ambiente era bem mais largo, bem mais intelectual, isto... a primeira impressão que eu tive do Rio de Janeiro foi essa, realmente aqui é a capital da República, isto é diferente não é, não são aquelas rodinhas de Belo Horizonte, não.

MC - E o senhor quando chegou no Rio de Janeiro estava com que idade, 15, 16 anos, 15 anos não é isso? O senhor se lembra assim de professores que, que marcaram muito a memória do senhor?

GB - Olha eu me lembro, por exemplo, Raja Gabaglia, Fernando Raja Gabaglia, ótimo professor, o Paulo Lopes, o Paulo Lopes foi professor de história, chamada história natural, vocês nem sabem o que é isso, mas, hoje eu nem sei como chama, zoologia, botânica. Foi um grande professor inclusive um professor filósofo que as aulas, ele dava poucas aulas, em geral quem dava aulas eram os assistentes, mas ele deu umas, uma meia dúzia de aulas, mas aulas maravilhosas porque ele era um filósofo das ciências naturais.

LO - Paulo ...?

GB - Paulo Lopes, deixe-me ver se me lembro de outro, tenho na cabeça, apenas não sei agora, me pegou de chofre assim, o professor de inglês, Delgado Carvalho, Delgado de Carvalho, além de professor de inglês era um grande professor de história e geografia, conhecia muito bem história e geografia e era bom professor de inglês. Deixa ver se eu me lembro mais...

LO - Malba Tahan foi professor do senhor também?

GB - Foi depois.

MC - José Oiticica também?

GB - Oiticica não, Oiticica era professor do internato.

MC - Já era professor na época que o senhor estudava?

GB - Acredito que no internato, porque o Pedro II era dividido em externato, na Rua Larga e Internato em São Cristóvão. Estou me lembrando destes três, viu, assim de momento...

LO - No Pedro II, no Pedro II se discutia a atualidade política, o estado de sítio?

GB - Não, o reitor, o diretor era o Carlos Laet.

LO - Carlos...

GB - Carlos de Laet, Carlos de Laet, Carlos de Laet porque ele era de origem holandesa, embora nós chamássemos de Carlos de Laet. O Carlos Laet era uma coisa interessante, como diretor ele não era muito querido dos alunos, começa o seguinte: o colégio Pedro II tinha um uniforme que era uma coisa incrível, que naquela época todos os colégios eram militarizados, não sei se você sabe disso, uniforme militar, com aqueles botõezinhos todos, conhece os botões de bolinha, tem que passar com aquela bolinha, cheio de botões, aqui tinha duas pences e aqui atrás tinha um apêndice com cem botões, e a gente só via bonde, não havia ônibus, vinha-se de bonde então era aquele negócio, o banco era de madeira, então encosta-se aqui, encosta-se acolá chegava-se no Colégio Pedro II faltava um botão não podia entrar, o diretor não permitia, a gente era barrado na entrada. Então a solução era ir numa janela que ficava do lado, ali na Rua Camerino, um colega passava

um botão se colocava e conseguia entrar. Ele era muito severo sabe, de maneira que eu só vim a admirar o Carlos Laet muito depois quando passei a ler a obra dele, naquela época não tinha a menor impressão a respeito dele, a impressão era de um diretor muito chato, muito enérgico... Pura mentalidade de garoto de colégio, hoje não, hoje sou admirador da obra dele, foi um grande polemista, um dos maiores polemistas brasileiros, monarquista, defendia com unhas e dentes a monarquia e escrevia muito bem, um português maravilhoso o dele.

MC - Que outras lembranças o senhor tem do Pedro II?

GB - Eu me lembro muito dos lanches lá, porque o lanche lá, o colégio começava às 11 horas da manhã e ia-se até as cinco horas da tarde e a uma hora tinha o lanche. E a única coisa que tinha para comer era um negócio chamado mariola, você nunca ouviu falar disso, ouviu? Conhece mariola? Só tinha isso para comer.

LO - Feito de banana?

GB - Exato.

LO - Por que era bom ou por que só tinha isso para comer?

GB - Não, porque a única coisa a comer era mariola, então eu me lembro o lanche lá era mariola.

MC - O senhor disse que o colégio era muito rígido... Estilo assim militar...

GB - Não a direção, porque alguns professores eram ao contrário, por exemplo, o Raja Gabaglia, era muito liberal, ótimo professor, permitia até que alguns alunos assistissem à aula sentados na cadeira dele, porque ele gostava de dar aula de pé, tinha lá um aluno que tinha mania de assistir aula sempre sentado na cadeira dele. Agora a direção é que era muito rígida, o Laet era bem idoso, Laet era bem idoso naquela época, ele morreu, aliás, pouco depois, ele morreu em 1927 eu estive lá em 1924. Ele talvez até não fosse tão rígido quanto eu naquela ocasião, como garoto, você sabe como é garoto, garoto é rebelde mesmo, é chato.

LO - Agora o senhor passou muito pouco tempo no Pedro II também não?

GB - Um ano só, não, lá eu não cheguei a criar raízes.

LO - Aí no ano seguinte o senhor entrou para Faculdade de Direito?

GB - No ano seguinte eu fiz exame para Faculdade de Direito, aliás, meu primeiro ano de Direito foi um ano inteiramente perturbado, porque havia, o Bernardes tinha um diretor de instrução chamado Rocha Vaz, em que ele depositava muita confiança, ele tinha preparado uma reforma de ensino, de maneira que eu fiz o primeiro ano de Direito dentro da reforma Rocha Vaz, a seleção de matérias era diferente. No final do ano a reforma foi posta abaixo pelo Washington Luiz, havia, houve muita reação, eu confesso que não acompanhei isso não, mas houve uma reação muito grande, não sei se da parte das instruções pedagógicas, o fato é que no fim do ano a faculdade voltou ao regime anterior. Então eu tive que refazer o primeiro ano nas férias, reestudar o primeiro ano nas férias

para passar para o segundo ano. Eu não sei porque havia essa repulsa à reforma Rocha Vaz, porque quando eu entrei para faculdade, logo depois declarou-se (TI) coisa que eu nunca tinha visto, eu como mineiro chegado ao Rio há pouco tempo fiquei boquiaberto, houve uma greve, a Faculdade de Medicina entrava em greve contra a reforma Rocha Vaz.

MC - O senhor não entendeu aquilo, não é?

GB - Não, eu confesso que fiquei boquiaberto, porque em Minas a seriedade é muito maior, quem é que podia falar em greve de estudantes, nem se imaginava que isso existisse. Essa greve foi vitoriosa porque realmente foi repudiada pelo governo de Washington Luiz, e afinal de contas, voltamos ao regime anterior.

MC - O senhor falou que ficou espantado com a greve e aí me veio a pergunta: O senhor já conhecia o mar antes, antes de chegar ao Rio?

GB - Já porque eu já tinha estado no Rio duas vezes. Aquela sensação de conhecer o mar eu já tinha tido muito tempo antes, que é realmente uma sensação bonita. Inclusive uma coisa que fica mais do que o próprio mar é o cheiro do mar, o cheiro da maresia, aquilo nunca mais você esquece, sabia disso? Até hoje, quando eu vou à praia o que eu sinto na praia é aquele cheiro que eu senti inicialmente. O cheiro da maresia é impressionante. Bom o mar era diferente, Copacabana estava começando a se formar, Botafogo tinha ainda o pavilhão de regatas, regatas era feita de um pavilhão bonito, que eu não sei se você chegou a conhecer, chegou a conhecer ou não? Já foi demolido.

MC - Não, eu acho que não.

GB - Ali, um pouco adiante do Mourisco em direção à cidade, tinha um pavilhão grande, onde as regatas eram feitas em frente àquele pavilhão. E a primeira coisa que eu fiz aqui foi entrar para o Clube de Regatas, porque no Rio não havia, o esporte era pouco acessível, não havia piscinas, praticamente não, a piscina mais conhecida era a piscina do Fluminense Futebol Clube que era coberta com água do mar, o Fluminense tinha feito essa arte de conseguir canalizar água do mar do Flamengo até lá para ter uma porção de água do mar que era inteiramente contra os cânones natatórios, e havia muito poucas piscinas e o esporte mais acessível e inclusive mais barato, você entrava... Eu fui do Botafogo, por exemplo, de Regatas, naquela época eles não eram, eram dois, tinha o Botafogo Futebol e o Botafogo Regatas e não eram unidos não, depois que se uniram, eu entrei porque eram dois clubes, aliás ali na Praia de Botafogo, Botafogo e o Guanabara, eu entrei para o Botafogo. Era barato, mensalidade barata e você dispunha daqueles barcos todos compreende? E melhorava, e eu era magrinho, eu comecei a ganhar um pouco de corpo naquele, remando sabe.

MC - Mas o senhor tem um porte assim, o senhor é alto e o senhor...

GB - Mas eu era muito magro.

MC - Mas o senhor gostava de fazer esportes?

GB - Duas coisas me fizeram muito bem: primeiro foi o remo, porque logo que eu pude comprei um barco para mim, então aí já não ficava dependendo, lá tinha que fazer fila

para barco tinha que pegar iole a oito, e aí iole a oito ficava dependendo dos colegas, compreendeu?

MC - Como é que se diz?

GB - Iole.

MC - Iole oito.

GB - O barco hoje é um barco fininho, chama-se (TI) tem uns ilhoses que saem para fora e o remo fica para fora e a Iole era um barco mais largo e que o remo tinha umas forquilhas no próprio barco o remo pegava ali. E isso se chamava Iole e lá os principiantes só podiam pegar o Iole, não davam o (TI) de jeito nenhum. De maneira que, logo que eu pude, comprei um barco, chamava-se uma baleeira ou então palamenta, aí então eu fiquei mais independente, eu comecei a fazer, como é que é fazer um tiro, fazer um tiro, tiro é aquele esforço grande para você chegar, quando eu queria eu ia paquerar não só, eu estou falando paquerar hoje, naquela época não se usava esse termo, nem se sabia o que era isso, era perua.

MC - Peruar naquele tempo.

GB - Eu ia peruar garotas lá na Urca ou então no Flamengo, sempre remando.

MC - O senhor ia remando?

GB - Sempre remando. Um dia me aconteceu uma coisa interessante, isso eu estava chegando até ali em frente à Urca, a Urca naquela época era uma praia muito frequentada sabe, porque o mar ali pega até longe, de maneira que o pessoal...

LO - Aquela praiazinha em frente ao Cassino?

GB - Em frente ao cassino é. O pessoal que não sabe nadar podia tomar banho lá com facilidade. Eu estava acabando de chegar com meu barco quando vi um outro barco com o remador fazendo sinais frenéticos para o meu lado, eu remei até lá e ele. Olha aí, ele me apontando, quando eu olho tinha um cadáver lá boiando sabe, e ele estava num frenesi danado. “Não podemos deixar ele”. “Mas olha aqui é bom não mexer não, vamos avisar lá na praia”. (e ele) “Não, não podemos deixar”, mas eu digo “Tem que rebocar”, ele “Mas tem corda aqui.” Consequência, eu colaborei no reboque do cadáver lá para praia, levamos o cadáver para praia. Aí apareceu o guarda, primeira coisa que o guarda fez foi nos prender porque tínhamos mexido no cadáver, fomos os dois presos, mas teve uma hora lá ele se distraiu eu cai no barco dei duas remadas e...

MC - Escapou.

GB - Escapei.

LO - O senhor então está mais preocupado em passear do que fazer a faculdade ou não?

GB - Não, a faculdade devo dizer o seguinte, ao contrário do que aconteceu em Minas, no Pedro II eu não sei se devia ficar *off the road*.

MC - Não!

GB - Peguei uma folha de professores muito fraca na faculdade, então aprendi muito mais, aí sim, aí que comecei então, graças aos colegas, tive colegas, muito bons colegas, inclusive alguns até pouco mais velhos do que eu, muito mais cultos do que eu, com uma cultura muito mais larga, Luiz Augusto Rego Monteiro, Marcelo de Queiroz, Roberto Piragi da Fonseca, então eu aprendi muito mais, ou melhor desenvolvi muito mais meu espírito, não nas aulas mas nas conversas do Lamas, porque acabava a faculdade, começava às duas acabava às seis, todo mundo para o Lamas, aí era aquela conversa danada, a gente comia qualquer coisinha, discussões intermináveis e meu espírito foi se alargando e eu fui aprendendo muita coisa com eles, coisa que eu não tinha aprendido em Belo Horizonte. Porque eu disse a você, eu me lembro fiquei admirado, eu nunca tinha ouvido falar em Sociologia, apesar de ter completado o curso ginásial, que naquela ocasião era equiparado ao segundo ciclo hoje. Em conversa com esses amigos, com esses colegas é que eu ouvi falar em Sociologia, passei a comprar livros sobre Sociologia, Estudos Brasileiros, e vocês já ouviram falar em Estudos Brasileiros?

MC - Era uma ...

GB - Estudos Brasileiros, quer dizer, naquela época havia, não havia uma cadeira de Estudos Brasileiros, mas estava muito na moda o Estudo Brasileiro, sobre a Literatura Brasileira, sobre a Sociologia Brasileira, sobre a Antropologia Brasileira, sobre a História do Brasil, isto se chamava em geral de Estudo Brasileiro, então eu fiquei conhecendo naquela época o Tristão de Athayde que já escrevia isto, o Pontes de Miranda que já escrevia isso, o Vicente Licínio Cardoso, essa gente toda que hoje em dia nem se fala mais, mas que se for verificar a bibliografia deles tem coisas extraordinárias. Eu comecei a comprar esses livros, comecei a ler e realmente meu espírito se alargou de tal maneira, e eu fiquei tão espirituoso que acabei redator da Revista *Época*, revista da faculdade.

MC - Revista *Época*?

GB - A *Época* havia duas traduções, uma do Centro Acadêmico, Cândido de Oliveira, que não se chamava Caco, não se usava essa sigla na época, era o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira e depois virou Caco e acabou-se aos cacos na minha opinião, e havia a Revista *Época*, no Centro Acadêmico, o aluno era sempre um terceiranista, o presidente e a Revista *Época* tinha um redator chefe que era sempre um quartanista. Quando chegou a época da eleição eu concorri, concorri com o Pascoal Carlos Magno, você já ouviu falar, Pascoal Carlos Magno depois tomou um outro rumo, foi um grande incentivador do teatro, tudo mais, concorri com ele, naquela época era apenas poeta, poeta Carlos Magno. E acabei ganhando dele, fui eleito e no dia seguinte procurei o então redator e disse: “Agora eu queria que você me passasse o cargo, o patrimônio”. “Bom o cargo eu passo, mas patrimônio não.” “Como?” “não tem patrimônio nenhum, agora você se vira aí, arranja o dinheiro que não tem nada, a faculdade dá 50 mil réis por mês e o resto você tem que arranjar uns anúncios tudo mais.” Eu me meti nesta história e fui realmente durante um ano, fiz várias edições da *Época*, eu tinha me impressionado muito com aquela que tínhamos muita inveja, que o ensino na Argentina estava muito mais adiantado que o nosso, a Faculdade de La Plata editava uma revista desta grossura, cerca de 150, 200 páginas e a nossa *Época* era uma revistinha deste tamanhozinho com 20, 25 páginas, eu quis ver se imitava a revista da Universidade de La Plata e não consegui, cheguei a uma revista com papel bom, a capa mais moderna, mas ficou no máximo de 50 páginas, mas

que consegui chegar até o fim sem mexer na bolsa de meu pai, porque eu sabia que se a coisa encrascasse eu teria que recorrer a ele mas não precisei não.

MC - A faculdade era, era, era paga?

GB - Era paga, 50 mil réis por mês também. O ensino era baratíssimo, naquela época nós estávamos na época dos mil réis não.

MC - Sim, mas ela pertencia...

GB - Ela fazia parte, chamava-se Universidade do Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro.

MC - Sim, mas ela era paga?

LO - Essa era a UEG, no Catete, não é?

GB - Não, não havia o sistema federal de Universidade, cada cidade, cada capital tinha sua Universidade que conjugava então as diversas faculdades, medicina, engenharia, direito. Também é o máximo que havia naquela época: Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, Farmácia.

MC - O senhor mencionou alguns intelectuais da época que tinham uma presença muito ... o Oliveira Vianna também?

GB - Oliveira Vianna, mais tarde.

MC - Mais tarde, só mais tarde, nesta época não. Alberto Torres?

GB - Roberto Torres, Roberto Torres, tinha sido antes, mas realmente todo mundo passou a estudar o Roberto Torres, o Roberto Torres tinha dois livros que nós todos lemos, um chamava-se A Organização Nacional e o outro eu não me lembro mais o nome qual era, mas eu só sei que era leitura obrigatória.

MC - Sei, quer dizer, e este período aí dos anos [19]20 também é um período de uma tentativa de buscar as raízes do Brasil, uma coisa assim?

GB - Bom, a faculdade, eu me lembro que eu entrei na, meu pai até, contra as ideias do meu pai eu passei a ser, a fazer parte do modernismo, porque tinha havido o Salão de Arte Moderna em São Paulo e estava na moda modernismo, a minha, o meu antecessor ainda tinha feito uma revista naquele sistema antigo, acadêmico e eu, a minha bandeira foi a bandeira do modernismo, modernizar a revista, então nós tínhamos artigos lá metendo o pau em todo mundo, uma tremenda irreverência para as instituições e havia também uma bandeira muito interessante que era a bandeira do americanismo, nós entrávamos em contatos com os nossos colegas da América do Sul, porque realmente havia, como ainda há hoje, uma tremenda ignorância entre a mocidade do Brasil e a mocidade da Argentina, do Uruguai, do Chile e houve intercâmbio, a palavra, na minha apresentação, eu escrevi uma apresentação da revista, do primeiro número chamado Diretriz, aí você pode ver o calor enfeitado como é que está e começava assim: "O mundo moderno é um broáá de ideias discordantes." E vai por aí afora e tudo mais, então foi uma

das palavras, uma das campanhas que a Revista *Época* ia se lançar era justamente o intercâmbio americanista, entre os estudantes do Brasil, estudantes do Uruguai, e realmente estiveram aqui estudantes do Uruguai, do estudante e depois não sei que fim levou esse movimento.

MC - O que representava para o senhor?

GB - Eu estou falando depressa demais ou... Eu sou meio apressado para falar.

MC - Não, está bom, pode deixar. Que representava para o senhor essa fase do modernismo, o que era isso? O senhor falou que era moderno, que é isso?

GB - Bom, em 1926 ou [19]27 o modernismo já tinha evoluído, quer dizer, aquele modernismo de Oswaldo de Andrade, Mário de Andrade já tinha evoluído, havia então alguns movimentos, havia o movimento Verde-Amarelo, havia o movimento liderado pelo Plínio Salgado que não era o que ele viria a ser depois chamado Revolução da Anta, e Anta é o Totem brasileiro, ele inventou a Anta que era o nosso Totem, e eu embarquei neles todos, a Revista *Época* embarcou neles todos.

MC - Neles todos, era plural a *Época*?

GB - Não, a *Época* era aberta a todas essas...

LO - As tendências do, dessa...

GB - Do corpo, eu não podia realmente dar uma única orientação, era aberta a todo corpo discente da faculdade. Então a *Época* do meu tempo tinha artigo do Marcelo de Queiroz sobre a Revolução da Anta, do Cardilho Filho sobre a Revolução da Anta, do Nogueira Ribeiro sobre a... Sobre o Movimento Verde-Amarelo, tinha sonetos também, porque tinha lá uns dois ou três que queriam publicar o soneto e eles tinham direito, eram alunos como os outros todos então, a par disso havia sonetos também.

MC - E que...

GB - O Pascoal Carlos Magno, meu antigo adversário colaborou também.

MC - E o que significava essa Revolução da Anta, qual era o projeto?

GB - O projeto era de nativismo, a volta às origens, então o Plínio Salgado descobriu que a anta tinha uma influência muito grande, que era o totem e que deveria ser o nosso totem, então a anta, ela personalizava essa volta às origens, afastar as influências estrangeiras, a Europa passou a ser uma coisa, um lixo, a Europa era uma coisa decadente, um verdadeiro lixo, nós tínhamos que voltar aqui para dentro. E assim aquelas ideias que pululavam no meio da mocidade, da mocidade avançada...

MC - E Jackson Figueiredo também está nessa?

GB - O Jackson Figueiredo eu confesso que foi, fizemos pouco contato porque ele era mais na parte de filosofia, sabe, ele era filósofo, mas ele também, ele também era muito acatado, tinha também o Tarso da Silveira.

MC - Tarso da Silveira. Mas o Plínio Salgado tinha nessa época, já tinha uma.... Já era um líder nessa época?

GB - Plínio Salgado tinha... Líder desse movimento, que não tem nada, nada semelhante com que depois ele viria a ser, não tinha que ver com galinha verde, sabe.

LO - A representação estudantil naquele momento já tinha suas posições políticas, os estudantes se colocavam...?

GB - Não, não havia nem diretório ainda, não havia nenhum diretório.

LO - Quem lidera a lidera, contra a...

GB - Reforma Rocha Vaz, na faculdade eu me lembro que era o Adauto Cardoso, era um dos líderes.

MC - Adauto Cardoso.

GB - Adauto Cardoso era um dos líderes, eu me lembro que um dos primeiros discursos que eu ouvi contra a Reforma Rocha Vaz foi do Adauto. Havia um grande orador também, mas até chamado Roberto Macedo, esse rapaz era um orador primoroso e fadado a ter uma carreira política brilhante, mas a Revolução de [19]30 matou isso tudo, porque fechou o congresso, todo mundo tomou outros rumos, o Roberto Macedo, que estava fadado a ser um grande político, tomou outro rumo, foi ser professor de história, tomou outro rumo. Era um orador primoroso, eu me lembro que estive aqui no Brasil, quando eu era redator da Época o presidente do Uruguai, do Paraguai. O Paraguai conseguiu se libertar de mais uma ditadura e tinham eleito, numa eleição democrática, tinham eleito um presidente chamado José Gujardi, então ele visitou o Brasil e nós resolvemos logo prestar homenagem a ele, porque nessa época a Bolívia estava na mão de um tirano chamado Hernan Siles, e o Paraguai tinha conseguido se libertar da tirania. Quem o saudou foi o Roberto Macedo, esse nosso colega, o Gujari ficou mudo, ficou admirado, mas cumprimentou efusivamente com o discurso que ele fez, uma beleza de discurso.

MC - É, o senhor disse até que nessa época o senhor parece que já desenvolve muitos estudos ibero-americanos, é nessa época? Como é que isso desperta o senhor? Esse interesse?

GB - Olha, eu tenho isso tudo em casa até hoje, eu guardei, por uma questão de carinho, assim, retrospectivo, mas eu não vi isto não ter seguimento sabe.

LO - Não, mas como que o senhor...

GB - O negócio é o seguinte, por exemplo, na Venezuela, na Venezuela nós todos éramos admiradores de Dom Rufino Blanco Fombana que era um grande poeta, escritor venezuelano, no Chile, no, lá na América Central, era quem era na América Central, olha que hoje em dia a memória já começa a falhar, no Uruguai nós éramos... Era o Baltazar Brum, Baltazar Brum era um grande político uruguaio, grande professor também e que foi o homem que instituiu lá o Executivo Colegiado e aconteceu uma coisa, a Época tinha até representação no Uruguai, nós tínhamos lá um representante, nós representávamos também aqui entidades estudantis Uruguaias, na Argentina era, no Uruguai José Henrique

Rodó, era um dos nossos nomes literários, na Argentina era aquele pessoal todo era o Rio Adavila, era o Mitre, essa toda, nós todos vivíamos discutindo, e no Brasil havia um escritor que morreu, aliás, há uns dois ou três anos que tinha levantado essa bandeira chamado Sílvio Júlio, já ouviu falar nele?

MC - Quem?

GB - Sílvio Júlio, ele morreu desconhecido aí, no entanto foi quem levantou essa bandeira do ibero-americanismo.

MC - Sílvio Júlio era da Academia Carioca de Letras?

GB - Era, escreveu uma vida de Bolívar, levou anos escrevendo a vida de Bolívar.

MC - Eu acho que já sei quem é.

GB - Todo mundo se juntava nessa campanha sabe, tinha o Manoel Garter* que escreveu “Mi Campanha Ibero Americanista” e por aí afora, tudo coisa de gente moça, de mocidade.

MC - Mas isso era entusiasmado pelos professores, o que era isso, isso era coisa dos alunos, do corpo discente?

GB - Puramente dos alunos, isso é coisa do Lamas.

MC - No Lamas.

GB - É, no Lamas, isso tudo era no Lamas porque na faculdade, olha bons professores mesmo nós tivemos o Geraldino Bandeira.

MC - Quem?

GB - Geraldino Bandeira que foi professor de Direito Penal, grande penalista, mas que morreu logo, logo depois e foi sucedido que não vou dizer nome nenhum, uma das maiores zebras que eu já conheci, houve um outro que também não vou revelar o nome que nos acompanhou do primeiro ao quinto ano, completamente imbecil, o Direito Civil caiu na mão lá de um, parecia até um desembargador do tempo do Dom João VI, compreendeu, o tipo dele, e por aí afora, mas não vou revelar nome porque afinal de contas já morreram, tão descansando lá São João Baptista, não sou eu que vou falar mal deles.

MC - Sei, quer dizer, que a gente vai ter que ir lá no São João Batista?

GB - Se você for lá e perguntar, você se informa.

MC - Agora o senhor disse assim que tinha esses movimentos na, na faculdade, na revista Época ...

* Transcrição aproximada do nome.

GB - Acho que aqui tem até uma Época que eu posso te mostrar, deixa eu ver. Eu acho que tinha uma aqui eu mandei encadernar a minha, como lembrança, para mostrar para os meus netos, que aliás vão ter, vão viver uma outra mentalidade, mas aqui eu acho que ainda tenho, não sei se eu acho uma Época do, para o se ver mais ou menos o que era a nossa mentalidade naquela época... Eu me lembro que eu tinha aqui, mas eu acho que não vou perder tempo para procurar.

LO - O senhor entrou para Revista Época no penúltimo ano da faculdade, não é?

GB - Foi no quarto ano.

LO - Em [19]28 não é, em 1928.

MC - É o senhor depois conta, no nosso segundo encontro.

GB - É só por curiosidade, para você fazer uma ideia, no segundo encontro se houver, eu trarei então a coleção completa.

MC - Coleção completa da Época. Agora o senhor está dizendo assim que em geral estava ligado assim a essa busca das raízes do Brasil, verde-amarelismo, Revolução da Anta, não existia um pessoal de esquerda nessa época não? Um pessoal ligado mais a um setor socialista, ou comunista?

GB - Havia, havia, havia o Chico Mangabeira.

MC - Francisco Mangabeira.

GB - Na faculdade havia o partido comunista já estava até na faculdade representado pelo Chico Mangabeira, mas era só ele. O Chico Mangabeira publicou até uma revista comunista, sabe quem era ele, não sabe?

MC - Francisco Mangabeira.

GB - Deve estar até vivo ainda, era filho do João Mangabeira, sobrinho do Otávio Mangabeira, é baiano.

MC - O que foi da Petrobrás, quem foi?

GB - Foi, foi, até isso ele foi.

MC - Na época do Jango?

GB - Na época do Jango, o Chico Mangabeira...

LO - Ele era colega do senhor na faculdade?

GB - Ele era contemporâneo, ele era mais moço. Quando ele entrou ele começou logo a desfaldar a bandeira comunista lá mas na base, quando do bloco do eu sozinho sabe.

MC - Bloco do eu sozinho, e ele tinha uma revista, o senhor disse que ele tinha uma revista?

GB - Ele publicava uma revista assim periodicamente.

MC - O senhor se lembra do nome da revista?

GB - Não, não me lembro.

LO - Fazia oposição à Época?

GB - Não, engraçado, era revista mais de propaganda, de ideias marxistas, nem era, ele era marxista, puro marxista.

MC - Não era comunista?

GB - Puro marxista, a revista era de propaganda marxista e é claro que metia o pau nos (TI) da República, coisas assim.

MC - Agora como é que foi esse período assim do Arthur Bernardes, vamos voltar um pouco assim, a este período do Arthur Bernardes, do estado de sítio.

GB - O Arthur Bernardes foi um período muito agitado da vida brasileira, porque em [19]22 houve a Revolução aqui do Rio de Janeiro, em [19]24 houve a Revolução de São Paulo, depois veio vários golpes de Estado, tentativas de golpes, aquilo praticamente toda semana acontecia qualquer coisa, botava bomba na linha do Corcovado, depois o Encouraçado São Paulo se revoltou, foi um negócio muito agitado compreende? E isto deve ter influenciado um pouquinho na vida estudantil porque havia estado de sítio e censura. O Bernardes foi obrigado a governar os anos todos dele, os quatro anos, o quadriênio, com estado de sítio e com censura até [19]26 quando Washington veio é que ele levantou a censura e levantou o estado de sítio.

MC - Mas por que ele foi obrigado, alguém o obrigou a fazer isso?

GB - Obrigado por, pela quantidade, pela agitação que havia, ué, golpe todo dia contra ele, então ele se defendeu com unhas e dentes e ele não era mole não.

MC - Mas essa, eu me lembro que o primeiro encontro que eu tive com o senhor, quer dizer, o estado de sítio, como é que o senhor vivenciava esta situação, do estado de sítio, como é que o senhor se lembra alguma coisa assim?

GB - Eu me lembro, por exemplo, que um amigo meu chegou na esquina, começou a espalhar, a falar mal do governo, tinha lá um fulano qualquer, chegou lá prendeu. Não pode falar mal do governo, estado de sítio, está preso. Aí entrou a turma do “deixa disso”, telefona daqui, telefona acolá, soltaram, mas ele levou um sustozinho. Era nessa base.

LO - Tinha horário para...

GB - Toque de recolher não, isso o Brasil com Bernardes, acho que não conheceu, só no tempo do Brasil Colônia;

MC - Brasil...?

GB - Brasil Colônia, havia o toque do Aragão, você nunca ouviu falar do toque do Aragão não?

MC - Toque do Aragão.

GB - Aragão era uma espécie de chefe de política que instituiu o toque de recolher, então não sei que hora, nove horas da noite, tocava lá um sino, chamava o toque do Aragão, todo mundo tinha que se meter para dentro de casa. Mas isso no Brasil Colônia.

MC - Quer dizer, no estado de sítio, o que era mais marcante era a situação de não poder fazer oposição?

GB - Não porque a imprensa era inteiramente amordaçada, censura da imprensa e a Câmara de Deputados aberta, lá na Câmara os deputados podiam falar à vontade, mas...

Fita 2 – Lado A

GB - Quando começar avisa viu?

LO - Pode ir.

GB - Então continua, continua, pode perguntar... o que eu estava fazendo...

LO - Estava falando sobre o estado de sítio ainda, sobre a ideia geral do estado de sítio, o senhor falou do doutor? Tinha uma pergunta...

GB - Eu estou falando não no aspecto jurídico do estado de sítio que isso é uma coisa diferente, eu estou dizendo as consequências, vamos dizer, na vida cotidiana do estado de sítio, isto que eu estou dizendo a você, eu não vou dar aula de estado de sítio aqui a você que isso é outra aula de direito, você não está precisando.

LO - Agora o senhor, enquanto estudante na faculdade, quer dizer, o senhor teria esta experiência na época que o senhor foi redator, mas o senhor não foi sozinho, quer dizer, tinha outras pessoas, que grupo trabalhava na Época?

GB - Isso tinha, eu reuni um grupo grande para me ajudar, então tinha, por exemplo, o tesoureiro, o tesoureiro que saía comigo para arranjar anúncio aí. Levamos muito fora aí, a Época tinha lá alguns anunciantes mais ou menos fiéis, por exemplo, a Equitativa, uma empresa de seguros múltiplos que havia, cujo chefe da propaganda dele era o Bastos Tigre, já ouviu falar do Bastos Tigre? E esse era muito amigo dos estudantes, então todo o ano ele dava anúncio para cada número, era fácil, mas outros não, outros chegavam lá: “Não que é isso, não interessa”, tinha um relojoeiro chamado Relojoaria Gondolo, que era na rua da Quitanda, esse também, ele fazia questão de fornecer o clichê, tinha que ser

aquele clichê, mas todo ano dava anúncio e aqui, daqui, acolá eu consegui equilibrar financeiramente a revista. Agora ajudado pelo tesoureiro que era meu xará chamado Gerardo Reno de Mello Matos e agora eu vi em Belo Horizonte citado como político influente um Gerardo Reno de Mello Matos Neto, deve ser neto dele, porque o Gerardo morreu até que prematuramente, morreu moço. E tinha vários colegas, tinha um consultório jurídico que respondia consultas dos alunos e conseguia dos professores aulas para publicar, para facilitar, publicamos, por exemplo, toda uma aula sobre teoria do processo, do professor de Direito, Direito Cambial, Direito Comercial, tudo isso publicado e tinha a parte literária e a parte séria, começava na parte séria. O grande colaborador foi o João Lira Filho, sabe quem é o João Lira Filho não? O João Lira Filho era mais adiantado, era quintanista, mas ele colaborou na Época também.

MC - Esse período que o senhor estava na faculdade já era o período do Washington Luiz. Qual é a diferença que o senhor vê nesse...

GB - Washington Luiz acabou com o estado de sítio e com a censura, de maneira que houve realmente... Como digo é o seguinte o Céu ficou mais alto, subiu, o Céu andava meio baixo em cima da gente, a atmosfera, subiu um pouco. Agora na faculdade realmente nunca houve perseguição nenhuma política sabe, a gente dizia o que bem queria, eu era bernardista, uma posição difícil, porque todo o Rio de Janeiro era anti-bernardista, mesmo os meus amigos do peito lá, eu fiz grandes amigos na faculdade, mas todos eles eram anti-bernardista, e eu lá no Lamas tinha dias que ao invés de discutir literatura, discutir sociologia, discutia era política e eu lá, o bernardista acuado tinha que defender e defendia mesmo com bastante entusiasmo.

MC - O senhor fala assim, o senhor era bernardista, mas isso foi algum projeto político ou era muito mais uma questão pessoal?

GB - Não, não, foi mais pessoal, familiar, exato, confesso que não tinha nenhum projeto político e naquela época inclusive não havia esse negócio, os PRs comandavam o Brasil, eles é quem decidiam quem era o Presidente, havia a política do café com leite, já ouviu falar nela, e um presidente de São Paulo outro de Minas, São Paulo outro de Minas e todos, todos os presidentes, quando era indicado vinha ao Rio de Janeiro fazer uma plataforma, essa plataforma contava o que ia fazer o que não ia fazer, mais ou menos parecido, mas não havia projeto político nenhum. Então era, ainda hoje há muito personalismo na nossa política, eu acho que um dos defeitos da nossa política é o personalismo, porque hoje, eu vi o pessoal todo ou era Brizola, ou era Darcy ou era Moreira, e a propaganda toda era Moreira, você viu a propaganda de alguma ideia, a não ser um ou outro candidato? Você viu nesses cartazes todos alguma ideia, propaganda de alguma ideia, eu vi propaganda de Moreira, de Darcy, disto, daquilo. Naquela época era mais ou menos a mesma coisa, neste ponto o Brasil não evoluiu muito não.

MC - Sim, o senhor já nas eleições, o senhor votou em [19]28 não?

GB - Não, em [19]28 não.

MC - Teve eleições em [19]28, o senhor se lembra?

GB - Eu votei a primeira vez em [19]32.

MC - Aquele período que o senhor era estudante, as pessoas votavam a partir de que idade?

GB - Começa que o voto não era obrigatório, o voto não era secreto, e o voto, eu não aguentava esse detalhe, era época das atas falsas, do reconhecimento, porque depois que o cidadão eleito pelo estado, vinha aqui pro Rio de Janeiro e o Congresso se reunia para reconhecer, para verificação dos poderes, então o sujeito que vinha eleito com quarenta mil votos e escolhia um com, que tinha seis mil votos, o negócio era uma coisa horrorosa, não, nem vale a pena falar nisso.

LO - Com Pinheiro Machado?

GB - Bom, isso é herança do Pinheiro Machado, isso foi até [19]30, em [19]30 então que veio o voto secreto e coisa melhorou um pouco, acabou essa história. O tal reconhecimento de poderes era apenas isso, o governo decidia: “Você vai eleger fulano, beltrano e sicrano”. “Mas, mas acontece que o sicrano tem 50 mil votos”. “Não tem importância, passa aí, corta daqui, corta d’acolá, anula tais seções ...” Isso já aqui na Câmara, sem falar o que acontecia lá no interior, o voto era chamado voto de cabresto, o sujeito chegava, o voto de cabresto até hoje existe. Agora eu fui votar na Ordem dos Advogados, e fui votar lá em Ipanema, na Cândido Mendes. Bom, entrei numa fila e perguntei: “Para que é essa fila?” Essa fila é para verificar se os advogados estão em dia com as contribuições, que só pode votar em dia”, aí eu digo “Não, mas eu já estou isento, porque eu tenho 75 anos.” “Não mas é o senhor vai ter que receber um documento...” mas eu digo “Meu amigo o meu título aqui, 75 anos, minha caderneta ...” “Não, tem que entrar.” Entrei, recebi lá o nada consta e fui votar. Quando cheguei em frente à mesa tinha lá uma urna igual àquelas que se usa, se usa na eleição geral, tipo Casas da Banha, e uma moça e um rapaz sentado atrás dela, bem atrás dela. “Me diga uma coisa, acabou, aqui não é mais o voto secreto não? Porque absolutamente o caminho tinha que ser indevassável “, armei lá um barulho danado e a solução foi a seguinte, foi virar a cabine assim, um pouco mais para lá e os rapazes continuaram lá. Disseram-me que estavam verificando para impedir a duplicidade de votos, também não entendo, porque quando você vota lá na Ordem, você recebe um carimbo na sua carteira. Então naquela época o negócio era nesta base, não havia caminho indevassável à urna, o chefe político controlava toda a votação, e mesmo assim alguns heróis ainda conseguiam se eleger, vinha para o Rio, o Congresso barrava, não reconhecia o poder, aqui no Rio então, tinha até um nome para isso, eu não me lembro mais, aqui no Rio havia o Moreira Machado, por exemplo, era um político aqui, esse Moreira Machado tentou se eleger não sei quantas vezes, e conseguiu às duras penas ser eleito senador, porque o governo dava ordem para, tinha um nome gozado, depois eu vou me lembrar esse nome, o que fazia o candidato que era, que era afastado, que era considerado como não tendo sido reconhecido tinha um nome...

MC - Na Faculdade de Direito o senhor teve matérias que na parte de Legislação Social, alguma coisa neste sentido?

GB - Tinha um grande, foi o melhor professor que nós tivemos lá, chamava-se Edgardo de Castro Ribeiro. Nesta época imagina vocês, chamar, chamar, direito, a parte trabalhista, previdência chamava-se Direito Industrial, a cadeira, o nome da cadeira era Direito Industrial, professor Castro Ribeiro, esse realmente era um professor inteligente, amigo dos alunos, acessível, foi muito popular, não, mas não intencionalmente, era

porque, era natural dele, nós nos aproximamos muito dele, foi um grande professor, foi uma grande exceção.

MC - E já havia uma preocupação na época, na matéria de preocupação ...

GB - Olha, ele nunca, ele era até... ele tinha certa orientação marxista ele, tanto que mais tarde, depois nos tempos de Getúlio foi preso, mais de uma vez, mas ele nunca fez proselitismo, nunca!

LO - Se discutiu na escola, se discutia a questão da legislação previdenciária, que havia sido inaugurada nos anos [19]20, na Escola de Direito?

GB - Branca nuvem passou em branca nuvem. Eu confesso o seguinte: que essas conversas com o Castro Ribeiro, ele tinha uma maneira muito desabusada de falar, muito diferente dos outros professores, de maneira que ele atraía muito o entusiasmo dos alunos, eu confesso a você que cheguei a fazer até discurso comunista na faculdade. Fiz lá um discurso assim de tom, não comunista, de tom meio libertário compreende? E fiquei muito até, muito honrado porque, terminando o discurso o Castro Ribeiro olhou para mim e disse “Muito bem”. Isso para mim foi uma recompensa enorme.

LO - O pai do senhor estava presente?

GB - Hein?

LO - O pai do senhor não estava presente?

GB - Nãooooo!

LO - E nem ia gostar, não é?

GB - Provavelmente não; assim que saí da faculdade, caí na vida prática e essas ideias todas se esvaíram.

LO - Quando o senhor caiu na vida prática o senhor começou a trabalhar logo que saiu da faculdade?

GB - Comecei a trabalhar com 16 anos com meu pai no cartório dele.

LO - Quer dizer que o senhor trabalhava...?

GB - Este calo que tenho aqui até hoje eu adquiri lá, escrevendo, enchendo livros e livros, livros e livros de tabelião, tudo à mão naquela época. Ganhei esse calo, que até hoje ainda tenho, agora depois, assim que me formei, então, fui trabalhar então num escritório de advocacia, e um grande advogado chamado André de Faria Pereira, que depois foi desembargador e quando ele foi nomeado, ele era procurador geral do então Distrito Federal e era um homem muito enérgico, resolveu fazer uma coisa que hoje em dia é banal, obrigar os serventuários que não trabalhavam, não apareciam no Cartório, aparecia quando recebia a fêria, e ele resolveu, naquela época diziam até que tinha implicado com eles, imagina você, obrigar uma pessoa a cumprir o seu dever é ser implicância não sei, o fato é o seguinte: que um desses serventuários tinha o sogro, ou era sogro de um deputado

muito influente junto ao Presidente da República, a coisa se agravou de tal maneira que ele, apesar de ser um cargo efetivo, de procurador geral, cargo vitalício, foi demitido. Foi quando ele abriu o escritório e eu fui trabalhar com ele. Veio a Revolução e ele foi readmitido, foi reintegrado no cargo de procurador e aí eu fiquei sozinho, juntei com mais seis colegas de faculdade e tocamos a vida como advogados sozinhos sabe. Senti muita falta, não há nada como você ter alguém que espante suas dúvidas, que você pegar um, dois, três, quatro, cinco livros, um diz uma coisa o outro diz outra, agora você chega para o fulano e diz é assim, assim, eu senti muita falta dele, mas fomos em frente, eu e mais três colegas.

LO - O senhor trabalhava em que área do Direito nesse escritório?

GB - Direito Civil, Comercial e depois no fim, mais tarde eu me especializei em Direito Imobiliário, foi aí que eu comecei a ganhar um bom dinheiro.

LO - E como é que o senhor recebeu a Revolução de [19]30? Foi no momento em que o senhor estava começando?

GB - Com o maior entusiasmo, porque eu fazia parte da Aliança Liberal, você já ouviu falar da Aliança Liberal? Porque quando o Getúlio foi candidato da Aliança Liberal, a Aliança Liberal era contra o candidato que o Washington Luiz tinha tirado do bolso do colete, o Júlio Prestes, naquela época tirar o candidato do bolso do colete era um absurdo! Então se formou a Aliança Liberal contra o Júlio Prestes, Getúlio era o candidato, eu era aliancista. Veio a eleição, o Júlio Prestes ganhou e o Getúlio então, com os gaúchos, juntamente com o Antonio Carlos em Minas, João Pessoa na Paraíba, passaram a preparar uma revolução e estourou a Revolução de [19]30. Eu era ultra revolucionário, e uma coisa engraçada: quem passasse pelo Rio de Janeiro no dia 24 de outubro, quando a Revolução foi vitoriosa aqui no Rio, o estrangeiro ia pensar que quem tinha ganho eram os comunistas, porque o símbolo da revolução era um lenço vermelho, a gauchada chegou de lenço vermelho, nós todos pusemos lenço vermelho, eu lembro que uma empregada minha foi tomar o bonde e não deixaram porque ela não tinha nada vermelho. Depois começou a haver as desilusões não é? Chegou-se à conclusão que o Getúlio não estava com muita vontade de deixar o governo provisório, e o governo estava ficando cada vez mais provisório e veio a Revolução de São Paulo, mas a Revolução de São Paulo ainda era, eu ainda fui, vamos dizer governista, porque a Revolução de São Paulo veio com cunho muito separatista, sabe? E aquilo me impressionou muito e eu fui contra São Paulo.

LO - O senhor entra no Ministério de Trabalho em [19]31, em 1931. O senhor fez o concurso para entrar no Ministério do Trabalho?

GB - O Ministério do Trabalho foi criado logo depois da Revolução, foi uma das promessas que o Getúlio havia feito na campanha da Aliança Liberal era justamente a criação do Ministério do Trabalho. Então criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no trabalho estava incluída a Previdência. Eu fui, o Ministério foi composto por nomeação, todo mudo foi nomeado, eu fui nomeado como muitos outros foram nomeados, eu fui nomeado Primeiro Adjunto do Procurador Geral do Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional do Trabalho já existia. Quando o Brasil aderiu ao Tratado de Versalhes, na parte nona havia obrigação dele estabelecer determinados órgãos trabalhistas, então foi criado em [19]23 o Conselho Nacional do Trabalho, para dar cumprimento à discussão do Tratado de Versalhes, de maneira que o Conselho

Nacional do Trabalho preexistiu à Revolução. Mas com a vitória da Revolução, criaram o Ministério do Trabalho, além do Conselho Nacional do Trabalho, criou-se um Departamento Nacional de Trabalho, o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Imigração, tudo isso compôs o Ministério do Trabalho. Eu fui nomeado para o Primeiro Adjunto do Procurador Geral do Conselho Nacional do Trabalho, que se encarregava da parte de Previdência, as Caixas de Aposentadoria e Pensões, e uma coisa interessante, é quem decidia sobre as demissões por justa causa, as demissões de empregados estáveis: empregados com mais de dez anos de serviço só podiam ser demitido mediante inquérito feito pela empresa e que era julgado aqui no Rio pelo Ministério do Trabalho. Você viu o que era a centralização no Brasil, como era fácil. Para demitir um empregado no Amazonas com mais de dez anos, tinha que fazer o inquérito lá e mandar aqui ao Rio para ser julgado aqui, quem julgava era o Conselho Nacional do Trabalho.

MC - O senhor disse que foi nomeado, mas foi nomeado a partir do que de indicação, de relações familiares, como é que era isso?

GB - Relações familiares; eu me dava muito com o Presidente do Conselho, Mario Andrade Ramos.

MC - Mario Andrade Ramos?

GB - É, ele tinha que compor um quadro lá, evidentemente ele procurou gente conhecida, e eu fui um dos nomeados.

MC - [19]31, não é?

GB - [19]31.

MC - Essa experiência que o senhor tem com a advocacia antes, o senhor termina a faculdade quando?

GB - [19]29.

MC - [19]29, mas antes o senhor estava tendo experiência ...

GB - Eu comecei advogar em [19]28, quer dizer, eu comecei a ser assistente de um advogado em [19]28, frequentar o foro, o foro, nessa época, era dividido entre a Rua Dom Manoel e a Rua dos Inválidos, e eu fui um grande frequentador de um bonde, da, chamado Praça XV, que é um bonde que ligava aqui, passa pela Rua Santa Luzia e ia até lá na Rua dos Inválidos. Eu ia a foro e depois tinha que ir lá ao Pretório que fica lá na Rua dos Inválidos. Aprendi muita coisa nesta fase sabe, muito mais do que aprendi na faculdade em matéria de Direito, outras coisas eu aprendi muito lá, mas Direito eu aprendi muito mais nestes anos que eu passei aqui como assistente de um advogado.

MC - O senhor aqui no Rio morava onde?

GB - Eu comecei morando na Vila Isabel de Pim, na Rua Real Grandeza, hoje chama-se Rua Camoirano, virou rua.

LO - Vila Isabel?

GB - Chamava-se Vila Isabel de Pim, hoje é Rua Camoirano, é Rua Real Grandeza com Voluntários, com uns prédios meio antigos lá, não sei, um prédio de dois pavimentos muito alto, morei lá, depois fui morar na Rua Maria Eugênia lá, perto ali do falso Largo dos Leões, o Largo dos Leões é mais para baixo, ali é onde os bondes faziam a volta ficou chamado, como “O Bonde” era bonde Largo dos Leões, mas lá realmente, até hoje, você vai olhar na placa o Largo dos Leões é ali onde fica, no fim da Rua Humaitá. Morei na Rua Maria Eugênia fica ali perto, depois meu pai fez casa na Rua Jardim Botânico, morei no Jardim Botânico.

MC - O senhor sempre morou bem. É Botafogo, Jardim Botânico...

GB - Regularmente, eu nunca morei na ZN não.

LO - Hein, aonde?

GB - Na ZN, sabe o que é ZN?

MC - ZN, Zona Norte.

LO - Doutor Geraldo, em [19]31 nós temos o Regulamento Geral das Caixas, o senhor acompanhou essa legislação previdenciária logo em [19]31?

GB - Quando eu fui nomeado havia uma grande comissão que estava reformando a Lei 5109 de [19]26, essa grande comissão, eu tomei posse, e nem de perto eu acompanhei, o meu chefe que é o Joaquim Manoel de Resende, Procurador Geral do Conselho, fazia parte da comissão, através dele eu vi ecos lá da discussão, mas já estava no fim dos trabalhos, porque eu tomei posse no dia 15 de fevereiro de 1931, e esse decreto, o Getúlio aprovou em 1º de outubro, o Decreto 20.465 que fez a reforma da Legislação das Caixas, não foi a regulamentação, foi um decreto que era a Lei Orgânica das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Nunca precisou ser regulamentada porque já era uma lei completa, uma Lei Orgânica.

LO - O senhor quer parar então?

GB - Mais dois minutos.

LO - O senhor falou que não tomou contato, mas sabe mais ou menos quem eram as pessoas que participaram neste projeto?

GB - Olha, eu me lembro o seguinte, o meu cargo era muito trabalhoso sabe, como o Conselho cuidava de tudo que dizia respeito à Caixa de Pensões, tudo tinha que vir ao Rio de Janeiro: orçamentos, prestação de contas, recursos de segurados, os inquéritos administrativos, de maneira que, aliás, o Mário Ramos quando me disse que ia conseguir minha nomeação me disse: “Olha o cargo é trabalhoso, realmente.” De maneira que, vamos dizer, me afoguei logo no meu trabalho e não pude acompanhar de perto. Eu me lembro que se falava muito no Mario Poqui, o Mario Poqui foi um dos elementos que tomaram parte nessa comissão. Tinha alguns elementos da indústria, dos empregadores, tinha alguns elementos dos empregados, agora não recordo o nome, porque assim que eu

tomei posse, o Leonel, que estava muito ocupado nesta comissão, me jogou um bocado de serviço sabe. Olha, eu era novo no assunto, tinha que enfronhar da legislação toda, cada processo eu levava algum tempo estudando, de maneira que eu não pude acompanhar isso. Quando saiu o decreto aí sim eu tive que estudar o decreto e aí nesta época eu já tinha, já não estava tão impune.

MC - O Oswaldo Soares era um especialista em Previdência?

GB - O Oswaldo Soares era Diretor da Secretaria do Conselho Nacional de Trabalho e era o único atuário, além do Clodovel de Oliveira, que era atuário do Departamento Nacional do Trabalho, era o único atuário conhecido na época, me disseram que tinha conseguido o diploma por correspondência. Ele era Diretor da Secretaria do Conselho, o Conselho tinha uma secretaria e uma procuradoria, o Oswaldo Soares era Diretor de Secretaria e Joaquim Leonel de Resende era o Procurador Geral.

MC - E o senhor teve algum contato com o Oswaldo Soares?

GB - Muito, permanente.

MC - Ele já era um senhor na época que o senhor conheceu?

GB - Como?

MC - Ele já era um senhor?

GB - Ele era, para mim era um senhor, eu tinha, em 1931 eu tinha qual idade, eu tinha 23 anos, ele já era um senhor. Mas me dei muito bem com ele até, uma ou outra rusguinha em matéria de serviço, mas nos demos muito bem.

MC - Qual era, o senhor se lembra, tem lembranças desse período das Caixas?

GB - Uma coisa é o seguinte: eu entrei em [19]31 e em [19]32 já me começaram a me dar, porque descobriram que eu tinha o jeito de fazer leis, redigir atos legislativos, em [19]32 eu já fui nomeado para uma comissão, eu com 3 médicos inteiramente (TI) do assunto para regulamentar o serviço médico das Caixas, e saiu um belo regulamento que está em vigor até [19]60. Mas em [19]34 eu tive que assumir a Procuradoria porque o Leonel Resende foi nomeado Presidente, foi o Primeiro Presidente do IAPC e já em [19]33, com três anos de trabalho eu já assinei a Procuradoria, enquanto ele ficou presidente eu fiquei à testa da Procuradoria. Mas eu acho que agora podemos parar.

MC - Então vamos parar.

GB - Agora quando você voltar vamos dar assim um pulo de 30 anos.

Data: 11/12/1986

Fita 2 – Lado A (continuação)

MC - Nós estamos aqui no dia 11 de dezembro de 1986, mais uma vez no escritório do Senhor Geraldo Baptista, mais uma etapa do nosso Projeto Assistência Médica da Previdência Social, Projeto da Fiocruz, INAMPS, Casa Oswaldo Cruz com a presença do Luiz Otavio, Marcos Chor e da Ana Luce. Doutor Geraldo Baptista, o senhor entrou para o Ministério do Trabalho num período em que só existiam as Caixas de Aposentadoria e Pensões, isso foi em 1931. Eu gostaria que o senhor relatasse um pouco as suas lembranças sobre a situação das Caixas naquele momento, o que o senhor conheceu de contatos que o senhor tinha.

GB - Quando eu entrei para o Ministério, tomei posse, no dia 15 de fevereiro de [19]31, já estava em elaboração o Decreto 20.465 que estendeu o regime das Caixas às empresas de eletricidade, de portos, de estradas de ferro oficiais, de maneira que, logo em seguida nós começamos a ter os problemas das novas Caixas, mas dura até outubro, foi quando a Lei foi promulgada, eu ainda tomei conhecimento do antigo regime, das Caixas que até então havia, as Caixas das empresas particulares e, a partir de [19]26, de algumas estradas de ferros oficiais, sobretudo a Caixa da Central do Brasil que era uma das maiores. Naquele momento, 1931, a situação das Caixas era péssima, situação financeira a ponto de, quando o presidente Vargas assumiu o governo provisório, um dos primeiros atos dele foi baixar um decreto suspendendo a concessão das chamadas aposentadorias ordinárias, que hoje se chama aposentadoria por tempo de serviço, naquela época tinha o nome de aposentadoria ordinária, e ele fez um decreto, única vez na vida que se fez isso, suspendeu a concessão de aposentadorias, e já havia duas Caixas em que as aposentadorias em vigor, já concedidas, tinham sido reduzidas, porque a Lei de 1923 permitia isso: quando a situação da Caixa não fosse boa, permitia reduzir a aposentadoria, coisa que hoje em dia nem é possível falar nisso, de maneira que havia esse problema e aguardávamos a nova Lei a fim de que a situação das Caixas pudesse ser mais ou menos melhorada. Veio o decreto em outubro de [19]31 e a tarefa do Conselho, do qual eu fazia parte como Primeiro Adjunto do Procurador Geral, foi justamente orientar a instalação das novas Caixas, as Caixas que naquela época eram mais ou menos umas trinta e poucas e chegaram, depois de instaladas todas as Caixas criadas pelo Decreto 20.465, chegaram a 178 Caixas, havia Caixa de todo tamanho, havia Caixa que eu me lembro, o Conselho tinha um corpo de inspetores que corria o Brasil periodicamente fiscalizado as Caixas, era um trabalho até bem interessante, e alguns inspetores me contaram que em certas Caixas, por exemplo, o empregado mais credenciado tinha sido eleito para secretário da Caixa e não presidente, porque ele era o único que sabia ler e escrever, então em vez de ser presidente foi ser secretário, porque eram empresa pequena, havia empresa com três, quatro, cinco empregados, empresas de energia elétrica então havia se espalhado pelo Brasil todo, essas cidades pequenas tinha lá uma pequena empresa de energia elétrica que produzia, digamos, 50 KW, 100 KW e não precisava de muita gente, de maneira que logo que as Caixas começaram a funcionar, graças, aliás, à energia do então presidente do conselho que chamava doutor Mario Andrade de Ramos, ele realmente foi ter um papel muito importante nisso porque foi graças à energia dele que se conseguiu isso, porque houve muita repulsa por parte das empresas de energia elétrica, que muitas delas não queriam instalar Caixas por causa da contribuição, porque a contribuição naquela época era 1,5% da renda bruta, não era igual à dos empregados não, houve até recurso judiciário mas os recursos não prosperaram e depois de alguma luta as Caixas acabaram sendo instaladas.

MC - Quer dizer, havia pressão por parte dos empresários...

GB - Não, eu não digo pressão, mas havia uma certa repulsa aos empresários, sobretudo as empresas pequenas, conforme eu disse havia empresas até com 50 KW ou menos até, talvez de produção havia, porque era um ônus novo, toda vez que um ônus novo pega o empregador, o empregador reage, né? Depois ele se acostuma e fica á espera do próximo ônus.

MC - É, porque a situação das Caixas no início dos anos [19]30 estava...

GB - Um dos motivos principais foi das aposentadorias precoces, porque o Decreto, a Lei 5109 de [19]23 estabelecia o limite de idade para aposentadoria, mas, naquela época havia, eu já lhe contei, o problema da cauda orçamentária, já não lhe falei isso?

MC - Cauda orçamentária? Não acho que não.

GB - Era isso, isso era muito comum isso, no, quando o congresso aprovava o orçamento da República, no fim do orçamento vinha as disposições mais díspares possíveis sobre os assuntos mais diversos e um dessa disposições da Lei orçamentária de 1924 acabou com o limite de idade para as aposentadorias ordinárias, o que aconteceu foi o seguinte: é que houve uma infinidade de aposentadorias precoces, como aquela época, mais do que hoje o ferroviário começava a trabalhar muito cedo, alguns começavam com 11 anos, mas o que eu estava dizendo mesmo?

LO - O senhor estava falando que as Caixas, o conselho...

GB - Exato, o conselho tinha uma secretaria e uma procuradoria; a procuradoria funcionava em todos os processos que transitavam pelo conselho, o conselho, aliás, era bem diferente dos colegiados de hoje porque havia grandes nomes como membro do conselho, a função era gratuita, era um serviço público relevante, ninguém recebia nada, não havia nem o famigerado jeton, e esse pessoal se interessava muito, é gente que tinha muita experiência, havia empregadores, empresários, representantes dos empregados, gente que se interessava...

LO - Na administração das Caixas?

GB - Não, no conselho.

LO - No Conselho Nacional do Trabalho?

GB - No conselho. O conselho tinha patrões, os empregados eram dois elementos até, quando eu entrei para lá era interessante, porque era o Carlos Pereira da Rocha, que era ferroviário e o Gustavo Leite que era operário do Arsenal de Marinha, tinham sido eleitos, nomeados para Caixa. O Carlos Pereira da Rocha tinha se notabilizado porque era o maquinista da Zezé Leone.

Interrupção da gravação

GB - 20.465 em outubro de 1931, o que realmente tinha causado essa situação financeira perigosa nas Caixas tinha sido justamente o excesso de aposentadorias precoces.

MC - Quer dizer, e os benefícios dados pelas Caixas, como é que o senhor avalia neste período, eram amplos?

GB - Não, não os benefícios não eram amplos, havia aposentadoria ordinária, que era feita com o tempo de serviço, havia a aposentadoria por invalidez, mais ou menos o que existe hoje em dia, não havia aposentadoria para os serviços insalubres ainda e as Caixas reservavam uma pequena verba para Assistência Médica, mas onde é que eu queria chegar, qual foi a sua pergunta mesmo?

MC - Sobre os benefícios?

GB - Os benefícios, em geral, eram pagos, estavam sendo pagos em dia salvo nestas duas Caixas em que haviam sido reduzidos e o contato...

Fita 2 - Lado B

GB - O contato entre o segurado, que era, por exemplo, chamado associado, e a Caixa era um contato muito mais fácil porque, às vezes, o segurado era conhecido da própria administração da Caixa, as Caixas pequenas por exemplo, sabia-se muito bem quem era fulano, sicrano, beltrano, quantos anos tinha, quantos anos tinha já prestado, de maneira que na hora do benefício não havia a papelada que há hoje em dia. Nesse ponto a vida deles era muito mais interessante, mas a questão é que a administração dessas 178 Caixas era muito difícil e assim, logo que elas começaram a funcionar efetivamente, começou-se a pensar na fusão, na redução de número de caixas.

MC - O senhor teve contato diretamente com as Caixas, o senhor trabalhou diretamente com alguma delas?

GB - O nosso contato com a Caixa, conforme eu lhe disse, era através dos relatórios anuais, o relatório da inspeção, além da Caixa fazer seu relatório de seu desempenho, o inspetor todo ano corria as Caixas e apresentava um relatório muito minucioso, Zezé Leone era uma máquina, uma locomotiva da Central que pegou esse nome pelo seguinte: naquela época tinha havido o primeiro concurso de Miss Brasil, a primeira Miss Brasil chamava-se Zezé Leone e a locomotiva dele era tratada com tal capricho, os metais brilhavam de tal maneira, que ficou com o apelido de Zezé Leone, e por ser maquinista do Zezé Leone que ele acabou como sendo representante dos empregados no conselho. O Gustavo Leite a mesma coisa, era um homem de muito valor, ele representava os empregados como empregado que era do arsenal da marinha, mas tudo isso eram funções inteiramente gratuitas, era gente que ia para lá apenas porque tinha entusiasmo pela causa. A Procuradoria, conforme eu disse, funcionava em todos os processos e isso nos dava uma visão ampla do funcionamento das Caixas.

MC - Quais eram, na época que o senhor entrou, quais eram as principais Caixas?

GB - A Caixa mais importante era a Caixa da Central do Brasil. Essa Caixa, aliás, foi uma Caixa que deu muito trabalho à Procuradoria, pelo seguinte: porque a Central do Brasil era uma entidade mais ou menos, como se pode dizer, não era uma autarquia, era uma repartição pública, o pessoal da Central do Brasil era funcionário titulado e quando foi criada a Caixa da Central do Brasil, os titulados que tinham direito à aposentadoria pelos cofres públicos se recusaram a contribuir com a Caixa e depois, não sei como, com uma

ordem lá um tanto quanto forçada, eles passaram a contribuir com as Caixas também e criou-se então um problema que acompanhou a evolução das Caixas durante muitos anos, o problema da dupla aposentadoria: porque na hora de se aposentar eles se julgavam no direito a duas aposentadorias, uma pelo Tesouro Nacional, como funcionários que eram titulados, e outra pela Caixa para qual eles haviam contribuído. Isso deu mais uma porção de dúvidas e a coisa veio se prolongando e só acabou mesmo quando a Caixa foi fundida no Instituto dos empregados do serviço público.

MC - CAPFESP.

GB - Não, naquele tempo, antes, depois da CAPFESP, a CAPFESP... Isso terminou então, deu trabalho, muita discussão, muita controvérsia, problema judiciário, várias vezes que eu nem me lembro mais, foram tantas vezes procurar resolver o assunto, mas era a maior Caixa a Caixa da Central, e a que tinha realmente o melhor serviço médico porque já tinha herdado o serviço médico da... Havia mais um problemzinho: a Caixa da Central, além do pessoal titulado, como se chamava, funcionário público, tinha o pessoal que se chamava pessoal jornalero, que hoje é o que se chama de contratado, numa época chamou-se extranumerário, mas naquela época chamava-se pessoal jornalero. O pessoal jornalero tinha uma Caixa e essa Caixa também se fundiu na Caixa dos Ferroviários da Central do Brasil, de maneira que havia três regimes dentro da mesma Caixa, mas a Caixa dos Jornaleros tinha um embrião do serviço médico e esse, de maneira que o serviço da Caixa evoluiu mais depressa que o serviço das outras Caixas. A Caixa mais importante depois da Caixa da Central, na minha opinião, era a Caixa da Light aqui do Rio e essa Caixa da Light foi uma Caixa muito bem organizada porque a diretoria da Caixa depois que se conformou que tinha que pagar aquela contribuição de 1,5% sobre a renda bruta, resolveu dar atenção à Caixa e designou para presidi-la um consultor jurídico da própria Light, era o Major McAvan, que se dedicou inteiramente porque se entusiasmou pela coisa, porque realmente presidência é uma coisa que você, começando, você se entusiasma sabe, se você começando a lidar com previdência você acaba entusiasmado, o Major McAnam que era um escocês que gostava muito até do *whisky* foi para a Caixa, presidir a Caixa, se interessou por aquilo de maneira que conseguia tudo, todas as facilidades na empresa, deu várias facilidades à Caixa, a Caixa ficou logo com o melhor serviço médico e no fim de dois anos ou três o melhor serviço médico era da Caixa da Light. As Caixas de São Paulo também, a Companhia Paulista era uma grande Caixa, da Sorocabana e assim por diante.

LO - O senhor estava falando da representação no CNT na composição do Conselho Nacional do Trabalho, o senhor falou da representação de trabalhadores no Conselho e como é que é, o senhor lembra como que eram eleitos esses trabalhadores?

GB - Não, não eram eleitos, eram designados. O próprio governo escolhia e os designava, na ocasião de designar os dois primeiros representantes o governo naturalmente procurou um expoente da classe, a classe não estava organizada como hoje, então o Carlos Ferreira da Rocha, que era o maquinista da Zezé Leone, era muito respeitado na Central do Brasil que era realmente uma das grandes empresas estatais da época, foi escolhido o Carlos Ferreira da Rocha. O Arsenal da Marinha também, que é uma entidade industrial muito importante, até hoje ainda é, basta dizer que ele constrói navios de guerra, o Gustavo Leite já tinha se notabilizado lá como líder operário, foi escolhido também, mas era dependente da escolha do governo.

LO - Era designado pelo governo. Agora no caso, o senhor sabe qual dos dois está vivo hoje?

GB - Não, ambos já são falecidos, porque já não eram muito moços quando entraram para lá, quando eu os encontrei lá, em 1931 eles não eram muito moços, de maneira que já são falecidos.

MC - O interessante é que os dois representantes do setor operário eram do setor estatal, quer dizer o setor privado não participava então?

GB - Porque não estava organizado, o Brasil não tinha organização sindical nenhuma na época, então na hora do governo escolher, foi escolher no seu próprio seio.

MC - Eram operários do Rio de Janeiro também?

GB - Do Rio de Janeiro, porque a sede do Conselho era no Rio de Janeiro, inclusive para facilitar porque se colhesse um elemento de São Paulo, tinha o problema das viagens, o conselho reunia-se toda semana às quintas-feiras, nessa época o conselho funcionava na plenitude da sua composição, não era dividido em câmaras. Mais tarde à medida que o conselho foi crescendo e que ele foi dividido em câmaras. Nessa época o conselho funcionava integral mesmo e toda quinta-feira, e realmente o conselho deu um bom cargo da tarefa que tinha, porque as Caixas passaram a ter orçamentos aprovados pelo conselho, todas elas mandavam, na época, o próprio orçamento, o conselho aprovava a tempo, a prestação de contas também eram sempre aprovadas todo ano e a secretaria do conselho tinha elementos bons e, quando a primeira reforma do conselho, o conselho passou a ter um atuarial que não havia, o Oswaldo Soares, embora atuário, mas era diretor da secretaria e aí mais tarde criou-se o atuariado e o primeiro atuário do conselho foi o Paulo Câmara, Paulo Leopoldo Pereira da Câmara, que era um homem de muito valor também, de muito valor.

MC - Tanto o Oswaldo Soares como o Paulo Câmara já estão falecidos?

GB - Ambos são falecidos, infelizmente essa minha turma, toda ela já...

LO - O senhor se lembra da rotina das reuniões de quinta-feira do conselho, quer dizer, o que era discutido normalmente?

GB - Havia uma pauta, havia uma pauta, os processos, uma vez depois de receber o parecer da procuradoria era distribuído aos relatores e de acordo com a pauta cada relator relatava o seu processo, o assunto era debatido, frequentemente a Procuradoria era ouvida através do Procurador Geral, ou daquele que havia funcionado no processo, porque no primeiro ano em que eu funcionei no conselho havia um único adjunto, era o Procurador Geral e o Adjunto, mas já em [19]32 foi criado mais um cargo de adjunto, então havia um primeiro e um segundo, aliás segunda porque o segundo adjunto foi a doutora Natércia da Silveira que funcionou na procuradoria até pouco tempo atrás, quando ela se aposentou, essa está viva ainda.

MC - Natércia da Silveira está viva?

GB - Está. Essa funcionou na procuradoria esse tempo todo. Então, conforme o procurador já havia funcionado ou adjunto, às vezes era chamado para prestar esclarecimento e o conselho decidia, lavrava-se a ata, até nos primeiros tempos que lavrava a ata era eu, porque o doutor Mario Andrade Ramos, na falta de um funcionário especializado, como foi ele que tinha me encaminhado para o conselho, ele disse: “Olha, Geraldo você vai funcionando no conselho assim e assim, mas você vai fazer minhas atas.” Durante algum tempo eu fiz as atas depois foi contratado um funcionário especializado para isso, chamava-se Luiz Carlos Pés, eu me lembro até hoje o nome dele, este fazia umas atas muito trabalhadas, muito minuciosas, as minhas atas eram mais sintéticas e o pessoal até mexia muito com ele, eu digo “Olha, sua ata sai maior que a seção”, mas ele trabalhava muito bem e essa mais ou menos era a rotina do serviço, sabe?

LO - Havia alguma intervenção do doutor Getúlio junto ao Conselho Nacional do Trabalho?

GB - Não, nenhuma, nenhuma, nenhuma, o Getúlio absolutamente, nunca veio a intervir, intervir no Conselho. O Mário Andrade Ramos era gaúcho, como era o Ministro do Trabalho que era o Lindolfo Collor, eram muito amigos, de maneira que ele tinha muito prestígio junto ao Ministro do Trabalho e esse prestígio ele carregou para o próprio Conselho. O Conselho tinha grande autonomia sabe?

LO - E a presença do Lindolfo Collor junto ao Conselho Nacional do Trabalho?

GB - O Lindolfo Collor esteve lá, acompanhou até umas três vezes, porque ele encarregou o Conselho de elaborar a primeira Lei dos 2/3, você já ouviu falar da Lei dos 2/3?

MC - O que seria essa Lei dos 2/3?

GB - Vocês não sabem não?

MC - Eu, eu li alguma coisa sobre, mas...

GB - A Lei dos 2/3 está em vigor até hoje, está na Consolidação, a Lei que estabeleceu que em qualquer empresa tinha que haver pelo menos 2/3 de empregados brasileiros natos, só podia ter 1/3 estrangeiros, por isso que chama Lei dos 2/3. Essa Lei, a minuta dessa Lei foi feita pelo conselho e o Lindolfo Collor, eu me lembro, pessoalmente compareceu a umas duas ou três reuniões, presidiu os trabalhos participou e, preparada então a minuta da Lei, ele levou ao Presidente da República, que naquela ocasião nós estávamos no regime de decreto, não Leis, mas eram Decretos com força de Lei e daí então fizemos a primeira Lei dos 2/3, e até hoje todo ano as empresas têm que mandar a relação dos 2/3.

MC - Agora, essa Lei dos 2/3 ela devia ser um reflexo de um movimento, talvez nacionalista, alguma coisa assim, não?

GB - A Revolução de [19]30, ou melhor a Aliança Liberal da qual veio a Revolução de [19]30 tinha esse aspecto nacionalista, porque esse aspecto é um aspecto muito simpático sempre, problema até de propaganda política, e a Lei dos 2/3 foi um fruto disso, era um compromisso que o Getúlio Vargas tinha assumido quando se leu a sua famosa plataforma aqui no Castelo, Aliança Liberal, um dos compromissos dele foi fazer uma Lei

nacionalizando as empresas, os empregados mesmo, no sentido que tivessem preponderância em relação aos estrangeiros.

MC - Como é que foi, qual é a avaliação que o senhor faz da gestão do Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho?

GB - Brilhante, brilhante, apenas durou pouco porque logo, pouco depois houve aí um “riffifi” político, e tanto ele como mais dois Ministros gaúchos se afastaram do governo por causa da Revolução de São Paulo. Ele e mais dois ministros gaúchos se afastaram. Ele foi então sucedido pelo Agamenon Magalhães, eu digo, desculpe...

MC - Não, Salgado Filho.

GB - Salgado Filho, perfeito.

MC - Esse período aí do Lindolfo Collor, o senhor se lembra assim de pressões contra a política que o Lindolfo Collor queria implementar?

GB - Eu confesso que lá pelo conselho eu não senti nada, nada, nada, se houve foi lá pelos bastidores, não senti nada. O Lindolfo Collor, quando saiu já deixou preparados vários projetos de Lei, Decretos, que depois o Salgado Filho então levou ao Getúlio e pôs em execução: Lei de Férias, várias leis.

MC - Lá no Ministério, no Conselho Nacional do Trabalho, o senhor teve contato com alguns técnicos ou auxiliares mesmo, quer dizer, Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, o senhor teve contato com essas pessoas?

GB - Todos vieram depois.

MC - O Agripino Nazaré?

GB - O Agripino Nazaré e aquele Pimenta foram procuradores do DNT.

MC - DNT...

GB - Departamento Nacional do Trabalho, lá no Conselho, não? O Conselho, o Evaristo de Moraes por exemplo, funcionou também no DNT, ele só veio para Procuradoria da Presidência do Conselho mais tarde quando foi criada a Justiça do Trabalho, isso foi em [19]41.

MC - Doutor Geraldo Baptista porque que, a que o senhor atribui essa mudança da legislação, essa que criou, quer dizer, o Decreto Lei 20.465?

GB - O Decreto?

MC - O Decreto-Lei.

GB - Naquela época o Decreto-Lei tinha força de Lei, mas o governo provisório, modestamente, baixou o decreto, mas tinha força de lei porque não havia outro, outro poder legislativo senão o próprio, governo provisório.

MC - Quer dizer, ao que o senhor atribui essa mudança, quer dizer, é esse Decreto-lei de 20.465, porque houve esse decreto?

GB - Eu já expliquei o primeiro ato do Presidente Vargas, quando assumiu o governo provisório foi mandar suspender a aposentadoria e nomeou uma comissão para rever a legislação das Caixas.

MC - Mas parece que tinha outros pontos assim, de diversos...

GB - Não o ponto básico, o que levou basicamente foi a má situação financeira das Caixas.

MC - Parece que começou também uma política, a partir desse Decreto de investir recursos que existia nas Caixas, para construção de casas?

GB - Exato, o Decreto 20.465 tem várias posições a respeito da inversão dos fundos das Caixas e foi, foram baixados dois decretos naquela ocasião, da qual, cuja elaboração eu participei, um sobre as construções de casas pelas Caixas e o outro de serviço médico, eu colaborei em ambos os Decretos. As Caixas passaram então a criar carteiras imobiliárias, mas tudo aquilo um pouco incipiente ainda, não os recursos ainda não eram muitos e a experiência não era grande.

MC - O senhor teve alguma participação na legislação, ou dos institutos, da criação dos institutos?

LO - O IAPM principalmente?

MC - Do IAPM já o primeiro?

GB - Pessoalmente não, pelo seguinte, porque justamente, quando se cuidou do primeiro instituto, que foi o IAPM, quem estava à testa disso, era gente já dos próprios marítimos sabe, armadores e marítimos e a coisa foi preparada lá entre eles. Agora, eu me lembro que o conselho foi ouvido, mas apenas ouvido sabe, mas não foi, compreendeu? Pelo Decreto 20.465, que foi uma comissão do próprio conselho, o conselho foi ouvido, deu um parecer sobre isso.

MC - E por que houve essa mudança das Caixas, quer dizer, por que foram criados os institutos e não continuou com a política de Caixas, não houve a continuação da política de Caixas?

GB - Pelo seguinte, porque em 1933, quando foi criado o IAPM, Institutos dos Marítimos, as Caixas estavam muito divididas ainda, havia essas 178 Caixas aí, e chegou-se à conclusão que se fosse fazer uma Caixa em cada empresa de navegação marítima ia se cair no mesmo engano que havia se caído com relação às Caixas, porque havia empresas de navegação marítima com um navio só ou dois, ou algumas até com saveiros. Agora, imagina se cada uma delas fosse ter uma Caixa, então foi aí que nasceu a ideia de fazer

um instituto na base profissional, foi o Instituto dos Marítimos, a razão principal foi essa, para evitar a fragmentação das Caixas.

MC - As Caixas tinham como base as empresas, não era por...

GB - Era por empresa, todas foram feitas por empresa.

MC - Na junta governativa das Caixas quem é que...

GB - Junta?

MC - Não, não, junta administrativa, na junta administrativa das Caixas tinha um presidente?

GB - Tinha um presidente, o representante, dependendo do tamanho da Caixa, um ou dois representantes de empregados e empregadores.

MC - Sim, o presidente era indicado por quem, pela própria...

GB - O presidente era eleito pela junta.

MC - Era eleito pela...

GB - Junta dos associados como se dizia na época.

MC - Sim, o senhor acha que a criação dos institutos foi muito mais uma questão de racionalizar a atuação das Caixas?

GB - Sem dúvida, porque do contrário ia cair na pulverização, as Caixas daí precisam ser mais pulverizadas, até que as Caixas de eletricidade e serviços públicos, porque a o Brasil inteiro tem inúmeras empresas de pequeno porte, algumas que exploram saveiros, outras exploram lanchas, e algumas de navegação mesmo não são tantas, não eram tantas assim e a razão foi essa, os institutos na base, de base profissional.

MC - Mas, mas nesse momento a intervenção do governo era maior nos institutos?

GB - Como?

MC - Nesse momento também a intervenção do governo era maior nos Institutos, não? Na administração.

GB - Bom, os membros dos Institutos eram dirigidos por conselho, os membros dos conselhos, tanto os classistas eram eleitos, mas a presidência era de nomeação do governo.

MC - Então, teve um caráter mais de controle?

GB - Nós chamávamos na época até, eu era muito contrário a isso, chamávamos de regime presidencialista, porque havia era o regime presidencialista porque o presidente era sempre nomeado pelo governo.

MC - Sim, e o senhor era contra na época?

GB - Eu sempre fui a favor do Instituto de base regional sabe, mas essa ideia minha nunca vingou. Quando eu tomei conhecimento daquela pulverização das Caixas e que era necessário fazer as fusões, eu cheguei, que já se falava na extinção da previdência, já era uma ideia, a extinção da previdência às demais atividades, eu imaginei que no dia que tivesse estendido as demais atividades como marítimos e comerciários, devia-se fazer isso na base regional. Como havia na Europa, na França, por exemplo, com o fundo de garantia regido por um órgão federal para compensar as deficiências de cada um, porque evidentemente alguns institutos lá do norte iam ser mais pobres que os institutos do sul e este fundo então, ele ia compensar essas deficiências. Mas essa ideia nunca vingou, não vingou porque, acredito, porque a ideia da base profissional que dava um pouco mais de relevância aos líderes sindicais, que na época já havia os líderes sindicais, havia o sindicato dos marítimos e o Getúlio também, uma das coisas que o Getúlio fez logo de saída foi a Lei de Sindicalização, começaram a surgir os sindicatos no Brasil, e isso dava maior projeção no Instituto de base profissional do que institutos regionais. De maneira que, com a criação dos marítimos, firmou-se o conceito que os institutos deveriam ser de base profissional e assim vieram os demais.

MC - O senhor acha que a base profissional fortalecia as lideranças sindicais?

GB - Elas, pelo menos elas achavam que sim, eu não achava nada.

MC - Não?

GB - Não, eu sempre fui a favor da base regional.

MC - Sim, mas, por exemplo, na época da criação do IAPM, o senhor sentiu assim pressões, havia alguma pressão mais significativa por parte dos marítimos no sentido da criação do Instituto?

GB - Não, não foi, essa ideia não foi feita nenhuma pressão, criou-se um estado de espírito, um conceito de que era impossível fazer Caixa para as empresas marítimas, então a solução evidentemente tinha que ser o Instituto não, isso não foi preciso pressão, foi um estado de espírito que se criou, um conceito que se firmou.

MC - Mas parece, como o senhor disse, os marítimos é que elaboraram mais ou menos como os institutos iriam funcionar não?

GB - Exato, aliás, até alguns empregados muito chegados aos patrões é que foram, tomaram conta disso, eu me lembro que a primeira eleição para o conselho dos marítimos foi presidida por mim. Eu era bem garoto na época, foi em [19]33, e eu me lembro que tive muito cuidado porque foi a primeira vez que se fez um conclave sindical aqui no Rio de Janeiro, então os sindicatos todos de marítimos, que havia inúmeros, oficiais de Marinha Mercante, oficiais disso, de máquina, oficiais daquilo e eles todos nomearam

delegados, os delegados se reuniram no Conselho e aí foi feito então, eleito o Primeiro Conselho.

MC - O primeiro conselho...

GB - Conselho de Administração.

MC - Dos marítimos foi lá no Conselho Nacional do Trabalho, foi eleito lá no Conselho Nacional do Trabalho.

GB - Eu que geri essa...

LO - Como é que foi essa eleição? Houve campanha?

GB - Não, não, não, eu fui para lá até um pouco receoso porque era garoto, nunca tinha me metido numa malhada como aquela, mas correu tudo bem, porque havia lá uns líderes muito hábeis, sabe, eu acho que eles se reuniram antes, firmaram pontos de vista comuns e a coisa foi muito pacífica.

LO - Era chapa única?

GB - Foi, era chapa única, eu me lembro que eu fiquei muito satisfeito porque houve dois, foram dois conclaves, o dos empregados e depois o dos empregadores, e fiquei muito satisfeito porque naquela época a gente garoto, você gosta de receber assim aplauso, no final voto de louvor ao presidente, aquele garotinho que estava lá na presidência. Mas correu tudo muito bem.

MC - E depois o senhor acompanhou a criação dos outros institutos?

GB - Sem dúvida, através do conselho, porque o que acontecia era o seguinte: uma vez criados os institutos, elegia-se a administração, essa eleição tinha que passar pelo conselho, o conselho que aprovava as eleições todas eram submetidas ao conselho, quando, por exemplo, alguém não se conformava com o resultado da eleição, havia os protestos, os recursos que o conselho também julgava. Agora aprovada a eleição pelo conselho é que havia posse dos eleitos. Então tudo isso eu tive que acompanhar, porque tudo isso passava conforme eu disse pela procuradoria, procuradoria era realmente um lugar muito, isso o Mário Ramos disse quando eu ia para o conselho, disse: “Olha é um lugar trabalhoso”, e realmente era muito trabalhoso, mas aprendia-se muito também sabe, por isso, porque tudo passava pelas nossas mãos, nós éramos três apenas, era o Procurador Geral que era o Leonel, o primeiro adjunto que era eu, e o segundo que era a Natércia.

MC - Sim, e por exemplo, e com relação aos bancários o senhor tem alguma lembrança assim da criação do Instituto dos Bancários?

GB - Tenho sim, o Instituto dos Bancários quem preparou a regulamentação foi o Oscar Saraiva, já é falecido e esse se fosse vivo podia informar muita coisa interessante a vocês. Porque esse também acompanhou a Previdência e os trabalhos desde os primórdios, quem presidiu até, foi o Primeiro presidente dos Bancários, foi o Oscar Saraiva, ele regulamentou, organizou e presidiu. O Oscar Saraiva foi, terminou, foi (TI) pelo Ministério do Trabalho muitos anos, muitos anos e depois foi membro do Ministro do

Tribunal Federal de Recursos, ele foi Presidente do Tribunal, como presidente do tribunal foi ele quem reinstalou a Justiça Federal, porque o Brasil tem disso, se acaba com determinada entidade, passam-se os anos, você reinstala essa entidade. Quando eu me formei em Direito, havia uma justiça federal: a Revolução veio e acabou com a justiça federal, mais tarde criou-se uma justiça federal e quem justamente presidiu a instalação dos órgãos da justiça foi o Oscar Saraiva.

MC - Na literatura que existe sobre a Previdência se coloca que o Instituto dos Bancários foi criado em cima de uma greve que paralisou o Brasil.

GB - Foi a primeira greve que houve aqui realmente, foi a greve dos bancários, e nessa greve que os bancários conseguiram até uma prerrogativa que os demais não tinham, porque a estabilidade era com dez anos de serviço e os bancários conseguiram dois.

MC - Dois, o senhor se lembra desse movimento e como ele se repercutiu no Conselho Nacional do Trabalho?

GB - Lembro, lembro. Não lá no conselho, o movimento não teve assim uma grande repercussão, não, entendeu, não chegou a repercutir, a repercussão foi mais, vamos dizer, administrativa e eu não me lembro mais quem foi o ministro de então, eu sei que o ministro cedeu a determinadas exigências dos bancários e concedeu a lei, era fácil conceder tudo naquela época, qualquer lei dependia apenas de uma máquina de escrever, batia na máquina, o presidente assinava o ministro referendava e pronto, publicava no Diário Oficial tinha uns oito pela frente, como aliás está acontecendo hoje em dia, por incrível que pareça.

MC - Doutor Geraldo Baptista, esse período que o senhor está no Conselho Nacional do Trabalho é um período de grandes movimentos políticos, este período.

GB - Foi um político, vamos procurar um adjetivo, não foi nem de ebulição nem de agitação, digamos que também seja de agitação no bom sentido, porque realmente o Conselho Nacional do Trabalho, durante o tempo que eu estive lá, assistiu à formação de toda essa, digamos até não foi de agitação foi de fermentação, porque tudo que se fez em matéria de trabalho e previdência foi na época, através do conselho, tudo ecoava lá.

LO - Podia, nós sabemos que o Conselho Nacional do Trabalho surge um pouco depois da Lei Elói Chaves, a lei inclusive já previa o Conselho Nacional do Trabalho e colocava que os casos iriam ser mediados na justiça comum até a criação do Conselho Nacional do Trabalho estava dentro da Lei Elói Chaves.

GB - Exato. Porque o Conselho Nacional do Trabalho tinha que ser criado por exigência do Tratado de Versalhes.

LO - Por exigência do Tratado de Versalhes?

GB - Porque o Brasil, quando o Brasil aderiu ao Tratado de Versalhes ficou obrigado a criar um órgão que se encarregasse das questões trabalhistas que a parte 13 do tratado exigia.

LO - Dentro do Conselho Nacional do Trabalho é que surge, inclusive, a Justiça do Trabalho, isso é um momento em que se divide, a Previdência Social vai para um lado e a Justiça do Trabalho vai para um outro.

GB - Isso nós podemos chegar lá, isso foi lá, lá isso foi em 1948.

LO - Eu tinha impressão que tinha sido antes, quer dizer, que o Conselho Nacional do Trabalho unificado, ele fica, a Previdência é um dos temas do Conselho Nacional do Trabalho, até [19]48 se discutia indistintamente...

GB - Não, não é bem assim não, isso até parece que eu já expliquei: em [19]31 foi criado o Departamento Nacional do Trabalho e as questões do trabalho, higiene do trabalho, problema sindicais, regulamentação do trabalho, ficaram com o Departamento, o conselho ficou com a Previdência e apenas o julgamento dos inquéritos contra os empregados estáveis, só isso.

LO - Agora entendi, quer dizer que o senhor, como procurador do Conselho Nacional do Trabalho, e a maior parte das questões eram relativas à Previdência Social.

GB - Sem dúvida.

LO - Sempre relativas à Previdência Social.

GB - A maior parte da Previdência Social.

LO - O senhor lembra se tinha algum tipo, quer dizer os recursos que lhe cabia, que chegava até o senhor, tinha algum tema principal, quer dizer, o que era normalmente o que o senhor julgava, os anos [19]30?

GB - Eu me lembro o seguinte: havia muitos recursos com relação à prestação de assistência médica porque o segurado não se conformava, a Caixa negava assistência médica por tais e tais motivos, o segurado recorria ao conselho, com relação à invalidez também, por exemplo, invalidez, o segurado se julgava inválido, a junta médica da Caixa o julgava apto, ele recorria para o Conselho, grande parte dos recursos eram relativos à aposentadoria por invalidez.

LO - E o Conselho tinha uma consultoria médica, alguma coisa...

GB - Mais tarde.

LO - Mais tarde só, naquele momento ...

GB - Bem mais tarde.

LO - E como é que o conselho podia julgar um caso desses como o senhor está falando, no caso de um aposentado que se julgava inapto para o trabalho e a Caixa o julgava apto?

GB - Porque entre os membros do Conselho havia sempre dois médicos compreende, e eles então prestavam lá essas informações num processo distribuídos a eles e a gente quebrava o galho, como se diz.

MC - Quais eram esses dois médicos, o senhor se lembra esses dois médicos?

GB - Olha, minha memória nesse ponto não funciona muito bem não, mas assim, um eu me lembro: chamava-se Alberto Cunha, já é falecido, é bom não falar muito nessa gente, que eu vou dizer, eu sou obrigado a dizer que são todos falecidos, isso não é nada agradável sabe. Um o Alberto Cunha o outro qual seria o outro, assim de momento eu não me lembro, não. Mas nós nos socorríamos... A Caixa já mandava o recurso instruído não, o serviço já da casa se pronunciava, isso já era um bom elemento para se dar uma opinião e lá no Conselho, quando surgia alguma dúvida em geral o médico orientava. Um caso, por exemplo, um caso de lepra, não é lepra, um caso de tuberculose, tuberculose é aberta, não é aberta, é contagiosa, não é contagiosa, isso os médicos sempre orientavam. Vou dizer, agora vou me lembrar, esse até eu colaborei com ele, chamava-se Irineu Malagueta.

Fita 3 – Lado A

LO - O senhor estava falando do doutor Malagueta.

GB - Onde é que parou aí, hein?

MC - O senhor pega esse início do Irineu Malagueta.

GB - O Irineu Malagueta era um médico conhecido, tinha até uma enfermaria na Santa Casa, foi nomeado para o Conselho e entusiasmou-se logo com aquilo, com o trabalho do conselho e ele verificou que os laudos médicos na opinião dele, eram um tanto quanto falhos, precisavam ser completados, então o presidente do conselho me designou para, juntamente com ele, porque o laudo médico tem uma parte também jurídica, jurídico-renal, é uma perícia médico-legal, o laudo médico é uma perícia médico-legal, eu funcionei com ele, e realmente era um homem até que muito acessível, trabalhamos durante algum tempo, preparamos um novo modelo de laudo e ele publicou, então, um trabalho chamado: “Invalidez no Seguro Social” e tem uma introdução em que ele estuda os casos todos de invalidez do seguro social, essas coisas e depois, então, um novo laudo em que ele até faz referência à minha pessoa “Doutor Geraldo Faria Baptista ao trabalho de preparar esse modelo assim” e aprovou-se um novo modelo de laudo médico, muito mais objetivo, bem mais objetivo que o anterior sabe.

MC - Eu acho que nós temos esse livro na Fundação Oswaldo Cruz.

GB - Invalidez no Seguro Social?

LO - É um livro velho, já é velho, década de [19]30.

GB - É. Está lá o meu nome com o laudo, modelo de laudo que, com as luzes dele eu preparei.

MC - Está certo.

LO - Ainda sobre a essa questão dos médicos dentro do CNT, eles eram médicos, eles participavam do conselho como médicos?

GB - Como membros na primeira fase inicialmente como membros, mais tarde foram nomeados três médicos para o Conselho, médicos funcionários para dar parecer sobre todas as questões médicas que fossem afetas ao Conselho. Aí a coisa mudou porque já havia então três médicos funcionários que davam parecer em todas questões médicas, quer dizer, instruiu muito melhor o processo do que antes. Esses médicos, se eu for procurar consultar minha memória, eu trabalhei com eles também, o primeiro regulamento do serviço foi feito por eles e com minha, a minha colaboração. Augusto Linhares era um médico, também um médico conhecido, Fernandes Távora, que depois foi até governador do Ceará, era cearense, político do Ceará.

MC - Fernandes Távora?

GB - Fernandes Távora, senador Fernandes Távora é o terceiro esse, eu sei que não vou me lembrar, porque não me lembro realmente, esses médicos chegaram, foram nomeados para lá e começaram a dar parecer nos processos, em que havia questões médicas, inicialmente melhorou muito a instrução dos processos e verificou-se então que as Caixas, cada Caixa tinha seu serviço médico organizado conforme lá suas contingências, chegou-se à conclusão que era necessário regulamentar o assunto, então foi nomeada a comissão dos três médicos e mais o Geraldo Baptista vocês estão verificando mais ou menos que eu era um pouco de “pau para toda obra” nessa matéria, e fizemos um regulamento realmente, regulamento esse que vigorou até a Lei Orgânica, até [19]60. Eu nesta ocasião já tinha estudado bastante Previdência, inclusive a Previdência francesa, a Previdência alemã, eu tinha me orientado bastante, de maneira que fizemos um regulamento bastante flexível, porque imagina que quando foi feito o regulamento era um regulamento para cento e tantas Caixas ainda foi bastante flexível e funcionou bem sabe.

LO - E qual foi sua participação no regulamento, foi trazer a experiência internacional?

GB - Foi redigir.

LO - Redigir o regulamento?

GB - Redigi com experiência internacional e evidentemente eu tinha que respeitar lá a opinião dos médicos, mas a redação foi minha.

LO - O senhor acha o processo, experiência que o senhor teve antes com os processos do CNT...

GB - Valeu muito! Valeu enormemente, que havia muitos problemas que surgiam, inclusive que as Caixas não davam muita atenção para nada, na parte ferroviária, as Caixas de eletricidade em geral funcionavam em núcleos, em cidades, ou cidades ou distritos, o pessoal mais ou menos era aglomerado, agora, a estrada de ferro, por exemplo, o pessoal da estrada de ferro ficava ao longo da linha, o guarda-freios, o guarda-chaves e os próprios maquinistas, muitos deles moravam ao longo da linha, trabalhavam ao longo da linha e tinha que prestar serviço médico a essa gente, e evidentemente que era um

serviço médico diferente do que se prestava numa empresa, numa Caixa cuja empresa tinha certa facilidade, todo mundo ali mais ou menos em volta. Essa experiência que eu adquiri lendo os livros da França e da Alemanha, sabe.

LO - E qual foi a solução proposta, o senhor lembra no caso dos maquinistas?

GB - Não, não me lembro sinceramente, vocês querendo posso até oferecer a vocês o regulamento, eu tenho até hoje o regulamento, mas o regulamento é amplo compreendeu, é bem amplo. E, até aprendemos algumas coisas que havia na Alemanha, por exemplo, na França havia uma doença na França chamada noelite, na França, Natal é Noel, então nas vésperas de Natal havia um número enorme de doenças, o pessoal adoecia sabe, para ter aquela licençazinha dos lá oito dias, para poder aproveitar as festas de Natal, então chamava de noelite, chega lá o associado: “Ah o senhor está com noelite”, e coisas assim. A parte também hospitalar, por exemplo, eu me baseei muito no estudo da Alemanha, que a Alemanha é justamente muito bem organizada a parte hospitalar sabe, com aquele cuidado que você conhece, aquele rigor, aquela minuciosidade, meticulosidade do alemão. Isso eu trouxe para o Brasil, mas ciente que estamos trabalhando no nosso País e que estamos fazendo uma coisa própria para o nosso País, de maneira que foi sem exagero, sem nada, tanto que o regulamento, pela sua flexibilidade, conseguiu vigorar até [19]60, senão não teria conseguido.

LO - O senhor teve a oportunidade, naquele momento, de viajar e conhecer as diferenças locais ou o senhor trazia a experiência através da literatura?

GB - Não, eu digo que não foi necessário, sabe, porque o fato de os processos passarem todos pela Procuradoria nos deu um contingente de informação extraordinário, extraordinário! Dispensava qualquer passeio, inclusive essas viagens, às vezes até você não aprende muita coisa não, porque você chega lá na Caixa, o presidente recebe, só mostra o que interessa a ele e você não vê nada. Nos processos você sente muito mais o que se passa dentro de uma Caixa.

LO - E viagens internacionais, no sentido de trocar experiências, quer dizer, o senhor foi à Alemanha, chegou a ir à Alemanha, à França?

GB - Não, não, tudo através do Conselho Nacional do Trabalho tinha uma grande biblioteca especializada, muito boa biblioteca, eu não sei que fim levou com essas reformas todas que houve, muito boa biblioteca. E eu mergulhei na biblioteca, nas horas vagas eu ia para biblioteca sabe, mergulhei lá.

LO - O senhor lia francês?

GB - Lia francês e inglês.

MC - Qual era, o que o senhor considera dentro da Previdência neste período, e influência internacional e o que seria influência, o que seria produção caseira? O senhor consegue fazer essa separação?

GB - Olha, eu digo o seguinte: o que me informaram, o que eu senti, é que a primeira Lei Elói Chaves se baseou um pouco na legislação Argentina, que a Argentina já tinha nos precedido em matéria de Caixa de Pensões, a própria estabilidade no emprego, que a Lei

Elói Chaves, apesar de ser uma lei de Caixa foi quem institui a estabilidade no emprego, alegava-se na época que era preciso dar estabilidade a fim, que dando estabilidade ao empregado, portanto dando continuidade no serviço do empregado dar-se-ia também estabilidade à Caixa, eu ouvia esse argumento embora não me convencesse muito. Agora a Lei Argentina já dava estabilidade também, a nossa deu, mas eu acho que nós, em matéria de Caixa nós nos inspiramos muito mais na Legislação Argentina, uruguaia do que na europeia sabe, que inclusive é indiferente da nossa organização porque lá na Europa o seguro social foi sempre unificado, e não no Brasil que é dividido em várias seções, lá na França que é um país pequeno comparado com o Brasil, na Alemanha o seguro é unificado.

MC - E o senhor considera que a influência Argentina seria na parte de estabilidade...

GB - Não, isso eu confesso que eu ouvi contar, ouvi comentários na época, compreende?

MC - O senhor não estudou...

GB - Não, porque nós passamos logo à frente, sabe, porque assim que foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, veio a Revolução de [19]30, o Conselho Nacional do Trabalho tomou uma nova organização, nós aí tomamos o freio nos dentes, não precisamos mais olhar a legislação, eu me lembro que em 1942 eu fui ao Chile e fiquei admirado do avanço em que estava a legislação de Previdência do Chile, mas depois caí em mim e digo: o Chile é uma tripinha lá, fica lá no Ocidente da América do Sul e o Brasil é esse tamanho, esse continente que temos aqui.

MC - Nem faz fronteira.

GB - Hein?

MC - Nem faz fronteira.

GB - Nem faz fronteira, mas estava muito bem organizado o seguro social no Chile sabe, dentro das limitações, porque um país pequeno é muito fácil, bem mais, na época bem mais avançado que o nosso, porque nós, em [19]42 nós não tínhamos assistência médica generalizada e lá eles tinham.

MC - A que o senhor atribui essa situação já que o senhor acompanhou de certa maneira a criação dos Institutos, de certos institutos terem assistência médica, outros não terem, que critério era estabelecido?

GB - Bom, todos foram, menos o IAPI, o Instituto dos Industriários, foram criados dando assistência médica. O IAPI como foi um Instituto bem planejado, verificou-se o seguinte: que enquanto ele não se firmasse financeiramente seria um tanto quanto arriscado enveredar para o problema de assistência médica, porque a nossa massa segurada era muito maior que dos outros todos e então pensou-se exatamente isso, se promettesse assistência médica ao segurado logo de saída eles vão exigir e evidentemente um seguro saúde para a massa industriária do país era uma coisa muito mais gigantesca do que se dava até agora para os comerciantes, dentro da cidade e o pessoal das Caixas que já vinha desde ano 1923, [19]26, então o Instituto dos Industriários não deu assistência médica, foi o único que não deu assistência médica.

MC - Parece que o senhor participou da comissão organizadora do IAPI, não?

GB - Não, é interessante que, como eu era a favor dos institutos regionais eu tinha uma certa ojeriza pelas comissões organizadoras dos institutos profissionais e em geral não fazia muita, como é que se pode dizer, não aceitava com agrado funcionar nessas comissões e depois aconteceu uma coisa engraçada: apesar de não ter nenhuma simpatia pelo Instituto, eu acabei sendo o Primeiro Procurador Geral do Instituto e aí que eu tomei conhecimento da tarefa que tinha sido feita, porque o Instituto foi organizado também fora do Conselho, por uma comissão organizadora, nessa época quem orientava a parte de Previdência já não era propriamente o Conselho, era o João Carlos Vital, que era amigo da Alzirinha, amigo do Presidente Vargas e essa parte estava entregue a ele. Agora, um belo dia eu estou lá no meu Conselho, na minha Procuradoria e me disseram que o doutor Plínio Cantanhede, que eu sabia que era o Presidente que ia ser indicado para o Instituto, queria falar comigo e quando é que eu posso encontrá-lo, não “Ele pediu ao senhor para passar aqui no Ministério, ele está aqui agora”, eu fui lá e com muita surpresa eu recebi o convite dele para ser o Primeiro Procurador Geral do Instituto e disse com franqueza a ele: “Olha, Plínio, confesso a você que não tenho muita fé nos Institutos por isso, porque eu sempre fui a favor da (TI) bem arraigado, “Não, não você vai gostar é que você não está a par, eu vou dar aqui os dados para você ver.” E realmente aí eu vejo que era uma coisa bem diferente, era uma experiência nova, inteiramente nova, porque o Instituto foi feito com antecedência, o concurso para o pessoal foi feito com muito rigor, conseguiu-se fazer dois concursos, um para o pessoal, vamos dizer, o pessoal...

LO - Subalterno?

GB - Não digo subalterno, primeira entrância chamava-se, outro pessoal mais categorizado que se chamava segunda entrância eu vejo que os Institutos estavam, tinham todas condições para funcionar bem no dia que fosse instalado, ao contrário dos outros, saía a lei criando os Institutos e depois que o Instituto ia se organizar, se instalar, o Institutos dos Comerciários entrou em fase de reorganização em 1900, eu não me lembro mais quando, quando não estava nem ainda totalmente organizado, os bancários criaram um instituto pequeno, embora a lei tivesse saído, não tivesse havido o planejamento, mas a lei quando saiu deu um prazo para regulamentação e instalação, o Oscar Saraiva pode fazer um Instituto, previamente organizar o Instituto, mas já os Marítimos e os Comerciários começaram a funcionar, já começaram a ter obrigações antes de estar praticamente organizado e isso deu um tumulto muito grande, no IAPI não aconteceu nada disso, tanto que quando se fez agora a fusão dos Institutos, que eu também fui contra, a maioria dos funcionários que foram aproveitados para a instalação do INPS foram os funcionários do IAPI que começaram...

LO - O clima na Procuradoria num período e tal. Com relação aos processos por aposentadoria, por anos do Conselho Nacional do Trabalho, o senhor falou nos inspetores, que iam às Caixas, quando que surgem os inspetores de Previdência?

GB - Eu já os encontrei, em [19]31 já havia, já encontrei os inspetores, já encontrei até o modelo de relatório que tinha sido feito por eles, juntamente com o Oswaldo Soares e que funcionou muito bem, estavam no lugar, estavam todos nomeados sabe, e aquilo todo ano, é bem verdade que naquela época as Caixas eram num número bem inferior, porque quando eu entrei para o Conselho as Caixas eram só as Caixas Ferroviárias e empresas particulares e empresas públicas de estrada de ferro e uma ou outra Caixa das empresas

de portos, portuárias, poucas, umas quatro ou cinco, de maneira que os inspetores davam conta do recado muito bem. Depois a coisa foi ficando mais complexa porque o número de Caixas cresceu muito, mas mesmo assim, todo ano havia, os inspetores eram itinerantes, depois criaram até zonas, os inspetores foram sediados, Zona Norte, Zona Centro-Oeste e eles davam conta do recado, preenchiam muito bem aqueles questionários, através dos quais você tinha uma ideia perfeita do funcionamento das Caixas.

MC - Essa parte por exemplo, de compra de remédios que estava dentro também, de criação de farmácias dentro das Caixas, o senhor lembra de alguma coisa neste sentido?

GB - Não, nunca me chamou atenção, algumas Caixas tinham farmácia forneciam remédio gratuitamente, algumas mais, com, com maiores recursos já tinham.

LO - Em regulamento geral das Caixas que o senhor falou que o senhor elaborou junto com os médicos?

GB - Não, não houve regulamento geral das Caixas não.

LO - Ô desculpa, o regulamento médico.

GB - Serviço médico.

LO - Serviços médicos, desculpa. No regulamento dos serviços médicos das Caixas como é que ficava a questão do convênio, quer dizer, as Caixas podiam alugar hospitais?

GB - Não, não, naquela época a ideia, cada caixa tinha seu corpo médico, sabe, não havia convênio. Agora, o regulamento permitia nos casos de urgência de o empregado poder, de o segurado poder recorrer a médicos estranhos e nesse caso então a Caixa reembolsava, fazia o reembolso das despesas médicas.

LO - E esse reembolso era simplificado ou acabava batendo no Conselho Nacional do Trabalho?

GB - Frequentemente batia, mas não era assim em grande número não, digamos que 20% batia no conselho.

MC - Eu queria que o senhor falasse um pouco mais sobre, quer dizer, os médicos eram contratados pelas Caixas, cada uma tinha seu corpo próprio.

GB - Sendo, por exemplo, que o IAPI, que lá no IAPI tudo era por concurso, inclusive até para contratar os médicos abria um concurso e grandes cobras que ainda hoje em dia estão aí ilustrando nossa medicina entraram para o IAPI como, através de um concurso.

MC - Quem era esses médicos, o senhor se lembra?

GB - Bem, vou te dar o nome de um só, dando o nome desse não preciso dar o nome de mais ninguém: Magalhães Gomes, grande professor que acabou de falecer há pouco tempo. Magalhães Gomes foi médico do Instituto do IAPI.

MC - Cardiologista?

GB - Por concurso.

MC - Não era médico cardiologista?

GB - Não sei qual era, ele era mais clínico.

MC - É ele é clínico, o doutor Laranja menciona muito o nome dele.

GB - É ele, foi muito sentida a morte dele agora, inteligentíssimo, um grande orador.

LO - Doutor Geraldo, ainda com relação a esses regulamentos dos serviços médicos da Caixa, o senhor está falando que os convênios não eram aceitos pelo regulamento, quer dizer...

GB - Não, não se pensou em convênio naquela época.

LO - Agora, as Caixas tradicionalmente alugavam espaços em hospitais, por exemplo, o Hospital Pedro Ernesto tinha uma espécie de convênio com algumas Caixas e oferecia serviços aos segurados das Caixas. Como é que o regulamento se posicionou frente a essa questão?

GB - Olha eu confesso a você que assim de momento eu não sei dizer a você não, agora se você me deixar consultar o regulamento que não está aqui, está em casa eu te responderia, isto está previsto lá.

LO - Mas o senhor, não lembra de ter discutido com seus colegas?

GB - Não, você está abusando da minha memória afinal de contas.

LO - É, desculpe, é verdade, essa é a nossa função. Que discussões principais, quer dizer, o senhor falou que redigiu o regulamento de serviços médicos junto...

GB - Era uma ideia assente na época que cada Caixa deveria ter seu serviço médico, isso era uma ideia assente, depois que começou o problema da livre escolha não, mas naquela época não havia, não se discutia o problema da livre escolha não, devido ao número de caixas, tamanho das caixas, tamanho do país, e o regime político nosso, tínhamos a ideia de que cada Caixa tivesse seu corpo médico, que não era por concurso, era por nomeação.

LO - Mas isso existia de fato ou o regulamento estava querendo criar uma situação?

GB - Não, o regulamento apenas, vamos dizer, disciplinou isto.

LO - Mas o que ocorria é que algumas Caixas não tinham médico e...

GB - Não, algumas Caixas, não, as Caixas da Estrada de Ferro do governo, todas tinham médico, todas elas. Agora, aquelas Caixas pequenas que eu lhe falei, aquelas não estavam

em condições de ter médico, se você quiser eu ainda posso recorrer ao regulamento, que infelizmente não está aqui à mão, hoje é uma velharia.

MC - O senhor disse que os médicos eram nomeados, quais eram os critérios de nomeação dos médicos, eram critérios políticos?

GB - É só você consultando os políticos da época sabe.

LO - Então eram políticos.

GB - Agora você tome essa resposta como você achar melhor.

LO - O Conselho Nacional do Trabalho, os membros do Conselho Nacional do Trabalho tinham acesso a serviços médicos, o senhor tinha?

GB - Não, não, olha funcionário público não tinha nada, mordomia nenhuma, nenhuma, nenhuma...

MC - Mas já tinha associações de funcionários públicos, já havia algum tipo de assistência, ou de Previdência para os funcionários públicos, não tinha não?

GB - Mais tarde foi criado o IPASE.

MC - Só mais tarde, antes...?

LO - Em [19]37*?

GB - Havia naquela época, havia o Instituto de Previdência, mas o Instituto de Previdência só dava pensão mais nada, mais tarde que veio o IPASE, veio o Hospital dos Servidores. Assim mesmo o Hospital dos Servidores era no Rio, os funcionários federados do resto do Brasil acho que não tinham nada não.

MC - Doutor Geraldo, porque que o IAPI foi cercado dessas medidas tão, tão assim, tão diferentes em relação a?

GB - Graças ao João Carlos Vital.

MC - O senhor acha que foi mais uma obra do João Carlos Vital?

GB - Obra dele não foi, mas eu digo foi a ideia dele, foi dele, e ele prestigiou, ele prestigiava justamente esse, esse movimento de acabar com o empreguismo, de fazer a seleção, usar o critério do mérito, a seleção, ele era entusiasta disso e conseguiu convencer o Getúlio, o Presidente e o Presidente deu carta branca para ele fazer isso, tanto que o Instituto dos Industriários é uma ilha num verdadeiro mar de empreguismo, porque mais de uma vez aconteceu isso, vinha gente lá do recomendado pelo Bejo Vargas, sabe quem foi o Bejo Vargas? E era muito fácil discutir, não infelizmente aqui só por concurso, e aí

* O IPASE foi criado em 1938.

o sujeito na mesma hora arrepia a carreira e frequentemente ele ia ser empregado no IAPM, no IAPC.

MC - O senhor teve contato direto com o doutor João Carlos Vital?

GB - Tive, muito contato, muito.

MC - E qual é, eu gostaria que o senhor falasse um pouco desse, desse...

GB - Eu tinha uma grande admiração por ele, era um homem de uma grande atividade, apenas divergimos numa certa época, divergimos fortemente, quando ele quis criar o ISSBE, aí foi uma divergência muito grande.

MC - O senhor era contra o ISSBE?

GB - Tal como foi planejado.

MC - Então vamos chegar lá, daqui a pouco a gente chega lá. Mas ele era engenheiro ao mesmo tempo tinha fortes ligações com Getúlio, com a Alzirinha, o senhor falou.

GB - Ele era muito amigo da Alzirinha, a Alzirinha tinha, gostava dele, tinha admiração por ele, e ele realmente era, merecia essa admiração e esse verdadeiro entusiasmo que ele tinha pelo sistema do mérito é que valeu ao IAPI pelo corpo de funcionários que ele veio a ter. O Hélio Beltrão foi o primeiro colocado no concurso básico, por isso foi até escolhido para Chefe de Gabinete sem que o Plínio Cantanhede o conhecesse.

LO - É o que eu ia perguntar, com relação ao concurso...

MC - O senhor é procurador no Conselho Nacional do Trabalho, mas não é membro do Conselho Nacional do Trabalho neste período?

GB - Não, o Conselho tinha, conforme eu disse, uma Procuradoria e uma Secretaria, eu fazia parte da Procuradoria como Primeiro Adjunto de Procurador.

LO - A Secretaria, os membros participavam da Secretaria?

GB - Não, não, os membros participavam do Colegiado.

LO - Do colegiado.

GB - Exato, quer dizer, o Conselho era o Colegiado tinha sua presidência e tinha dois órgãos administrativos, que era um administrativo que era a secretaria e o órgão jurídico que era a Procuradoria, chamava-se Procuradoria Geral até. Depois foi criado o atuariado, foi criado o serviço de engenharia, com o tempo, o serviço de engenharia na medida em que as coisas foram progredindo, evidentemente o Conselho foi aumentando, até que mais tarde se transformou em departamento, isso aí foi posterior.

MC - Eu queria voltar ao doutor João Carlos Vital, ele, apesar de ser engenheiro era muito mais um administrador, não é?

GB - Era um grande executivo sabe, foi um grande executivo, um homem de grande valor, um homem honesto, direito, foi até, foi prefeito daqui do Distrito Federal, antigo Distrito Federal, um homem muito direito, um homem merecedor, coisa que hoje em dia não se dá muito valor, não é?

MC - Doutor Geraldo Baptista, o IAPI sempre é caracterizado por aquele instituto em que a política não entrava?

GB - Durante algum tempo.

MC - Durante algum tempo, foi bom o senhor frisar isso então, durante algum tempo. Mas essa própria autonomia do Instituto em relação à política, não estava vinculado a uma relação política que havia na época de Plínio Cantanhede, de João Carlos Vital com o Presidente Vargas?

GB - Não, a coisa era a seguinte: o João Carlos Vital tinha grande prestígio junto ao Getúlio através da filha dele, da Alzirinha, da Alzira: O Plínio Cantanhede era o homem de confiança do Vital, a coisa foi feita dessa maneira, agora essa autonomia ampla, completa, absoluta foi a única vez que se houve realmente uma autarquia, uma entidade autárquica, porque entidade autárquica pressupõe tenha absoluta autonomia, porque a palavra já indica autarquia é isso. O Instituto tal qual entidade autárquica genuína durante dois anos, porque o DASP não viu aquilo com bons olhos, havia o DASP, e o DASP não via com bons olhos aquela autonomia absoluta, depois, de maneira que depois de algum tempo, sabe como é, água mole em pedra dura, o DASP, o presidente do DASP, por sua vez, tinha um grande prestígio junto ao Presidente Getúlio Vargas que era o Luiz Simões Lopes e o DASP não via aquilo, não gostava, o DASP comandava tudo no serviço público, estava todo mundo debaixo dele. E um belo dia nós, naquela época, os decretos saíam no Diário Oficial, a gente abria de manhã, tomava conhecimento, um dia desses, não me lembro bem mais o alcance do Decreto, só sei que esse alcance cortou a autonomia do instituto, submeteu a determinadas matérias em que o instituto tinha absoluta autonomia, subordinou ao DASP, e aí aquela autonomia absoluta que nós tínhamos, aquela liberdade que nós tínhamos de administrar o instituto foi bastante cortada, sabe.

MC - Então o senhor acha que até o início dos anos [19]40 houve uma certa autonomia, uma grande autonomia?

GB - Isso até [19]40.

LO - Até [19]40, depois o DASP...

GB - Começou a cortar as nossas asas.

MC - Porque via que era um órgão que não estava sob seu controle?

GB - Exato.

MC - Mas de certa maneira não teve uma época que o DASP exercia a mesma política do IAPI no sentido de concurso público?

GB - Não o DASP sem dúvida, o DASP também só admitia com concurso público, mas o DASP queria ter o IAPI sob a direção dele, sob a vigilância dele, compreende? E, como o Instituto era uma entidade inteiramente diferente das demais, tudo mais estava subordinado, menos o IAPI, ele não, ele não via com bons olhos aquilo.

MC - E no período que o senhor está mencionando que o DASP fez pressão houve alguma reação por parte do IAPI, o senhor se lembra assim de reações ou tentativas de resistência?

GB - Não, não houve porque era fato consumado, sabe, foi fato consumado. Nós nos reunimos, os diretores, inclusive o Procurador Geral, nos reunimos e chegamos à conclusão que era fato consumado, conversamos com o Vital e o Vital nos disse que não podia mexer no assunto, que era fato consumado.

MC - Sei, o senhor entra para o IAPI, mas o senhor não é concursado, como é que ficava a situação do senhor?

GB - Eu era, como Primeiro Adjunto do Procurador Geral, eu fui requisitado pelo IAPI entendeu, para ser o Procurador Geral, eu fui por requisição, tanto que eu não fui funcionário do IAPI. Fiquei lá durante sete anos, de [19]38 a [19]44, em [19]44 eu voltei para minha Procuradoria.

LO - O senhor poderia comparar as tarefas enquanto procurador geral do IAPI e enquanto procurador junto ao Conselho Nacional do Trabalho, quer dizer, havia alguma diferença?

GB - Bom, eu levei para o IAPI uma grande experiência que eu tinha adquirido como Primeiro Adjunto do Procurador e realmente o IAPI tinha uma divisão jurídica, não era uma procuradoria, havia certos critérios diferentes sabe, o pessoal era contra esse negócio de Procuradoria Geral, e eu fui então, embora houvesse uma divisão jurídica, ela era dirigida por um procurador geral que era eu, agora nós funcionávamos, aqui no Rio de Janeiro, e orientávamos juridicamente todo o Brasil, nós não tínhamos delegação em nenhum estado. O instituto era dividido em Delegacias Estaduais, de maneira que toda orientação era dada daqui. Foi necessário então criar um boletim e esse boletim é que foi muito útil, foi criação minha também, nós mensalmente...

LO - Boletim jurídico do IAPI.

GB - Boletim da Divisão Jurídica era editado mensalmente e trazia nossos pareceres, trazia nossas decisões, trazia a legislação nova, e com isso os delegados se orientavam. Depois que eu saí, começaram a ser criadas as Procuradorias Regionais, mas foi depois que eu saí, enquanto eu estive lá não houve.

LO - É, mas os casos, cabia aos procuradores muitas vezes julgar como nós estávamos vendo, casos de recurso...

GB - Opinar.

LO - Opinar, exato, desculpe.

GB - O juiz julga o procurador opina.

LO - Opina, o senhor está certo.

GB - Que é uma tarefa muito mais fácil, aliás, sabe? Eu fui Juiz também lá no Conselho Nacional do Trabalho e não me dei bem, porque eu, na hora de julgar é muito mais difícil do que opinar, como procurador eu opinava com toda a tranquilidade, fulano tem razão, beltrano não tem, na hora de julgar é bem diferente sabe, tanto que eu fiquei lá um ano e meio e não fiquei, mas isso é à parte.

LO - Mas esse, nos casos que o senhor tinha que opinar no IAPI, havia muita diferença daquilo que tradicionalmente ocorria nas caixas?

GB - Era bem diferente pelo seguinte, primeiro porque as Caixas, o Instituto inicialmente estava todo preocupado com o problema de organização, então a ordem de serviço, muitas passavam pela procuradoria para verificar, via muita diferença daquilo que tradicionalmente ocorria nas caixas?

GB - Era bem diferente pelo seguinte, primeiro porque as Caixas, o Instituto inicialmente estava todo preocupado com o problema de organização, então a ordem de serviço, muitas passavam pela procuradoria para verificar...

Fita 3 - Lado B

GB - Federal, preparou-se então um manualzinho para que os delegados pudessem conceder o auxílio-funeral sem necessidade de nos consultar, desse manualzinho esgotava, procurava esgotar o assunto, inclusive com modelos de requerimento, modelo de despacho e com isso nós fomos fazendo, depois veio o problema de aposentadoria, fizemos a mesma coisa, a parte, vamos dizer, a parte da contabilidade, havia um manual, fazíamos tudo através desses manuais, manuais estes que eram bastante minuciosos, manuais de serviço. A procuradoria tinha que colaborar neles todos.

LO - Quer dizer que poucas vezes a Procuradoria teve que opinar quanto a processos de seguros?

GB - Não, começou opinando em todos também, agora, à medida que foi crescendo é que, inclusive, os delegados foram adquirindo experiência então nós fomos começando a descentralizar, mas inicialmente nós opinávamos em todos os processos todos.

LO - Todos.

GB - Todos. E tinha um trabalho muito grande também porque nós, o Primeiro Instituto a cobrar judicialmente as contribuições em atraso foi o IAPI, eu me lembro que depois de uns seis meses de funcionamento os empregadores já começavam a atrasar, já tinha os relapsos e veio o problema da cobrança. Bom, então pensei com os meus botões; nós não temos, isso nós não temos nenhuma experiência, então eu fui com meu assistente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que é especializada em cobrança da dívida ativa.

LO - Quem era o assistente do senhor?

GB - Hein?

LO - O assistente do senhor?

GB - Júlio Saleque.

LO - Ah! O Júlio Saleque.

GB - Fomos até lá, conversamos com o procurador, não me lembro mais o nome dele, explicamos para ele a nossa solução e pedimos a ele se ele nos podia franquear os livros para se verificar como que fazia, porque o processo executivo fiscal, sobretudo na época era muito complexo, porque a dívida tinha que ser inscrita num livro, desse livro tinham que ser saídas as certidões de dívida, as certidões de dívida tinham que então ser levadas à justiça para serem executadas. Eu pedi a ele que nos franqueasse a leitura dos livros dele para gente fazer igual, eu disse: “Saleque tudo que você ver aí vai tomando nota”, e ele foi muito gentil, aliás, mandou buscar os livros, um cartapaço deste tamanho, tudo feito à mão, era tudo feito à mão, onde seu débito fiscal era inscrito lá, fulano de tal, débito tal, processo tal... E daquilo então iria sair uma certidão de dívida líquida e certa, porque aquela certidão era considerada líquida e certa no executivo fiscal. Levamos aquilo lá ao IAPI e chegamos a conclusão que à mão não podia ser, então vamos fazer o seguinte, vamos organizar então um livro impresso, e aí trabalhamos no modelo, deu algum trabalho para fazer uma coisa que se aplicasse aos diversos casos, porque tinha multa de toda espécie não é, e mandamos imprimir os livros. Até aconteceu um incidente interessante: saíram as primeiras certidões impressas e a coisa ficou muito mais fácil, e um belo dia, depois de uns oito meses de instituto demos entrada ao primeiro executivo fiscal, aí na vara federal, tinha que ser vara federal, o juiz era o Ribas Carneiro, já ouviu falar nele?

MC - Não, acho que não.

GB - Ribas Carneiro era um homem muito interessante porque ele dava sentenças muito interessantes sabe, era um sujeito assim, um ar assim meio desabusado e a sentença dele até o foro gostava muito de ter, era muito comentado no foro, e eu me lembro um dia lá um processo complicado caiu na mão dele e ele começou: “Esse processo tem pau de formiga”, sabe o que é pau de formiga, não sabe? É uma árvore fica oca porque a formiga passa por dentro, coisa assim. Bom, demos entrada e aí eu já tinha estabelecido a procuradoria, dividida em três partes, a consultoria, que examinava os processos de benefícios, o contencioso que ficava encarregado da cobrança da dívida ativa, porque as contribuições chamavam-se dívida ativa, e o serviço de contrato que logo agora já estavam complicados com o problema das compras das propriedades todas, terrenos e tudo mais. No dia seguinte o procurador chefe chegou com muitos olhos arregalados. “Que houve?” “Não o Doutor Ribas indeferiu a petição”. “É, disse que aquele negócio está errado, que indeferiu.” Eu digo: “Ah não, não pode indeferir, pois nós copiamos da Fazenda Nacional, que há mais de 100 anos faz aquilo, traga o processo para cá”, trouxe o processo e realmente de implicância tinha indeferido. Eu aí mandei tirar. “Você tira uma certidão de um processo da Justiça Federal, da certidão de dívida e me dê, e aí fiz uma petição dizendo que o IAPI, apesar de ser novo na matéria, novo no culto, antes de iniciar-se no culto tinha procurado imitar o sacerdote muito mais antigo, que era ele, e nos inspirávamos na certidão e portanto absolutamente nós tínhamos, não tínhamos tido coragem absolutamente de comparecer perante o magistrado de justiças de sandálias e tudo mais”, passei uma gozação nele completa e juntei a certidão mostrando que era igual, ele não teve remédio, reconsidere o despacho, aí botou. “Quanto às sandálias fique com

ela, senhor procurador!” E aí a coisa passou, começou a correr pacificamente, passamos a cobrar dívida ativa, coisa que instituto nenhum tinha feito até então.

MC - Nenhum instituto fazia isso, que os institutos faziam quando as empresas não pagavam?

GB - Ah, ficavam dando prazos, e o fato que a coisa não ia à cobrança, por isso aliás que ele ficou um pouco surpreso quando apareceu um ... Até então quem cobrava em juízo era só a Fazenda Federal, e a Fazenda Estadual aqui na parte estadual e a Fazenda Federal, e a Fazenda Municipal na parte dela e ele estranhou aquela petição do IAPI, deu-lhe um repente e indeferiu.

LO - Agora o senhor ao mesmo tempo, o senhor é procurador chefe do IAPI e procurador do Ministério do Trabalho.

GB - Não, eu fui requisitado.

LO - Mas o, mas o...

GB - Eu deixei minha função no Conselho e fui exercer o cargo de Procurador Geral por requisição, era um processo administrativo que havia na época e até hoje ainda há, em virtude de requisição.

MC - É, o senhor está colocando que os...

GB - É um empréstimo, eu fui emprestado.

MC - O senhor está colocando que já depois de seis meses, depois de seis meses que o senhor está lá no instituto, no IAPI, já aparecia os empresários, alguns empresários que não pagavam sua parte, sua contribuição, e por parte do governo neste período, como é que era o comportamento do governo em termos das contribuições?

GB - Sempre atrasado.

MC - Neste período mesmo já estava atrasado?

GB - Sempre atrasado, o governo entrava com a chamada cota de previdência, a cota de previdência que era arrecadada pelas empresas entrava, mas aquela que ficava por conta do governo não entrava, até hoje ainda existe esse problema.

LO - E a Procuradoria Geral não toma, não é requisitada para...

GB - Não, contra o governo nós não podíamos agir, você não pode penhorar o governo, porque, com base naquela certidão de dívida, eu iniciava um processo contra a empresa, se a empresa não, a empresa era intimada a pagar em 24 horas, se não pagasse, eu penhorava qualquer, uma máquina, um bem dela; o governo não pode ser penhorado.

LO - O senhor era Procurador Geral do IAPI e por isso defendia o IAPI, ou o senhor tinha uma posição, uma postura de magistrado frente às causas?

GB - Não, não, procurador, embora digam que o Ministério procure a magistratura de pé, mas o Ministério público sempre defende uma causa, ou a causa pública, ou quando, no caso, por exemplo, eu defendia, é como se fosse advogado do Instituto.

LO - Do Instituto, era no caso de um processo de um segurado...

GB - Não, aí não, não aí não, quem prevalecia era a Lei, se o delegado tinha errado, tinha sido contra a Lei, a procuradoria dava parecer a favor do segurado, porque o Ministério Público é advogado da Lei, a função principal dele era ser advogado da Lei e fiscal da sua execução, de maneira, agora, perante terceiros nós funcionávamos como advogados, como, aliás, hoje em dia a Procuradoria da República funciona como advogado perante terceiros, toda vez que uma pessoa procura uma causa contra a União Federal, a procuradoria defende a União Federal como se fosse advogado dela.

LO - Agora, o senhor fala também que uma das funções que estava mais assoberbando a procuradoria geral naquele momento era a questão da compra e venda, compra de terrenos e imóveis era o que fazia com que houvesse a necessidade permanente, não é, de advogados acompanhando esses processos. Logo de início o IAPI sai comprando inúmeros imóveis, o que o senhor achava desse tipo de político, quer dizer, como é que...

GB - Eu estava esperando pelo seguinte, porque o primeiro a construir casas aqui, o conjunto residencial foi o IAPI, a Caixa da Central tinha aí umas duas ou três vilas operárias, aliás, um negócio um pouco complicado porque o pessoal não pagou e se atrasava e havia reclamações contra a construção de casas, eram mal construídas, e era só o que eu sabia. O primeiro a construir, o primeiro conjunto residencial a ser construído no Realengo foi construído pelo IAPI, já em terreno comprado com a minha assistência jurídica, depois nós compramos terrenos em São Paulo, compramos em Belo Horizonte mas não comprávamos, parte era comprado para formar um patrimônio imobiliário, porque nós sabíamos que, naquela época em [19]39, [19]40, [19]41 houve um grande *boom* imobiliário no Brasil, você era um garoto e não sabe, mas houve um tremendo *boom* imobiliário, é verdade que não havia inflação mas fez-se muito negócio imobiliário e depois até que eu deixei o IAPI como advogado eu fui ganhar muito dinheiro com a experiência que eu tinha adquirido na parte imobiliária exatamente... Mas era uma coisa maravilhosa porque a Sul América financiava, por exemplo, em 18 anos pela tabela *Price*, não tinha correção monetária porque não havia inflação, então o instituto, parte ele comprou imóveis para fazer um patrimônio imobiliário, porque os imóveis depois encareceram tremendamente e a gente ficou com aqueles imóveis todos que ainda tem alguns hoje, e parte foi logo fazendo construções, vilas operárias, conjuntos residenciais aqui no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte.

LO - O senhor visitava?

GB - Fazia pessoalmente pelo seguinte, porque os meus auxiliares não tinham, isso é uma experiência à parte não é, porque o pessoal lá era prático em Previdência, mas nessas coisas não tinham muita prática, quem justamente começou a fazer isso junto comigo foi o doutor Moacir, depois passamos a fazer até juntos, eu fazia uns ele fazia outros, porque é trabalhoso, você tem que estudar a história do imóvel: primeira coisa a fazer é pegar as plantas, pegar as escrituras, verificar se as dimensões do imóvel constantes da escritura conferem com a planta, depois verificar se os limites do imóvel conferem com o da planta, esse foi o trabalho básico, para não acontecer o que aconteceu aqui numa ocasião com

uma grande empresa imobiliária em que um sujeito foi a ela pedir uma hipoteca e ofereceu um imóvel deste tamanho, foi avaliado e a empresa emprestou a ele X com base naquele imóvel. Bom, mas como não havia nenhuma ligação entre a parte de engenharia e a parte jurídica depois o sujeito levou para parte jurídica a documentação de um imóvel deste tamanho e a empresa recebeu depois recebeu em garantia hipotecária um negócio deste tamanho. Nós, portanto, nós tínhamos muito cuidado em justamente, em primeiro lugar localizar o imóvel a ser comprado. Depois o Instituto abriu a carteira imobiliária, a carteira hipotecária e começou também a emprestar sob hipoteca, porque nós tínhamos obrigação por Lei de aplicar o patrimônio numa taxa mínima de 5% ao ano, isso depois com o tempo acabou, hoje em dia não há mais isso, mas o regime nosso era de capitalização, então para isso nós tínhamos que investir nosso dinheiro e investindo também não só na parte operária, construção de casas, era um investimento porque o operário comprava a casa e ficava pagando e tinha também a parte hipotecária porque se emprestava às grandes empresas e vinha então o retorno do capital imediato. Havia até uma propaganda, porque alguns sindicatos achavam que aquilo que nós estávamos dando muita importância à parte, aquilo hipotecário, então havia até uma propaganda mostrando o seguinte: isso aqui quer dizer, o que nós ganhávamos na carteira de hipoteca permite que eu possa vender isso aqui a você baratinho, os juros eram de 6%, só isso não tinha mais nada, é juro de 6% ao ano e nada mais.

MC - Doutor Geraldo, quanto à parte da assistência médica, o IAPI não dava assistência médica, mas ele tinha perícia médica, o senhor teve contato com...

GB - Tive, houve uns probleminhas lá porque o médico que dirigia a parte de perícia médica entendia que laudo médico era uma coisa sigilosa, não podia cair nas mãos de ninguém. Bom, estou de acordo com ele que nas mãos de curiosos, ficar verificando o que houve, fazer um exame médico em você, saber o que você tinha, o que você não tinha, mas para o Procurador dar parecer, o Procurador tinha que conhecer o laudo médico para saber, julgar da incapacidade, saber se havia ou não havia incapacidade, porque isso já é, conforme eu disse, aí já não é uma perícia médica é uma perícia médico-legal. E ele então passou a colocar os laudos médicos fechados dentro do processo, o primeiro que chegou estava lacrado, eu devolvi, devolvi e aí se criou o caso, eu digo: “Não, não custa nada, eu vou dar um parecer, mostrar como é que é”, então dei um parecer mostrando que a perícia médica no caso a perícia médico-legal, citando exemplo, aí literatura estrangeira e que portanto era indispensável que um procurador para dar um parecer sobre uma aposentadoria por invalidez, se cabia ou não cabia tinha necessidade de conhecer o laudo. Então se sugeriu o seguinte: o laudo ficava dentro do envelope, o envelope era fechado, quando a procuradoria então abrisse o envelope aí a gente poderia examinar o laudo e assim a coisa ficou resolvida. Esse parecer está até publicado no Boletim.

MC - O senhor se lembra assim, na época o senhor avaliar casos mesmo, quer dizer, de assistência, de conceder benefícios aos segurados e estes segurados reagirem contra as decisões que foram tomadas ou as avaliações que o senhor tenha feito?

GB - Não, das decisões do IAPI com relação à assistência, assistência médica e a processos de benefícios o recurso era pelo Conselho Nacional do Trabalho também, tal como nos demais institutos, o conselho era a instância superior do IAPI.

MC - O conselho estava, quem em última instância decidia era o Conselho Nacional do Trabalho.

GB - Exato. O Conselho é o alvo de recursos de todas as instâncias de Previdência Social.

MC - O senhor não acha que o IAPI na época, isso, ele era muito rígido na concessão de benefícios não?

GB - Não fiquei com essa ideia, não sabe, só que concederam muito benefício sabe?

MC - Não atrasava, por exemplo?

GB - Não, não, não, o problema de atraso lá era seríssimo sabe, a disciplina lá era grande. Eu me lembro uma ocasião o Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, visitou lá a divisão jurídica e depois correu os serviços todos e disse: “Poxa, mas isso aqui é um regime alemão”, eu digo: “Não, não é nada, é um regime normal, aqui todo mundo aqui tem direito e obrigações, não só direitos não, e você sabe que a maior parte dos funcionários públicos tem direitos, na hora da obrigação começa a...”

LO - Por causa da lepra e da tuberculose, seria essa tuberculose já e parece que eram doenças bastante comuns à época. O senhor recebia um processo de lepra ou tuberculose, as pessoas pegavam, parece que tinha algum estigma em cima desse tipo de processo.

GB - Não havia esse cuidado não.

LO - Não havia?

GB - Inclusive nós sabíamos, por exemplo, que lepra não pega por contágio por papel não, isso é, sabíamos muito bem e a mesma coisa acontece com a tuberculose, a tuberculose não pega por contágio por papel, não havia absolutamente essa preocupação.

LO - Havia algum tipo de separação, porque a Caixa fazia processos amarelos eram para lepra, vermelho para tuberculose?

GB - Lá no IAPI não havia nada disso, não tinha a menor preocupação.

LO - A gente pode dizer que o IAPI era uma instituição moderna em termos de administração?

GB - É, vamos, vamos dizer sem vanglória, era uma instituição modelar sabe, modelar, depois com o tempo *tutto casto passo* do laço, não é?

LO - Por que o senhor sai do IAPI em [19]44, o que leva o senhor a voltar?

GB - Porque eu fiquei com saudade da minha procuradoria, compreende, nessa época, nessa altura, a minha procuradoria com os três elementos, em [19]41 quando da criação da justiça do trabalho, foi criado o Ministério Público do Trabalho, eu tomei parte na instalação do Serviço do Trabalho, isso é outra fase da minha vida, outro aspecto da minha vida, e evidentemente que enveredei para procuradoria, que o Ministério Público do Trabalho fosse criado, porque não havia até então, não tinha caráter de Ministério Público. Criaram o Ministério Público do Trabalho, foram nomeados oito procuradores também nomeados pelo Presidente da República e formaram-se então as duas procuradorias de

previdência e do trabalho e a certa altura, em [19]44, eu já estava com muita saudade lá da minha procuradoria compreende?

LO - Ah, Doutor Geraldo, será que foi isso mesmo?

MC - Muitas saudades mesmo?

GB - Saudades mesmo sabe, podia o Instituto, o Instituto dos Industriários, acontecia o seguinte, inicialmente ele foi, os diretores foram todos emprestados, requisitados, eu fui para a procuradoria geral, o Zé Augusto Seabra, que era um contador de grande, imenso valor, foi para o departamento de arrecadação, o Luís Joaquim da Costa Leite que era um engenheiro também muito conhecido, eu até acredito que o filho dele hoje em dia é secretário aí, o mesmo, quase o mesmo nome, o Júlio Barros Barreto foi para o departamento de benefícios, todos, todos funcionários do Ministério do Trabalho emprestados, porque, apesar de o Instituto ser moderno e tudo mais, mas ele precisava da experiência daquele pessoal que vinha de trás. Agora, quando foi criado o IPASE, o Vital levou a maior parte desses diretores para o IPASE, então daquela turma inicial ela sobrou, sobrei apenas, fiquei eu. Eu me lembro que na ocasião até, eu escrevi uma carta para o Plínio Cantanhede dizendo o seguinte: que agora, no momento que o Instituto já, ah bom, e foi nomeado, evidentemente, chamados funcionários já então do próprio instituto, para dirigir a divisão de benefícios, departamento de arrecadação, departamento de serviços gerais, departamento de diversões, quer dizer, o único remanescente era eu, e como eu achava que o instituto já tinha adquirido a maioria nesta matéria, eu punha até o cargo à disposição dele. Mas ele não aceitou a minha demissão. Mas, depois o tempo foi correndo eu fiquei verificando exatamente isso e digo e agora aqui, hoje em dia, eu sou quase um corpo estranho, gente nova, o pessoal, o pessoal do IAPI era um pessoal entusiasmado, criaram logo uma revista chamada *Inapiários*, fiquei, tinha um Boletim, a revista, fizeram um Clube dos Inapiários, tinha uma vida social intensa sabe, uma vida comunitária muito intensa, eu fiquei me julgando um pouco assim, pouco a pouco, não eu estou demais aqui, quando chegou o ano de [19]44, foi em [19]44, nós já tínhamos comissionado vários advogados para funcionar com a procuradoria, chegou a hora de fazer o concurso, que lá tinha que fazer o concurso, eu preparei as instruções para o concurso e disse: “O Plínio, agora eu deixo esse trabalho pronto aqui e vou embora”, e ele foi obrigado a concordar.

LO - E o senhor volta então?

GB - Voltei para minha procuradoria. Aí então já era procuradoria Previdência Social, fazendo parte do Ministério Público do Trabalho.

LO - Antes de chegar à Procuradoria de Previdência Social eu queria que o senhor falasse um pouco, se possível, sobre o congresso do Chile de 1942, que o senhor ainda era Procurador Geral do IAPI e que é sem dúvida uma experiência inovadora em termos de pensar a Previdência Social, porque no Congresso discutia o problema da Previdência ampla, ou não?

GB - Bom o congresso foi muito interessante pelo seguinte, o chileno é ultra, é muito politiquês, nós fomos para lá para um Congresso, Congresso Interamericano de Seguros Sociais, muito bem. Assim que fomos preparados para lá, estudamos as teses todas, preparamos nosso trabalho e lá chegamos. Bom, quando nós chegamos já estava uma

tremenda briga instaurada lá porque o homem que havia dirigido, orientado o Congresso chamava-se Júlio Bustos que era uma grande autoridade da Previdência Social, Júlio Bustos, tinha se indisposto lá com o Ministro da Salubridade, chamava-se não sei que lá Echevarne e o fato, tinha vindo também o pessoal do BIT tinha se metido no meio.

LO - Do BIT?

GB - É, do Bureau Internacional do Trabalho, chamava-se Oswaldo Staine, um homem também, o pessoal todo inteligente. O fato que eles estavam numa brigalhada danada e tinham transformado o congresso, um simples congresso era *Conferencia Interamericana de Seguridad Social*. Eu já achei o negócio um pouco esquisito, Conferência, em geral aprova convenções, convênios, coisas assim e nós não tínhamos poder nenhum para aprovar coisa nenhuma, nós tínhamos ido lá defender pontos de vista, tanto que o Brasil até apresentou os pontos de vista. Durante a conferência nós apreciamos exatamente o desenrolar dessa, dessa turra lá, política, porque é o tal negócio o Bustos era do Partido Radical e o Echevarne era do Partido Socialista, o Allende já estava botando as manguinhas de fora também, era Partido Socialista lá.

LO - O senhor chegou a se encontrar com ele?

GB - Cheguei, estava aliado ao Echevarne, e nós, disse, fomos a delegação brasileira era o Fioravanti, podem até perguntar a ele, o Gastão Quartim Pinto de Moura que é um atuário competentíssimo também, que eu já falei nele a vocês e eu era presidente da delegação, eu combinei com o Jorge ... “Olha vamos ficar de fora”, embora nós nos déssemos muito bem com o Bustos, o Bustos nos recebeu muito bem, nos prestou todo o concurso, o Fioravanti, a tese do Fioravanti foi impressa, depois que ele chegou lá, o Bustos botou gente lá trabalhando para ele tudo mais, a tese do Fioravanti foi impressa pelo Bustos. E o Bustos nos cercou de distinções, e os outros Echevarne, os outros lá meio convencidos, quer dizer, nós tínhamos toda simpatia pelo Bustos, mas vamos ficar de fora que nós não vamos nos meter em política aqui.

LO - Chama ele de Bustos?

GB - Júlio Bustos Acevedo, mas ele sabe que lá no Chile o que vale é o nome paterno, não vem em último lugar, é como na Espanha, o nome da mãe vem em último lugar, então lá é Júlio Bustos Acevedo é da mãe. O congresso foi nessa base sabe, muita discussão, o Brasil saiu-se bem, eu fui vice-presidente e até me dei mal com a comida chilena, não me dei nada bem. Um dia lá eu não estava passando nada bem, pensei numa canja, a nossa velha canja aqui, falei com, porque todos os dias tinham chilenos nos levando para almoçar, a parte social foi muito intensa também, coquetel todo dia, jantares e eu me ressentí daquilo, e nesse dia eu me lembro, que eu falei na canja lá com o chileno. Ah deve ser o *cazuela de ave*, ah eu vou”, levou no restaurante e pediu uma *cazuela de ave*, eu digo *cazuela de ave* deve ser canja; veio um negócio cheio de pimentão, uma coisa intragável, eu pesquei um pedacinho de frango lá dentro com muita cerimônia, saí de lá com uma fome danada, não consegui comer coisa nenhuma. Mas agora, quando chegou no final da conferência, eu sou chamado, ah eu nesse dia estava passando mal, não estava passando bem não, mandei o Fioravanti, o Fioravanti foi no meu lugar lá para a última reunião, ah que horas, foi a certa hora lá, sete horas, uma coisa assim, eu estava até repousando um pouco, o Fioravanti me telefona, “Geraldo, eu estou aqui alucinado, querem transformar isso daqui numa conferência, querem aprovar convenções, venha

para cá, eu não aguento”. Fui eu para lá e realmente o Echevarne, o Allende junto com o tal Oswaldo Stein transformaram o congresso em conferência e queria nos obrigar a criar um Comitê Interamericano de Seguro Social e queria que nós apoiássemos tudo, que nós não tínhamos poderes nenhum porque você sabe que quando você vai a uma conferência você tem que ter certos poderes para poder aprovar determinadas coisas, ah foi uma coisa danada, eu me recusei a aprovar aquilo tudo, o pessoal ficou danado da vida, fizeram pressões, mas nós ficamos firmes sabe. No dia seguinte recebo novo, novo convite, para ter uma parte na seção de instalação do Comitê da Conferência Interamericana de Seguro Social. Claro que eu não apareci lá não.

MC - Seguro ou Seguridade?

GB - *Seguridad Social* chamava-se *seguridad*, eu gostava mais da palavra segurança, mas depois pegou mesmo *seguridad*. Eu vim embora para o Brasil, apresentei o relatório aqui mostrando que não tínhamos aderido por tais e tais motivos e o nosso trabalho aprovou por assim muito tempo. Mais tarde houve aqui no Rio de Janeiro a Segunda Conferência Interamericana do Estado da América, isto é, um outro tipo de conferência, conferência dos Estados da América, é uma conferência regional da Conferência Internacional do Trabalho, só para os Estados da América, o pessoal do BIT veio e cantou o Helvécio Lopes, já ouviu falar nele não?

MC - Xavier, Helvécio Xavier Lopes.

GB - Para encampar o tal comitê e o Helvécio Lopes topou e foi nomeado então o representante do Brasil neste comitê. Quando o Helvécio Lopes deixou, ele foi sucedido pelo Fioravanti, que parece que até hoje ainda é.

MC - É, Doutor Geraldo, esse congresso de [19]42 é considerado na literatura uma das primeiras tentativas...

GB - Até a declaração de Santiago de *Seguridad Social* uma coisa bonita, sabe...

MC - Parece que essa conferência ou esse encontro que foi feito lá no Chile é um dos primeiros ensaios assim da perspectiva da *seguridad* ou da segurança social. O senhor acha que essa discussão que houve naquele congresso, entre duas posições do Bustos e do Echevarne, refletia essa visão sobre a Previdência Social, de um lado uma previdência social mais restrita?

GB - Não com relação, vamos dizer, à parte técnica, eles não divergiram, a Declaração de Santiago é até uma coisa muito bonita, muito bem feita e imagina um progresso muito grande da Previdência Social, e dessa declaração de Santiago, evidentemente, muita coisa que se fez em matéria de Previdência na América foi inspirada por ela e esse congresso, aliás é interessante porque tinha os Estados Unidos e o Canadá porque era Interamericano.

MC - Interamericano.

GB - Não era Latino Americano, era interamericano, naquela ocasião o BIT tinha colocado uma, foi logo depois da guerra não, ou melhor, depois, logo depois, perdão, durante a guerra e o BIT tinha publicado um trabalho muito interessante, chamado “No Rumo da *Seguridad Social*” e que muita gente se inspirou nele também, inclusive nós

aqui no Brasil e por falar em guerra o problema, nós fomos, nós, quando saímos aqui de avião no melhor avião da época, você sabe qual era o avião...

LO - DC Três.

GB - DC Três. Fomos daqui a Porto Alegre, de Porto Alegre a Buenos Aires, de Buenos Aires a Córdoba, de Córdoba a Mendoza, pulamos os Andes chupando oxigênio e descemos em Santiago. Agora havia o problema das prioridades, porque havia pouca condução, então o pessoal tinha prioridades e tinha prioridade um dois viajando vinha um, botava o dois para fora, punha o um. No trajeto entre Buenos Aires e Porto Alegre comunicaram ao Fioravanti que ele ia ficar em Porto Alegre, ele contou esse fato ou não?

LO - Não, não, não contou não.

GB - E ele não se conformou evidentemente, e ele era muito amigo do Dutra que era Ministro da Guerra e ele não teve dúvida: “Quero passar um telegrama para o Ministro da Guerra”. Como? “Um rádio, quero passar um rádio”, Bom, tenha a bondade de passar “Protesto, não sei o que, por que acabo de ser surpreendido com a notícia que vou ser... Voltando de uma conferência importantíssima em caráter nacional...” Quando chegou em Porto Alegre. “Não o senhor vai continuar”, não se falou mais.

MC - Mas, eu queria voltar a essa questão, desse movimento.

Fita 4 – Lado A

MC - Eu queria voltar, voltar a essa questão da *seguridad social* porque parece que a Conferência do Chile é uma das primeiras tentativas de se incrementar a ideia de seguridade social antes mesmo do Relatório Beveridge tornar-se assim famoso ou mesmo ser escrito, não sei, mas...

GB - O relatório Beveridge é de 1945.

MC - 1945, então isso é antes, é precursor, pode-se dizer que é precursor do Relatório Beveridge. A que o senhor atribui essa mudança em termos de uma nova visão sobre Previdência Social?

GB - Eu acho que foi fruto da evolução, evolução da ideia, porque a Previdência é uma coisa que nasceu no século passado, bom sem falar nos antecedentes, no mutualismo, sociedade de múltiplo socorro, mas Previdência mesmo nasceu na Alemanha, foi quem lançou o Primeiro Sistema de Previdência na Alemanha, seguro doença foi o Bismark. Depois ela estacionou, durante muito tempo estacionou, aqui no Brasil era, até [19]23 não se falava em Previdência, depois nessa época, a palavra nem era Previdência, era seguros sociais, as Caixas eram de aposentadorias e pensões. Agora, depois a Revolução tomou vulto e evidentemente, durante a guerra, sobretudo, já se falava na necessidade, eles pensavam no pós-guerra, que aconteceu no pós-guerra é preciso incrementar a Previdência, Instituto de Previdência, os recursos da Previdência, isso foi evolução natural na minha opinião.

MC - Sim e nesta conferência havia discussões no sentido de se discutir a guerra ou de se discutir uma perspectiva mais social para a Previdência, havia essas discussões?

GB - Foram aprovadas várias teses, inclusive, conforme eu disse, a declaração de Santiago que dá uma visão muito interessante do que devia ser a Previdência.

MC - O senhor não acha que esse conflito, voltando à pergunta anterior, o senhor não acha que estes conflitos entre o Bustos e o Echevarne refletiam essa, uma perspectiva talvez mais socializante do que outra não? Não tinha nada a ver com isso não?

GB - Não, pelo o que eu vi lá pela minha experiência, a parte de previdência não sofreu nada com isso, o problema era mais político.

MC - Mas que problema político seria?

GB - Porque é Partido Radical contra Partido Socialista.

LO - Mas eles não se refletiam em termos de uma proposta diferenciada quanto à Previdência?

GB - Não, não, nesta parte não houve discrepância, o problema é o problema de presidência, de não dar importância ao Bustos, de não convidar o Bustos para ir, agora desídiás políticas puramente políticas.

MC - Então quer dizer que nesta conferência a presença, por exemplo, do Partido Socialista foi signi...

GB - O Bustos era um homem até, um homem de grande valor, sabe, grande da Previdência, um homem austero, ele até me contou a seguinte história, apesar de com toda sua austeridade: porque lá em Buenos Aires, lá em Santiago existe uma avenida muito comprida no centro da qual existe um obelisco.

LO - 18 de Julho.

GB - Neste obelisco então chamavam de “Umbigo de Santiago”, contado por ele com toda aquela seriedade. Eu disse: “Por que?” “Porque é limitado por dois bairros: *arriba* está lá Providência, é um bairro chamado Providência e *abajo* estão *Las Delicias*”. É outro bairro chamado Delicias. Em princípio chamavam o obelisco de Umbigo de Santiago. Contado pela maior seriedade, pelo Doutor Júlio Bustos.

MC - Então, quer dizer, houve nesse congresso, houve o senhor percebeu uma diferença significativa do Partido Socialista, de Partidos Políticos, sentiu?

GB - Senti que a atividade política lá era muito acentuada, rivalidade política era muito acentuada, isto eu percebi.

MC - Muito acentuada. O Bustos era da Argentina?

GB - Não, o Bustos era chileno.

MC - Era chileno também.

GB - Também.

LO - Só que do Partido Radical.

GB - É, Partido Radical do Chile. Que eles levaram para parte administrativa, digamos assim, do Congresso que depois virou conferência, levaram estas desídiás políticas que havia lá.

MC - Sei, sei, o senhor viu de imediato um reflexo dessa conferência em termos de reflexos assim na Previdência no Brasil?

GB - Olha nós, por exemplo, eu que era do IAPI, o que nos causou muita inveja foi justamente a parte de assistência médica que no Chile estava muito avançada, graças também, conforme eu disse, ao tamanho do país. E nós, que não tínhamos nenhuma assistência médica no IAPI aquilo nos fez água na boca realmente, eu quando até, quando voltei eu dei uma pequena entrevista à revista *Inapiários* e insisti muito neste problema que o Instituto precisava estudar sério, fazer uma assistência médica que aquilo era uma coisa básica em matéria de Previdência Social e foi o que nos impressionou muito, porque nos fizeram visitar aqueles hospitais, creches, tudo isso estava muito bem organizado.

MC - E a Previdência na época era unificada?

GB - Lá no Chile?

LO - É.

GB - Era unificada, havia dois, quer dizer havia dois, dois regimes de Previdência, mas unificados.

MC - Então, quer dizer que o senhor acha que, quer dizer, o que mais impressionou o senhor foi a parte de assistência médica?

GB - Sem dúvida, eles deram muito mais ênfase à parte de assistência médica.

MC - E o senhor acha que isso se refletiu aqui, quando o senhor chegou, em termos de...

GB - Não porque...

MC - Houve uma influência dessa conferência no Brasil? Na Previdência?

GB - Não, não acredito que tenha havido não, eu dei esta entrevista, apresentei meu relatório, como muitos outros relatórios que eu fiz depois, não sei que fim levou.

MC - É em termos, aqui no Brasil, neste período anos [19]40 aos anos [19]45, houve algum tipo de encontro ou conferência, congresso no sentido de se debater a questão da seguridade social?

GB - Neste período não, não houve.

MC - O senhor não se lembra?

GB - Inclusive nós estávamos em guerra não?

MC - Sei. Mas por exemplo, eu não sei se foi o senhor que participou de uns encontros do Instituto de Direito Social, o senhor não participou disso?

LO - Em São Paulo.

GB - São Paulo realmente viu, havia lá, mas isso é uma coisa que ficou mais ou menos localizada em São Paulo sabe. Lá eles criaram o Instituto de Direito Social, havia lá alguns elementos entusiásticos que deram grande impulso àquilo, mas ficou localizado em São Paulo, eu nunca participei disso, nem me lembro de alguém que tenha participado.

LO - A Câmara Brasileira de Previdência Social, a Academia Brasileira de Previdência Social em São Paulo, o senhor chegou a tomar conhecimento?

GB - Não, não. Aqui foram fundadas umas duas instituições que também não prosperaram.

MC - Neste período que o senhor está, que o senhor está trabalhando no IAPI quer dizer, o senhor saindo do IAPI no final, em [19]44?

GB - Exato.

MC - E vai retomar...

GB - Volto à minha procuradoria de Previdência Social.

LO - Eu queria fazer uma pergunta ainda sobre os congressos internacionais. O senhor falou que muita gente fez relatório e não sabe nem aonde foi parar esse relatório. Nós sabemos que os congressos internacionais, conferências, não congressos, conferências internacionais, como o senhor mesmo colocou, muita gente define práticas previdenciárias, no caso das conferências sobre previdência ou sobre trabalho, práticas trabalhistas e deverão ser obrigatoriamente ser cumpridas pelos países signatários.

GB - Só a conferência, só Genebra.

LO - Só de Genebra. A Associação Internacional de Seguridade Social além...

GB - Não, não aquilo não tem obrigatoriedade nenhuma, agora a conferência Internacional, a OIT, o país que adere se obriga não a cumprir as convenções, mas se obriga a remeter aos órgãos competentes para aprovar a convenção, a convenção aprovada lá. No caso o Brasil, por exemplo o Brasil fica obrigado, uma vez aprovada a convenção, mesmo contra o voto dele, ele fica obrigado a remeter ao Congresso Nacional para transformá-lo não em Lei, feito isso está cumprida a obrigação. Mas só a conferência, a Organização Internacional do Trabalho é que exige isso.

LO - No caso dessa conferência que o senhor falou, parciais, da América Latina com relação a OIT, também ocorre este...

GB - Não, não.

MC - Só as Conferências de Genebra.

GB - Que eu saiba só, até hoje só da OIT.

LO - Então agora eu pergunto a um advogado; no caso do país, quer dizer, remete ao congresso, tem que remeter ao congresso, o congresso está fechado, [19]37, o senhor foi em algumas conferências em períodos em que nem, sequer havia congressos, o senhor trazia...

GB - Não, não fui não, quando eu fui já havia congresso a Primeira...

LO - Já havia congresso?

MC - Na primeira, na de [19]42 não havia congresso não.

GB - Mas, não, essa não era, não havia obrigatoriedade. A primeira que eu fui foi em [19]60, em [19]54 já havia congresso.

LO - Então o senhor trazia para cá e enviava para o Congresso Nacional, o Congresso Nacional não aprovando essa determinação, o Brasil era obrigado a sair da...

GB - Não, não havia sanção, haveria sanção se o governo brasileiro não remetesse o convênio aprovado, a recomendação aprovada ao Congresso Nacional, só isso.

LO - Antes que nós voltemos à nossa cronologiazinha, vou colocar uma questão, nós em entrevista com o jurista Aluisio Alves, ele teve oportunidade de participar de uma conferência destas depois, alguns anos depois, nos anos [19]60, início dos anos [19]60 e ele chegou lá e foi parece inquirido segundo o relato dele, pelos participantes e chegou à conclusão que o Brasil não cumpria nada daquilo que havia se comprometido. Isso é, a que o senhor atribui isto, o senhor acha que havia algum desleixo interno com relação ao cumprimento das normas e daquilo que era estabelecido nessas...

GB - Até uma certa época, realmente, o Brasil não cumpriu essa obrigação, porque, aliás, não custava nada, era só encaminhar ao Congresso. Normalmente o certo era o governo brasileiro encaminhar ao congresso dando opinião dele, no sentido, quer dizer, achando se devia ser aprovado ou não, porque se o congresso não aprovasse não havia sanção nenhuma contra isso, a sanção era se o instrumento internacional não fosse encaminhado ao congresso. Mas durante muito tempo verificou-se que não, grande número de convenções que o Brasil havia até aprovado lá em Genebra não tinham sido remetidas ao Congresso Nacional, mas havia aí uma comissão, não sei se você ouviu falar nela, a CPDS, já ouviu falar na CPDS? Comissão Permanente de Direito Social, Comissão de trabalho tinha uma comissão, da qual eu fiz parte o Moacir também, que era encarregada de estudar todas as relações entre o governo brasileiro e a OIT, a CPDS então fez um estudo, fez um levantamento de todos os convênios internacionais que o Brasil não tinha mandado.

LO - Quando surgiu essa CPDS?

GB - A CPDS? Olha a CPDS foi fundada... Ela passou por várias fases, mas foi fundada em 1938 ou 39, passou por várias fases, terminou com essa. Então se fez um levantamento de todos instrumentos internacionais da OIT que não tinham sido remetidos ao congresso e então se estudou um por um, demos nosso parecer no sentido de devia ou não ser aprovado e o governo mandou vários, mas o governo não era muito fiel nessa obrigação sabe.

LO - Não era fiel. O senhor falou: “Ah, eu não sei nem onde estão os relatórios que eu fiz”. Nisso, sub-repticiamente o senhor estaria passando uma certa crítica ao não aproveitamento desses trabalhos e desses relatórios, dessa experiência?

GB - Não, não é crítica não, porque isso acho que é o mal brasileiro isso sabe, o mal brasileiro eu não critico não, porque eu acho, eu acho crítico nenhum sujeito por ser tuberculoso, é mal brasileiro.

LO - Mas o senhor verifica realmente que era muito, a experiência internacional, a experiência dos congressos era muito pouco aproveitada pela nossa Previdência Social?

GB - Ainda em matéria de Previdência, em grande parte, porque o problema da CPDS não era só Previdência não, era a parte de trabalho e a parte que era menos cumprida era a parte de trabalho, a parte de Previdência, não era não, porque em geral nós estávamos sempre mais até adiantados, porque nossa Previdência sob o ponto de vista de benefícios sempre foi muito adiantada, eu acredito que haja dois ou três países no mundo que deem aposentadoria com tempo de serviço como nós damos, sem limite de idade, sem nada.

MC - O senhor é contra a...

GB - Inteiramente, tem que ser, se não der limite de idade a Previdência vai acabar falida não tenha dúvida, mais tarde ou mais cedo, de vez em quando ela tem assim uma revivescência porque quando há aumento de salário mínimo evidentemente que as contribuições aumentam, mas basta dizer o seguinte, nós aqui tínhamos o regime de capitalização que é o regime certo, hoje em dia temos no regime, primeira repartição hoje em dia chega é pago, é distribuído, de vez em quando tem saldo, de vez em quando tem déficit. Mas um dos males é estes: aposentadoria por tempo de serviço sem limite de idade. Aliás, é uma coisa óbvia, porque inclusive se você pegar, hoje em dia já se permite trabalho até com 12 anos não é isso, já é permitido, se põe mais 35 anos em cima disso, são 47, quer dizer um operário brasileiro que contribuiu a vida toda sem interrupção pode se aposentar com 47 anos. Isso está certo, isso? Não, o sujeito com 47 anos ainda está quase que no verdor da idade ainda, pode dar muito ainda de si.

LO - Desde que não seja um operário brasileiro.

GB - Não, porque, não é tão sofrido quanto você pensa sabe, o operário brasileiro tem seus recursos, é uma coisa muito variável de cidade para cidade, de país, de estado para estado, mas não é tanto assim. A prova é que a maioria continua trabalhando, aposenta-se e continua trabalhando, se continua trabalhando é porque podia continuar a contribuir para a Previdência e a maioria continua trabalhando sem pagar para Previdência, quer

dizer o limite de idade aqui de 55 anos seria perfeitamente admissível sabe, 55 anos na minha opinião é broto.

LO - Claro.

GB - É ou não é?

MC - Senhor Geraldo, o senhor teve, o senhor participou da Conferência de Filadélfia?

GB - Não. Eu comecei a participar de conferências internacionais do trabalho em [19]61, [19]54 até lá não.

MC - Em [19]54 até lá só do Chile o senhor foi?

LO - Não, a de [19]47 no Rio de Janeiro o senhor veio também?

GB - Não, de base no Rio de Janeiro toda eu compareci, houve no Rio de Janeiro, foi na Quitandinha. Essa eu compareci.

MC - Mas é de [19]40 a [19]45 só a do Chile?

GB - No exterior só a do Chile.

MC - O senhor estava dizendo anteriormente que o senhor teve uma época que o senhor teve discordância com o doutor João Carlos Vital em relação ao ISSB e a literatura sobre Previdência coloca, uma certa literatura coloca que o ISSB faz parte desse movimento que existe desde do início dos anos [19]40 numa perspectiva de seguridade social.

GB - Eu e a tal história eu ...

MC - Gostaria que o senhor explicitasse essas discordâncias.

GB - Quer que eu fale sobre esta coisa? Eu discordei do ponto de vista técnico, porque eu achei que ISSB, conforme tinha sido planejado, era absolutamente inviável compreende, e sendo inviável considerava uma verdadeira falácia, porque você, o ISSB chegou, naquela época era fácil, o ISSB, chegou a ser publicado no *Diário Oficial* uma lei pelo ISSB prometendo Previdência Social a todo e qualquer brasileiro, inclusive a dona de casa, quer dizer inspiraram mais ou menos no plano Beveridge. Eu achava aquilo absolutamente inviável, e eu era contra fazer promessas sem poder cumpri-las, somente isso.

MC - Quer dizer, o espírito, quer dizer...

GB - Não, o espírito ninguém podia ser contra.

LO - O João Carlos Vital não era homem tão racional, tão capaz de organizar um sistema, quer dizer, o senhor não confiava que desta vez ele...

GB - Ele acreditava, ele acreditava que realmente poderia implantar o ISSB tal como o ISSB tinha sido planejado. Eu não acreditava, uma questão de mais fé ou menos fé, eu não acreditava e disse a ele e discordei dele.

MC - O senhor teve alguma participação na elaboração do projeto do ISSB?

GB - Não o projeto do ISSB foi feito lá, na cabeça do Vital.

LO - O senhor falou: “Eu disse a ele e discordei”. O senhor pode contar para nós como é que foi essa conversa?

GB - Não, nós nos dávamos muito bem sabe, tanto que quando eu fui nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho, uma das condições que eu impus foi a revogação da lei do ISSB. Porque eu digo se essa lei estiver em vigor eu vou ser obrigado a implementá-la, eu não vejo condições de implementá-la então eu quero que seja revogada e foi revogada.

MC - O senhor foi presidente na época do Dutra, presidente do Conselho Nacional do Trabalho na época do Dutra?

GB - Não, na época do Linhares.

MC - Do Linhares, aquele período do Linhares, sim, então o senhor entrou na presidência do CNT depois da derrubada do Getúlio Vargas?

GB - Sem dúvida.

MC - Quer dizer, isto foi um elemento fundamental para que o ISSB não fosse levado adiante não?

GB - Eu exigi que fosse revogada a lei e a lei foi revogada.

MC - Sim, mas o senhor não estava sozinho, estava?

GB - Não, não muita, os técnicos em geral estavam contra.

MC - Os técnicos estavam...?

GB - A começar pelo Plínio Cantanhede. Nós fizemos, nós trabalhávamos naquela época, nós preparamos um relatório, o Ministro Marcondes Filho, que era o ministro da época, também nos concordou, preparamos um relatório bem substancioso mostrando a absoluta inviabilidade do ISSB, esse relatório foi encaminhado ao Marcondes Filho, o Marcondes Filho levou ao Getúlio, o Getúlio disse: “Vou mandar ao doutor Vital”, e aí na mesma hora o Marcondes Filho virou a casaca, passou a ser a favor do ISSB.

MC - Quem começou?

GB - Marcondes Filho o ministro, que era um homem interessantíssimo, inteligentíssimo, eu convivi muito com ele, gostei muito dele, mas virou a casaca completamente. E a lei

do ISSB foi mantida, depois o Getúlio caiu, veio o governo do Linhares, o Ministro do Trabalho de então se chamava Roberto Carvalho Mendonça me convidou para presidente do Conselho Nacional do Trabalho, mas eu impus essa condição, condição de ser revogada a lei do ISSB porque se eu for presidente do Conselho vou ser obrigado a implementar essa lei, eu acho a lei, considero inviável então, de duas uma, não aceito ou então só aceito se a lei for revogada e foi revogada a lei.

LO - Isso no próprio José Linhares ainda, governo José Linhares?

GB - José Linhares. Mas, aliás, eu fui leal, eu disse: o Vital isso, o Vital esteve lá no Ministério do Trabalho eu disse chama ele, ele concordou até plenamente, está certo se pensam assim.

LO - Com a queda do doutor Getúlio, o doutor João Carlos Vital foi afastado da administração pública, foi afastado, se afastou?

GB - Ficou ligeiramente, ficou um tanto quanto no ostracismo, ficou, aquele pessoal todo que cercava muito de perto o Getúlio ficou mais ou menos no ostracismo, mas depois...

LO - Agora com a volta, com a volta do Getúlio em [19]54 é não houve uma tentativa de se rever essa questão, voltar a lei do ISSB?

GB - Que eu saiba não.

LO - O senhor acha que o ISSB pode ter aparecido em um momento em que o Getúlio estava tentando se permanecer no poder, quer dizer como uma forma de...

GB - Não de nenhum, eu achei que foi mais uma ideia pessoal do Vital sabe, não, não fiz nenhuma ligação entre isso e nem os propósitos continuístas do Getúlio não sabe.

MC - Porque parece que o ISSB, a proposta do ISSB era bastante ampla no sentido da...

GB - Aliás, eu me lembro, Ana Luce...

LO - O problema do ISSB era conseguir recursos, não havia recursos.

GB - Falta absoluta de recursos, inclusive nós sabemos muito bem que a União sempre atrasava na sua contribuição.

MC - Mas isso, quer dizer, isso o senhor está colocando, o que o senhor discordava em relação ao ISSB não, o senhor se lembra na época, na época havia outras discordâncias, por exemplo.

GB - É possível, é possível que em certos tópicos também houvesse discordâncias, maneiras de estabelecer...

MC - É a própria ideia de unificação dos institutos?

GB - Bom, uma das coisas que eu achava inviável era a unificação dos Institutos.

MC - O senhor também achava inviável?

GB - Sobretudo naquela época.

MC - Porque o senhor achava inviável?

GB - Se pode imaginar o que é unificar entidade inteiramente diferentes, diversas, com corpo de funcionários diverso, com recursos financeiros diversos e com... algumas até com vícios tremendos, não eu...

MC - Mas não seria uma forma de racionalizar os recursos?

GB - Não, não a má moeda, a boa moeda, escurecia com a má moeda, foi sempre a minha teoria, a má moeda, isso é uma lei de economia, a má moeda esculhambou a moeda, em matéria de Previdência e de organização administrativa é a mesma coisa, o que aconteceu com a fusão que veio depois é que o INPS, o INPS teve sorte, nos primeiros tempos ser presidido por um homem competentíssimo chamava Francisco Luís Torres de Oliveira, que era do canal Quatro, era antigo, foi concursado do IAPI. Esse homem conseguiu amparar, dar uma certa solidez à organização do INPS, à fusão dos institutos todos, mas depois foi uma degradingolada tremenda.

MC - O senhor poderia nos lembrar o que quer dizer canal Quatro?

GB - É o seguinte... Quando fizeram a unificação é por causa da matrícula ...

MC - É o Doutor José Dias Corrêa...

GB - Hein?

MC - O doutor José Dias Corrêa Sobrinho já nos tinha dito isso, eu esqueci.

LO - Mas então só para terminar...

LO - Espera aí, eu queria continuar com o ISSB. Mas, por que o que se dizia na época, que havia, a administração dos institutos era muitas vezes onerosa, era corrupta, então, com a unificação poderia se racionalizar melhor a Previdência.

GB - Isso é, bom isso é uma opção que eu faço hoje em dia, e que eu acho sempre atual, você acha possível unificar a corrupção? Se havia administração corrupta, se havia coisas desorganizadas, se ia unificar a desorganização e uniformizar a desorganização, por isso que eu fui sempre contra, quer dizer você tinha alguns elementos sãos, e outros não, de saúde abaladíssima, se mistura os dois o que prevalece?

LO - Mas essa teoria não foi usada na unificação das Caixas? Vamos unificar as Caixas.

GB - Não, as Caixas não, as Caixas foi outro problema, primeiro que as Caixas ainda estavam muito incipientes ainda, ainda, esses vícios todos não tinham aparecido, segundo que a organização dela não dava margem ao aparecimento desses vícios porque eram organizações pequenas, então o que aconteceu com a organização das Caixas foi isso: é

que quem dirigiu também o plano de fusão das Caixas fui eu, e eu sugeri o seguinte: unificar as Caixas de empresas particulares num organismo só e as Caixas de empresas do governo num outro organismo, porque dizia eu “Se unificar todas elas numa só o que vai acontecer é o seguinte, as particulares vão sustentar as do governo”, que o governo era sempre relapso no seu pagamento, o governo era relapso não era só na cota de Previdência não, na parte de empregador dele, ele também era relapso, nas Caixas compreende? Então eu sugeri foi feito assim, criou-se uma Caixa de serviços públicos por concessão, que entrou então empresas de eletricidade do governo e uma Caixa de serviços públicos particulares que eram todas empresas particulares e assim a coisa funcionou, mas agora essas Caixas eram alminhas inocentes comparado com que se passou depois com os institutos.

MC - Eram maiores?

GB - Hein?

MC - Eram maiores, abarcavam muito mais segurados?

GB - Quem?

MC - Os institutos.

GB - Os institutos sem dúvida.

MC - Mas o senhor se lembra na época assim discordâncias por parte de certos institutos contra a unificação, o senhor, se lembra de ter na época...?

GB - Não houve nenhum movimento contrário não, movimento que eu saiba não.

MC - Movimento não, mas assim...

GB - Lá na comissão permanente, por exemplo, eu dei um parecer contrário que foi aprovado, foi remetido ao Ministro do Trabalho, que o Ministro do Trabalho era a favor da fusão e ficou por isso mesmo, o Ministro da Previdência, aliás.

MC - Ministro da Previdência?

GB - O Gonzaga Nascimento Silva.

LO - Do Trabalho e Previdência Social.

MC - Isso já na unificação de [19]67.

GB - No INPS.

MC - Eu estou colocando antes, no ISSB, se na época o senhor se lembra assim de, de...

GB - Não o ISSB, o que aconteceu foi o seguinte, o ISSB saiu, nasceu de repente, foi publicado no *Diário Oficial*, está criado o ISSB, foi nomeada uma comissão

organizadora, agora muita gente não acreditou que aquilo fosse possível, muita gente não acreditou, quer dizer, não houve assim nenhuma repulsa coletiva, nós fizemos aquele relatório, foi encaminhado ao Marcondes Filho, que depois virou a casaca, ficou a favor, nosso relatório foi para a cesta.

LO - O relatório era o senhor e mais quem fez o relatório?

GB - É uma comissão grande, o procurador Waldo Vasconcelos, Helvécio Lopes, que eu me lembre, o Plínio Cantanhede, uma comissão grande.

LO - O senhor acha que por trás, quer dizer, um dos motivos de não aceitar a ideia do ISSB seria de que ia emagrecer a estrutura administrativa, ou seja, onde você tinha cinco ou oito presidentes ou dez presidentes só ia ter um presidente, quer dizer, tudo que era presidente de instituto ficaria contra, porque ia perder o status...

GB - Bom, se lá os presidentes tinham essa ideia eu não sei, como eu não era presidente e nem privava com ele não posso informar compreende? Agora sempre fui da teoria o seguinte, toda a vez que faz uma fusão em vez da despesa diluir, a despesa cresce, experiência brasileira.

LO - O senhor tinha uma grande experiência nisso, eu volto a reafirmar, quer dizer, o senhor tinha uma grande experiência nisso porque o senhor estava fazendo, o senhor acompanhou toda fusão das Caixas, dirigiu a fusão das Caixas e a despesa crescia durante a fusão das Caixas?

GB - Não, ao contrário, com a fusão das Caixas, era outra época, e era outro tipo de instituição, com a fusão das Caixas sabe qual foi o fixado a percentagem de para despesa administrativa? 4% da receita, isso nunca se conseguiu mais no Brasil, nunca mais. A lei, não foi Decreto, foi instrução do Conselho Nacional do Trabalho, quem presidiu a fusão foi o Conselho. O Conselho estabeleceu que a despesa administrativa da Caixa não podia ser superior a 4% da receita, sei lá, algum dia aconteceu isso, mas no Brasil, nunca mais.

LO - Quais os critérios para fusão dessas Caixas, tinha algum critério estabelecido, parece que tinha para elas irem se fundindo?

GB - É, usamos a rede de inspetores, os inspetores foram às Caixas, as Caixas se fizeram os balanços, como se faz a fusão de uma empresa, levantou-se o balanço, num determinado dia fechou-se a escrita da Caixa, tal assim e lavrou-se uma ata de fusão, essa ata foi subscrita pela administração da Caixa, veio para o Conselho, o Conselho aprovou e daí nasceu a nova instituição.

LO - Mas por que ia se fazer a fusão, por que se escolhia, vamos fazer uma fusão dessa com essa?

GB - Não a fusão foi feita naquela base que eu lhe falei, todas as Caixas de empresas particulares passaram a constituir uma Caixa só e todas as Caixas de empresas de serviço público passaram a constituir outra Caixa.

LO - Mas isso nunca se encerrou não é, porque nós chegamos em 1960 não em [19]60 não em [19]54 nós tínhamos ainda mais que duas Caixas não?

MC - Em [19]53 houve a unificação todas criando a CAPFESP.

GB - Mas isso foi, a CAPFESP foi justamente a Caixa de Seguros e Pensões de empresas do serviço Público, a CAPFESP.

LO - E a das empresas particulares, qual é?

MC - Quando é que foi?

GB - Foi na mesma época.

LO - Mas e para onde foram essas empresas, essas Caixas de Pensões?

GB - Foi criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Empresas Particulares. Agora mais tarde, já fora do meu alcance eu já tinha saído fora disso, mais tarde fundiram essas duas Caixas numa só e ficou então...

LO - A CAPFESP.

GB - Exato, mas isso foi bem depois.

MC - Foi em [19]53.

LO - É foi em [19]53 exato.

MC - Depois foi criado IAPFESP com a LOPS.

LO - Então, [19]53 é final das Caixas, deixa eu só ver um negócio, quando é que temos duas Caixas, uma do serviço público e uma do serviço privado, o senhor lembra?

GB - Não sei, se consultar lá os meus alfarrábios talvez eu me lembre, mas a época exata não.

LO - Anos [19]40 o senhor acha?

GB - Não sei, olha a minha vida lá no Conselho foi muito ativa compreendeu, as coisas foram sucedendo sempre, então hoje em dia, há cerca de quase 50 anos depois, fica um pouco difícil me lembrar, mas se eu for uma vez aos alfarrábios eu me lembro, eu ainda tenho...

LO - Agora eu queria saber, como, quando começou esta fusão, por que o senhor escolheu, vamos começar por esta, vamos juntar essa com essa, agora por quê?

Fita 4 - Lado B

GB - Havia Caixa com cinco, seis segurados, Caixas que tinham dez segurados ou 15.

LO - Mas era um critério atuarial, era um critério econômico-financeiro, técnico financeiro?

GB - Administrativo.

LO - Administrativo.

GB - Administrativo, porque havia Caixas que praticamente inadministráveis que com cinco, seis segurados, a junta administrativa tinha que ter pelo menos três membros, então desde logo, assim que, o Mario Ramos o presidente do Conselho ele levou a cabo, à frente o problema das instalações das Caixas, que as empresas, algumas estavam recalcitrantes, depois de todas instaladas que se chegou então à conclusão que era preciso fazer uma reformulação porque muitas delas não tinham meios de viver, mas a teoria dele era essa: se não instalar a Caixa isso fica para as calendas, ele tinha toda razão.

LO - Está *ok*. Vamos fazer pausa.

MC - Vamos terminar por hoje.

Data: 26/02/1987

Fita 5 – Lado A

LO - Bem, dando continuidade então, doutor Geraldo Baptista, 26 de fevereiro de 1987. Eu tinha ainda uma perguntinha a fazer sobre o período... A queda do Vargas, quer dizer, o senhor vai logo, ascende à presidência do Conselho Nacional do Trabalho. E isso tem alguma relação com... Vê... Possivelmente o senhor foi um dos responsáveis pela não implementação da ideia do ISSB? Porque na presidência do Conselho Nacional do Trabalho...

GB - Sem dúvida.

LO - O senhor teria alguma...

GB - Sem dúvida. Bem, aliás, isso... Não sei se... Deveria ficar *off*...

LO - Isso o senhor já...

GB - Quando eu fui convidado para fazer a Comissão Nacional do Trabalho eu impus essa comissão, de ser revogada a legislação do ISSB, porque eu digo: eu não vou exercer um cargo com um encargo que eu considero absolutamente inviável, que é enfrentar o... Então, eu só aceitaria se tivesse certeza que a legislação do ISSB seria revogada, e a coisa realmente ficou... Foi feito um decreto-lei que era época do decreto-lei suspendendo a organização do ISSB. Uma maneira delicada de tirar o João Carlos Vital da vamos dizer, da cancha.

LO - É... E não revogou a Lei?

GB - Não, não. Foi suspensa.

LO - Suspendeu a realização...

GB - Suspensa por prazo...

GH - Em [19]64?

GB - Por prazo indefinido, naquele momento foi suspenso por prazo indeterminado. Foi a maneira delicada de não cortar as regras, porque devido a... Porque ele é um homem respeitável, sempre foi um homem respeitável e ele enfrentou aquilo com a maior boa fé, maior sinceridade, não é?

LO - Agora, o senhor era também conhecido como aquele que defendia as ideias de uma Previdência regional, não é? O senhor teve oportunidade dentro da estrutura do Estado de desenvolver essa ideia.

GB - Não, essa ideia eu confesso, eu defendi antes da... Desde a criação dos institutos profissionais, de base profissional. Bom, depois que isso se disseminou para os vários institutos eu cheguei à conclusão que não era mais possível voltar àquele esquema. Só na (TI) que vivem, que viveram. Mas tive aquele sonho... Aquilo podia ter dado certo na minha opinião, mas como é que depois foram criados cinco ou seis institutos, nós podíamos desmembrar os institutos todos por estado para fazer instituto regional? Pensei... Eu nunca mais pensei no assunto, certo também de que não ia encontrar apoio de nenhuma autoridade da previdência. A mesma coisa que hoje em dia, embora eu continue a achar que foi um desastre a fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, eu sou coisa... Estou certo de que esse negócio, hoje em dia, é impossível você reverter a situação anterior, o mal está feito. São coisas no Brasil que se fizeram, e que a gente não pode voltar atrás, eu também acho, achei um crime... Brasília, continuo a achar Brasília hoje em dia uma das fontes dos males, dos males que nós estamos sofrendo. A Ilha da Fantasia, o pessoal de Brasília se divorciou do resto, da realidade brasileira, você sente o problema. Enquanto o Rio de Janeiro foi capital... Algum dia houve problema de esforço concentrado aqui no Rio? Foi preciso fazer esforço concentrado aqui no Rio? Algum dia foi preciso arranjar apartamento para deputado, senador? Os deputados e senadores vinham dos seus estados, funcionários, diversos assessores aqui, do Legislativo, cada qual ia para seu hotel, ia para sua casa, não... Agora, Brasília não. Para que Brasília pegasse... Criaram a primeira... O salário... Como é que chamava aquele salário, hein?

LO - Em dobro?

GB - É, em dobro. E aí com dinheiro e mordomia foi criando para poder fixar o pessoal lá. Está aí o resultado hoje em dia. Hoje em dia do que se gasta neste país para obter em Brasília informações e atividades que interessam a todo o território nacional. O problema dos empregadores que vêm a Brasília, os empresários que vêm a Brasília, os líderes sindicais que vêm a Brasília, que têm que voltar, que têm que se hospedar, que têm que pagar avião, para obter, para entrar em contato com as autoridades é uma coisa brutal. Mas isso é *off*.

LO - Doutor Geraldo Baptista, em [19]47 o deputado Aluizio Alves dá entrada no Congresso de um Projeto de Lei Orgânica da Previdência.

GB - Exato.

LO - O senhor tomou contato logo com esse Projeto, o conhecia?

GB - Tomei. Tomei contato com o projeto... Li o projeto, cheguei à conclusão que o projeto era inteiramente, como eu posso dizer? Anacrônico, quer dizer, era um projeto que absolutamente não cumpria os requisitos nem as necessidades que a Previdência... Tinha de ser reformado. Mas, não fiquei aguardando o andamento do projeto no Congresso. Aconteceu que o projeto não teve andamento.

LO - O senhor chegou a ler a primeira versão do projeto?

GB - Cheguei, tenho até... Hoje até... Era um projeto até volumoso. Mas absolutamente inadequado ao momento que nós estávamos vivendo. Nós estávamos... Havia um problema, por exemplo, que é o problema do empreguismo nos Institutos que tinha chegado a um ponto absolutamente intolerável. O sistema presidencial nos institutos que tinha se revelado inteiramente, a mim, inadequado por isso, porque os presidentes eram escolhidos, dentro de categorias profissionais ou dentro de partidos, iam para lá para fazer a política do seu partido ou da sua categoria, havia... Foi, botou sim, colocou-se um motorista como presidente do IAPTEC, um marítimo como presidente do Instituto dos Marítimos, eles fizeram por paus e por pedra, a situação era realmente de um... Para quem tinha entusiasmo pela previdência como eu tinha, era uma situação constrangedora.

LO - Mesmo no IAPI?

GB - O IAPI era uma ilha, o IAPI era uma ilha, mas já nessa época o IAPI já não estava ortodoxa, seguindo as normas ortodoxas da sua instalação, já estava se admitindo, por exemplo, admissão de pessoal sem concurso. No início do IAPI, não entrou ninguém lá sem concurso, mas eu sabia, eu já estava de fora, mas sabia que já estava... Tinha se adotado já maneiras, tabelas e coisas assim, para dar. Mas de qualquer maneira ainda era uma ilha como sempre foi, até hoje. Ainda eu dentro do INPS, o IAPI ainda é uma ilha, é o famoso canal Quatro. Bom, com surpresa para mim o projeto andou, ficou lá... Foi em [19]47. Dormiu muito tempo lá no Congresso. Em 1900 e 60? Em 1959* foi criada a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, e essa comissão, que era coordenada pelo Gilson Amado tinha uma subcomissão de Previdência Social. O Gilson Amado me chamou, nós éramos velhos conhecidos, e perguntou se eu não gostaria de participar dessa comissão para rever o Projeto Aluísio Alves.

GH - Só um minutinho: É Subcomissão de Seguro Social?

GB - Exato. Seguro Social.

GH - A Comissão Nacional...

GB - Exato.

GH - Do Bem-Estar Social? O senhor foi coordenador de [19]51 a [19]55.

* A Comissão Nacional de Bem-Estar Social foi criada em 1951.

GB - Exato. E ele disse: “Olha, há uma é que o próprio Aluizio Alves se convenceu de que o projeto dele é inadequado, e ele está disposto até a colaborar com a comissão.” Bom, eu confesso que aceitei gostosamente. Anteriormente o ministro ainda Ministro Honório Monteiro, ele havia nomeado uma pequena comissão interna lá no Ministério do Trabalho presidida pelo Oscar Saraiva (TI), para organizar um projeto de reforma da Previdência Social.

LO - Reforma administrativa.

GB - Isso. Nós tínhamos não reforma em geral da legislação. Nós tínhamos feito um projeto até bem estudado. Esse projeto foi feito antes que se agravasse o problema do presidencialismo. Esse problema é que me preocupava muito do excesso de poder dos presidentes, e o reflexo desse poder no empreguismo dentro dos institutos no IAPM, no IAPTEC e IAPC a coisa era tremenda, todo dia se admitia gente. Eu aceitei gostosamente, o presidente da subcomissão era o Valdir Niemeyer, mas o Valdir Niemeyer nesse momento era chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho, de maneira que não tão a par dos trabalhos, eu fiquei como coordenador. Aí sim, chamamos alguns técnicos do IAPI, o Moacyr Cardoso de Oliveira funcionou, gente de peso, fizemos um projeto que até hoje ainda tem a sua razão de ser. Salvo no problema do colegiado, porque esse projeto realmente encampou uma ideia que tinha vingado, porque em matéria de comissões você sabe que o Brasil é o país, quando surge qualquer problema nomeia uma comissão, não é? Porque, além daquela comissão interna do Ministério do Trabalho, que havia feito um projeto de reforma da Previdência Social, havia, já no tempo de ministro Percival tinha sido nomeada uma comissão para reforma na estrutura administrativa da Previdência Social, a direção tripartite do Instituto através de um conselho, com a participação do Estado, do empregador e dos empregados, os segurados: com a presidência rotativa. O projeto da reforma administrativa encampou essa ideia.

LO - De onde veio essa ideia, desculpe eu perguntar ao senhor, mas de onde veio essa ideia do colegiado?

GB - Não, a ideia é uma ideia que até hoje tem fundamento lógico. Só que tem que no Brasil, nem sempre a lógica funciona. Porque existe o seguinte: se havia um excesso de poder da parte dos presidentes, se os presidentes eram nomeados de fora da massa segurada, dos verdadeiros interessados, e abusavam das suas funções, tinha se formado um verdadeiro caos, o certo é o seguinte: chamar as classes interessadas, as categorias interessadas para dirigir a Previdência Social. Quem são os maiores interessados? Os segurados, os empregados e empregadores, e vamos colocar a União, porque também a União, teoricamente é interessada, porque teoricamente ela também contribui. Essa foi a ideia, uma ideia que pode ser adotada em qualquer tempo, tem sua lógica em qualquer tempo.

LO - Mas, Doutor Geraldo... Essa ideia que surge nessa comissão nomeada pelo Ministro Persifal Barroso, Comissão de Reforma Administrativa da Previdência Social, então, ela aparece, essa ideia, como uma forma de barrar o poder dos presidentes?

GB - De acabar com o regime presidencial.

LO - De acabar?

GB - É, de eliminar, abolir o regime presidencial, foi essa a ideia. E não sei como, apesar do Ministro Persifal Barroso ser até... Não, eu acho que ele é PSD, mas nessa época já o trabalhismo já influía muito no seu trabalho. O fato é que essa ideia vingou, e esse projeto foi remetido ao Congresso e ficou lá então, tramitando paralelamente ao Projeto Aluizio Alves. Bom, quando foi nomeada essa subcomissão e a subcomissão se encarregou de fazer o projeto, evidentemente adotou-se ideias de ambos os projetos, o do Aluizio Alves e o da reforma administrativa... Da estrutura administrativa, com as ideias novas que se introduziram. Bom, houve muita novidade no projeto, inclusive a abolição da aposentadoria ordinária por tempo de serviço, que acabou não vingando. Agora, essa comissão se reuniu... Subcomissão se reuniu, eu tenho até um volume até precioso, que eu acho até que ninguém mais tem, eu tenho o relatório dela, ela apresentou um relatório, relatório completo com a exposição de motivos até muito demorada até, e depois tem as datas todas, quer dizer, posso acompanhar toda trajetória do trabalho da comissão pelas atas, formou-se um opúsculo, que eu sou detentor de um deles, há pouco tempo até emprestei lá para o Ministro Passarinho, o Ministro Passarinho andou preocupado, quando foi Ministro do Trabalho, Previdência, andou preocupado com a reforma da Previdência. E o Ministro, o deputado Aluizio Alves então, representou esse projeto como sendo um substitutivo do dele. E fundiram os dois, os dois projetos que havia na câmara foram fundidos nesse só.

LO - Foi reapresentado pelo deputado Aluizio Alves.

GB - Foi.

LO - Ou pelo deputado João Batista Ramos, o senhor lembra?

GB - Não, deputado Aluizio Alves.

LO - Pelo Aluizio Alves ainda. Eu queria voltar um instantinho. O senhor esteve na chefia de Gabinete do Ministro do Trabalho, o ministro era o Persifal Barroso? Não?

GB - Não, era o Maciel Pequeno, Maciel Dias Pequeno.

LO - Era o Maciel Dias Pequeno?

GB - É.

LO - Como chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho, o senhor percebeu, dentro do Ministério do Trabalho alguma orientação no sentido da administração da Previdência? Havia... O que você queria completar?

GH - Como é que a proposta da Lei Orgânica estava sendo vista dentro do...

GB - Como?

GH - Como a proposta da Lei Orgânica naquele momento estava sendo vista pela alta cúpula.

GB - Em que momento?

GH - Quando o senhor é chefe de Gabinete do...

GB - Não, o que aconteceu foi o seguinte: começa que o Maciel Pequeno foi ministro durante seis meses apenas, foi uma fase transitória. Foi o final do Governo Dutra, veio a eleição de 15 de novembro, o Getúlio foi eleito Presidente, quer dizer, chegamos à conclusão de que quem ia decidir sobre os rumos da Previdência era o Partido Trabalhista. Quer dizer, então não se fez nada de importante, com relação à Previdência, tentou-se apenas continuar a fiscalização na Previdência, fazer com que ela funcionasse razoavelmente, da melhor maneira que era possível no momento, mas não houve nenhuma ideia assim, revolucionária com relação à Previdência.

LO - O senhor acompanhava o projeto Aluízio Alves, não? Ele estava esquecido.

GB - Esse projeto estava totalmente esquecido.

GH - É. Uma pergunta: o senhor tem alguma explicação, por que do Aluízio Alves, o potiguar, não é? O deputado propõe em [19]47...?

GB - Bom, vocês conhecem o Aluízio Alves? O Aluízio Alves é um homem interessante, sabe? É um homem muito inteligente, e dado a esse entusiasmo. Ele era deputado jovem ainda, eu tenho a impressão que era a primeira legislatura dele.

GH - Ele tinha 26 anos, não é?

GB - E não sei como, alguém conversando com ele, chamaram... Alguém chamou a atenção dele para o problema da Previdência, e ele se entusiasmou com aquilo. Eu me lembro que ele se articula com o Moacyr Cardoso de Oliveira lá no Departamento Nacional da Previdência Social para fazer, justamente esse projeto, o Moacyr também colaborou com ele. Mas depois, você sabe como é o Congresso, certas coisas emperram lá, por mais que você queira... E o projeto emperrou.

GH - Agora, o senhor foi Consultor da Comissão de Legislação Social do Senado, não é?

GB - Exato.

GH - Agora, essa é...

LO - O senhor com o Senador Lima Teixeira?

GB - Exato.

LO - Com relação à...

GB - Porque uma vez aprovado pela Câmara o projeto da Lei Orgânica, ele foi encaminhado ao Senado, e lá no Senado, o relator foi o deputado, o senador Lima Teixeira, que então me chamou para consultor.

LO - Mas isso já em [19]57, [19]58?

GB - Foi [19]57, [19]58, foi pouco antes da... Uma aura, não sei, de sorte, que a Previdência Social, que o projeto começou a andar, e acabou se transformando na Lei Orgânica de [19]60.

LO - O senhor...

GB - Agora, discordei de muita coisa lá como Consultor, inclusive o problema da aposentadoria, que eu sempre sustentei, que a aposentadoria sem limite de idade não é possível, não há nenhuma instituição que agente isso. Algumas normas demagógicas também que eu contrariei, mas evidentemente eu era consultor, o assunto era posto em votação, era vencido, tinha que me conformar.

LO - Mas, o...

GB - Eu fui contra, por exemplo, eu fui a favor da instituição do seguro de acidentes de trabalho da Previdência Social, isso caiu lá no Senado, o Senado...

LO - Caiu no Senado?

GB - O Senado não aprovou.

LO - Por que o Senado não aprovou?

GB - Porque o Senado disse... Achou que devia continuar com as companhias privadas de seguro. Porque seguro é companhias privadas.

GH - Deve ter sido um *lobby* talvez forte.

GB - Forte. Não vou entrar em detalhes com o que eu conheço, mas não vale a pena, são...

LO - O senhor não acha que podia...

GB - São coisas passadas.

GH - Pois é, porque inclusive porque hoje também essa ideia de *lobby* está na Constituição ...

GB - Só tem é que naquela época não se falava em *lobby*.

GH - Em *lobby*, mas é o...

GB - Havia o *lobby*, mas é sem nome.

GH - É, porque no caso do Legislativo americano o *lobby* é oficializado.

GB - É.

GH - Gabinete, companhias próprias, especialistas em fazer *lobby*. Foi feito um *lobby*...

GB - Não, mas é um... Não é como o *lobby* caboclo não, é?

GH - Não.

GB - *Lobby* caboclo é diferente.

GB - O *lobby* caboclo aqui foi na marra! Não é? Na marra é, na marra.

LO - O senhor chegou a acompanhar isso no Senado...

GB - Não, absolutamente. Eu fui consultor da comissão de legislação social do Senado, a comissão preparou, então, o substitutivo, o substitutivo foi aprovado aliás, sem discussão, não houve emendas, e voltou à Câmara, porque como muita coisa foi modificada, o projeto da Câmara voltou à Câmara, a Câmara aprovou também sem emendas, e transformou-se na Lei Orgânica da Previdência Social.

LO - Eu gostaria de detalhar um pouco esse trajeto, não é? O senhor estava falando na subcomissão de Seguro Social, que efetivamente o responsável são os responsáveis pela terceira versão da LOPS, ou quarta versão da LOPS. Em que o Aluízio Alves toma para si uma nova versão da LOPS.

GB - Exato.

LO - Quais são as principais modificações propostas pela subcomissão com relação aos projetos anteriores de Previdência Social? O senhor lembra?

GB - Bom, uma coisa importante, a parte administrativa foi completamente reestruturada a organização administrativa de Previdência Social, isso foi para mim a parte mais importante, segundo, a parte de benefícios, foi feita a uniformização completa dos benefícios, acabou aquela discrepância que havia de um instituto para outro, que ainda restavam algumas, foi feita a uniformização, declarou-se corajosamente que a aposentadoria sem limite de idade não era viável, que muita gente não tinha coragem de sustentar isso, e procurou-se, então, dar o sucedâneo, que é a aposentadoria especial para as condições penosas de saúde, insalubres, que mereciam exatamente isso. Um dos exemplos que foi dado, por exemplo, é o da estrada de ferro: a estrada de ferro tem o que chama via permanente, não é? O pessoal da via permanente, e o pessoal do escritório. Bom, você pode comparar um ferroviário que trabalha no escritório de uma empresa ferroviária, com um maquinista, um foguista, um guarda-freio? O trabalho dele não tem a menor similitude. Então, o que nós aceitamos é o seguinte: que realmente, o trabalho do ferroviário, que é um trabalho penoso, e às vezes até insalubre, merecesse uma coisa que esse, estando sujeito a um desgaste muito mais rápido, merecesse um limite de idade dentro do qual eles pudessem, dispunham da aposentadoria, mas o ferroviário do escritório estava nas mesmas condições de um comerciário de escritório, ou do comerciário de uma indústria, ou do comerciário de qualquer outra organização, esse então devia seguir um regime normal de aposentadoria com limite de idade. Isso é que não vingou, porque a Câmara modificou o projeto, manteve a aposentadoria ordinária, sem limite de idade, que chamou de aposentadoria por tempo de serviço, manteve também a aposentadoria especial.

LO - Eu tenho algumas outras, alguns outros dados sobre ainda esse projeto defendido ou informado pela Comissão Nacional do Bem-Estar Social...

GB - Não, foi, aliás, informado, não foi ...

LO - Desenvolvido pela comissão.

GB - Não, foi realmente organizado, foi redigido, elaborado. A comissão elaborou um projeto novo, inteiramente novo.

LO - Pela primeira vez aparece, na Previdência Social brasileira, o termo associado e segurado, o senhor lembra? Mais ou menos como é que surgiu isso?

GB - Não, ele surgiu com a palavra associado, no tempo das Caixas, associado.

LO - Não substitui, o segurado vem a substituir o associado.

GB - No 20.465 ainda era associado, mas depois à medida que se criou mesmo a noção que era seguro social, que aquilo não era mutualismo, porque essas primeiras ideias de Previdência estão muito ligadas ao mutualismo, a associações mútuas, na associação de mutualidade é que existe o associado, pessoal se associa para obter um benefício comum, não é?

LO - Associado e beneficiário?

GB - Exato.

LO - Para ser beneficiado.

GB - Agora, depois que a noção de seguro social se tornou mais sólida, então se verificou que sendo cabível não era o de associado e sim o de segurado. Já os institutos passaram a falar em segurado.

LO - E independentes?

GB - Independentes. Agora, chamou-se então de beneficiários, isso foi a inovação da Lei Orgânica, beneficiário então é o conjunto de pessoas beneficiadas pela Previdência, ou seja, segurados e seus dependentes. A ideia é a seguinte: quando se precisasse de um termo genérico que abrangesse a ambas as Caixas, que você não precisasse estar repetindo o tempo todo: segurado e dependente, só falar beneficiário, já sabe que compreende o segurado e os seus dependentes.

LO - Surge...

GB - Isso na Lei Orgânica.

LO - O beneficiário, o termo beneficiário e o termo segurado então, passa a substituir o de associados e dependentes que eram comuns nas leis e até então.

GB - Exato.

LO - Quem é que introduz essa nova, quer dizer, isso reflete também uma mudança de visão com relação à Previdência Social?

GB - Mudança de que?

LO - Uma mudança de visão com relação...

GB - Ah Visão. Não é, por exemplo, eu me lembro que a direção das Caixas falaram em... Os associados e pessoas da sua família, as pessoas da família passaram a ser consideradas dependentes, porque muitas vezes até o segurado podia indicar dependentes para pessoas que não eram da sua família, não? Tinha a chamada pessoa designada às vezes... Às vezes não precisava ser pessoa da família. Isto está sendo atualmente...

LO - Mas nasceu dentro da comissão?

BG - Se nasceu realmente foi usado pela LOPS.

LO - Tem uma outra questão, que foi elaborada dentro da comissão, que são as comunidades administrativas, comunidades de serviços. O senhor lembra alguma coisa sobre isso?

GB - Bom, essa comunidade de serviço já vem da legislação anterior até que era aonde que realmente foi o SAMDU. Ouviram falar no SAMDU? Serviço de Assistência Médica Domiciliar da Previdência Social de Urgência. O SAMDU era uma comunidade realmente, porque o SAMDU é uma unidade que prestava socorros, às vezes hospitalar de urgência ao segurado de todo e qualquer instituto ou Caixa, e era administrado por pessoas designadas por essas instituições, e era financiado por elas. Agora, na minha opinião acho que foi a única comunidade de serviços que houve.

LO - Não, parece que dentro dessa subcomissão de seguro social se estabeleceu um projeto...

GB - A ideia era ideia boa.

LO - Não, o projeto da subcomissão, ele trata de organizar a Previdência Social, eu tive a oportunidade de ver isso. Em comunidades administrativas, comunidades para assistência médica, e comunidades para reservas financeiras, quer dizer, as reservas seriam administradas através de comunidades, reunindo os vários institutos.

GB - Exato. A ideia era boa, mas só ficou mesmo o SAMDU, sabe? No serviço de assistência domiciliar de urgência. Não se deu execução absolutamente a essa parte da Lei Orgânica, não teve execução.

LO - Não teve execução?

GB - Não. Porque houve também um fenômeno que a parte de comunidades de aplicação de reservas ficou um pouco prejudicada com a Fundação da Casa Popular, sabe? Surgiu a Fundação da Casa Popular, o Instituto foi obrigado a contribuir para ela, então,

praticamente esvaziou a ideia da comunidade de investimentos e quando se falava sempre em investimento de Previdência a ideia era casa popular.

GH - O senhor foi membro, em [19]52, da Fundação?

GB - Eu fui membro do conselho, mas passei por lá brevemente, porque, quando verifiquei que o regime lá não era o que eu gostava, eu deixei o conselho.

GH - Que isso quer dizer?

GB - Quer dizer o seguinte: não, que o presidente era um homem um pouco atabalhado, e levava os assuntos já resolvidos para o conselho. No primeiro caso que foi, eu pedi o visto ele se agastou, eu deixei o conselho.

GH - Porque a Fundação da Casa Popular foi em 1946, não é?

GB - É.

GH - Era ligada ao Ministério do Trabalho?

GB - Eram, porque os institutos eram contribuintes.

GH - Não, a Fundação da Casa Popular era ligada ao DNPS?

GB - Não.

GH - Ligado a...

GB - Não, era subordinado a...

GH - Ao ministro?

GB - Mas fazia parte do Ministério do Trabalho, da organização administrativa, da estrutura, mas não tinha subordinação não.

GH - Mas qual a função da Fundação da Casa Popular?

GB - Era, reunindo com contribuição dos institutos e outras entidades, que nunca pagaram nada, construir casas populares.

GH - Mas isso não... Mas os institutos tinham o problema do...

GB - Ficou assim... Ficou assim... Ficou essa duplicidade, é. O que aconteceu é o seguinte: que os institutos pararam de construir casas populares, porque passou à Fundação.

GH - Agora, isso na LOPS vai virar o ICT? Instituto da Casa Popular em [19]60?

GB - Não. Acho que a LOPS não mexeu nisso não, ela apenas fez referência só. Que aquela Fundação da Casa Própria foi sendo uma coisa às margens da previdência, sabe?

GH - É, mas em [19]60 nós não temos...

LO - Ela transforma em Instituto da Casa Popular.

GH - Instituto da Casa Popular.

GB - Não, isso não, posso garantir que não, há algum engano aí.

GH - É...

GB - Mas deixa-me ver se tem a LOPS aqui... É esse...

LO - Toda essa parte da LOPS foi prejudicada?

GB - Não tanto porque pouco a pouco a Fundação foi assumindo esses encargos, porque... Eu entendo assim, que ela era mais... O governo tinha mais interesse na Fundação do que na aplicação pelos institutos. Quer dizer, a administração da Previdência Social, dos artigos 248, vê aí...

LO - Artigo 248.

GB - Vamos pro SAPS.

LO - O SAPS.

GB - Serviço de alimentação.

LO - Deu trabalho ao senhor?

GB - Deu trabalho? Não.

LO - A Previdência?

GB - A Previdência.

GH - O senhor teve alguma participação no SAPS?

GB - Não, não. Mas foi uma fonte de abusos, de inquéritos administrativos, que nunca terminavam.

GH - É o lugar privilegiado para o pessoal do PTB?

GB - Onde é que vocês veem Instituto da Casa Popular?

GH - A gente tinha isso numa cronologia.

LO - É, eu tirei essa informação do livro do Celso Barroso Leite, *Cem anos de Previdência Social*, e que com a LOPS a Fundação da Casa Popular havia se transformado em Instituto da Casa Popular.

GH - Instituto da Casa Popular.

GB - O Celso Barroso não pode dizer uma coisa dessas, sob pena de... Quem começou com o plano de aplicação, de reservas foi... A ideia inicial de construção de casas pelos Institutos com finalidade da aplicação da reserva. Que os institutos todos foram fundados com a ideia de que era possível funcionarem sob regime de capitalização. E a capitalização tem, então, exige que você aplique os capitais, esses capitais rendam, e com esses rendimentos você possa pagar as prestações dos benefícios. Então, a ideia até um tanto ou quanto egoísta, não era com a ideia precípua de fornecer a casa popular às classes mais desfavorecidas, com a ideia básica de ampliação de reservas. Mas essa ideia pouco a pouco foi sendo desvirtuada, porque passou a prevalecer a ideia de que era preciso era dar casa para quem não tem casa, não é? Como ainda hoje se fala muito nisso, não é? O Brizola não veio com um negócio de um lote, negócio de um lote na...

LO - Cada família um lote.

GB - É, cada família um lote, essa que veio. E essa ideia que foi sobrepujando a outra, realmente foi afastando os institutos das suas aplicações. O IAPI fez muita aplicação, eu como Procurador Geral, andei pelo Brasil todo comprando terreno. Já contei a você até parte disso, não é? Depois... Mas pouco a pouco houve... Eu vi outro dia no jornal, que o INPS tem o IAPAS, que agora tem um patrimônio imobiliário enorme! Todo ele ainda sem aplicação, não é?

LO - Doutor Geraldo, ainda com relação à Comissão Nacional de Bem-Estar Social, aliás, a Subcomissão de Seguro Social. Eu tenho também a informação, de que foi nessa Comissão que surgiu a ideia de que a contribuição da União deveria servir especificamente para custeio, em primeira instância para o custeio da administração da Previdência Social.

GB - Realmente. Porque o Brasil é um país que vive na base da ...

Fita 5 - Lado B

GB - Estabelecer a ficção de que a União era contribuinte da Previdência Social nas mesmas bases dos empregadores e dos segurados. Na realidade a contribuição da União se circunscrevia à cota de Previdência. A cota de Previdência era uma percentagem que incidia sobre conta de luz, de gás, e transportes marítimos, e que as empresas eram obrigadas a recolher. Isso realmente, frequentemente revertia aos institutos. Agora, era insuficiente para igualar a contribuição da União às outras duas contribuições. Então a União ficava sempre devendo. Eu me lembro que houve uma época em que a União resolveu pagar o seu débito, e o débito foi, naquela época, vamos admitir, não posso, não me lembro assim, mas foi avaliado em cinco milhões, digamos, cinco bilhões de cruzeiros. Então, a União emitiu uma apólice de cinco bilhões de cruzeiros, com juros de 5% ao ano, achou que ficava em dia com o Instituto. Acontece que quando chegou na hora de pagar os juros, a União ficou devendo os juros, e até hoje tem sido isso. De maneira que a ideia de a União ficar responsável pelo custeio, foi uma ideia de obrigar a União a entrar com algum dinheiro para Previdência Social, além da cota de Previdência, porque se ela ficar responsável pelo custeio, se faltar dinheiro para pagar funcionário, a União tinha que completar. Então essa que foi a ideia.

LO - O senhor não era um pouco representante do Ministério do Trabalho nessas comissões, à medida que o senhor era ainda ligado ao Ministério do Trabalho?

GB - Bom, mais ou menos sim, em regra sim, porque o Ministério...

LO - E ainda assim, o senhor defendia essa ideia de que a União devia ser responsável pelo custeio, isso era admissível pela alta estrutura...

GB - Estava na Constituição! Não era uma ideia, era um mandamento constitucional.

GH - Esse trabalho como representante do Ministério do Trabalho, havia indicações, quer dizer, o senhor transmitia, o senhor tinha independência em relação à Consultoria...

GB - Absoluta independência, absoluta!

GH - O Ministro do Trabalho há a mensagem...

GB - Aliás, justiça seja feita, eu sempre agi com toda a independência, tive essa felicidade, sabe? Nunca recebi injunção nenhuma, as minhas ideias, algumas foram aceitas, outras não foram, mas nunca recebi nenhuma injunção. Tive foi a felicidade de lidar com ministros de caráter superior, e que absolutamente não vieram me causar injunção nenhuma.

LO - Ainda uma última questão com relação a essa Comissão Nacional do Bem-Estar Social, essa Comissão prevê a extensão gradual para todas as categorias da Previdência Social, incluindo aí os rurícolas. Que eles chamavam rurícolas, e os empregados domésticos também, de certa forma estava diminuindo aquilo que estava previsto no projeto original do Aluizio Alves, que era a extensão imediata para todas as categorias. A comissão estava prevendo uma extensão gradual. Eu queria saber duas coisas, uma se o senhor lembra bem disso, e outra se havia pressão dos latifundiários, se havia pressão.

GB - Não, não. Nenhuma, nenhuma, nenhuma. O que havia era a convicção das pessoas que entendiam de Previdência, que no momento absolutamente inviável estender a Previdência, sobretudo aos trabalhadores agrícolas, que eu tenho horror de chamar de rurícola, eu que eu não gosto dessa expressão, e as empregadas domésticas, devido à dificuldade de implantação da Previdência nesse meio. Então, mas como essa ideia era uma ideia vencedora, a Lei Orgânica estabeleceu que deviam continuar em estudo, essas ideias não deviam morrer. Então, a Lei Orgânica que é no sentido de que o estudo continuasse.

GH - O senhor teve algum contato com [19]63, Goulart faz uma lei que estende para os trabalhadores da cana de Pernambuco, o estatuto do trabalhador rural. O senhor teve algum contato com isso?

GB - Não. O que eu sei do Estatuto da Lavoura Canavieira, é esse que você está falando. Isso é coisa muito anterior. Mas esse estatuto é um estatuto que regulara as relações da indústria açucareira com a lavoura canavieira, e realmente tinha algumas positivas de garantia dos empregados na lavoura canavieira. Mas isso é coisa muito anterior. É do tempo do ainda do primeiro, na primeira ditadura Vargas.

GH - É, porque eu tenho algumas datas na cabeça, eu tenho a data de [19]63.

LO - Mas o senhor não participou...

GB - Não.

LO - Dessa de [19]63, do governo João Goulart, Pró-Rural, Pró-Rural não, tem um outro nome, mas é o Estatuto dos Trabalhadores Rural. Eu queria então que nós passássemos à segunda grande comissão que o senhor tomou parte.

GB - Então, está.

LO - É (TI) comissão que o senhor participou, que é o Projeto do Governo de [19]56, o Projeto de Reforma Administrativa do Governo Juscelino, o senhor participa também da Comissão, que é o Projeto que cria a JJB, a Junta de Julgamento e Reconciliação, o senhor é um advogado de nome naquele momento, quer dizer, como é que o senhor via a questão da JJB e em que medida o senhor participou da Junta de Julgamento e Revisão?

GB - Simplesmente foi ideia minha, é o famoso colegiado da Previdência Social.

LO - Agora era o colegiado, quer dizer, o senhor estava prevendo já o colegiado não só para administração, quer dizer, para substituir o sistema presidencialista, mas também um colegiado nas Juntas...

GB - Não, porque digamos, tinha um colegiado administrativo, e o colegiado contencioso. A JJB fazia parte do colegiado contencioso, não? Com recurso para o Conselho Superior de Previdência Social. A JJB decidia, e dessa decisão da JJB, cabia recurso para o Conselho Superior de Previdência Social.

LO - O senhor fala que foi ideia sua. É, o senhor podia detalhar, quer dizer, como é que surge isso aí, o senhor trazia essa ideia anteriormente, quer dizer, como é que isso se cristalizou?

GB - Não, pelo seguinte: porque anteriormente as funções administrativas contenciosas estavam misturadas. As Juntas Administrativas tratavam não só da parte administrativa como também da parte de concessão de benefícios. Quando se resolveu estabelecer um colegiado para Previdência Social, verificou-se que era desnecessário extremar as duas funções, extremar a função administrativa da função contenciosa. Então, o que se fez? Criou-se o conselho de administração, Conselho administrativo com a participação dos empregados, empregadores e União, e criou-se um órgão de primeira instância para julgamento das questões que interessavam diretamente aos segurados e empregadores, que é benefício e contribuições. Essa que é a comissão da JJB. Da JJB então, aí caberiam recursos para o Conselho Superior de Previdência Social, que era o órgão de segunda instância. Foi simplesmente isso. Quer dizer, necessidade de sistematizar o regime de colegiado.

LO - Eu tenho ainda, com relação a essa Comissão de Reforma Administrativa da Previdência instalada no Governo Juscelino Kubitschek, e ela também decide sobre a permissão para assistência médica com livre escolha e pagamento suplementar. O senhor lembra disso?

GB - Não, não.

LO - A questão da livre escolha da assistência médica.

GB - Não, qual é essa comissão?

LO - Dentro dessa Comissão de Reforma Administrativa da Previdência no Governo Juscelino, Comissão de Reforma Administrativa, o chamado projeto que oferece o chamado projeto do governo ao congresso.

GB - Mas qual é a parte que você está se referindo?

LO - Sobre a questão da decisão de permitir uma livre escolha de assistência médica, desde que houvesse pagamento suplementar?

GB - Não me lembro não, sabe? Não me lembro disso.

LO - É também sobre a Fundação da Casa Popular, parece que houve uma grande discussão, houve uma definição dessa comissão no sentido de que a Fundação, as reservas dos IAPs deviam ser todas investidas em moradia para a Fundação da Casa Popular. O senhor lembra disso?

GB - Não.

LO - Disso?

GB - Não, não me lembro.

LO - Quem participava da Comissão junto com o senhor, de Reforma Administrativa?

GB - Como sempre o Moacyr Cardoso de Oliveira, nós dois pelo Ministério do Trabalho, tinha dois elementos lá do Departamento de Previdência Social, cujo nome eu não me recordo, o diretor geral e mais um outro elemento, eram quatro. Quem mais?

LO - Doutor Hilton Rocha também?

GB - Quem?

LO - Doutor Hilton Rocha da Associação Médica Brasileira?

GB - Não, que eu me lembro não. Isso é mais fácil você consultar os atos que criaram a comissão, porque isso é coisa de um passado bem remoto.

LO - A figura do deputado Batista Ramos, o senhor teve algum trânsito com ele, quer dizer, o senhor teve a oportunidade de conversar com ele? Porque essa comissão, ela faz um projeto, manda o projeto...

GB - Não, o João Batista Ramos, quando o Projeto Aluizio Alves passou a se transformar em projeto da Lei Orgânica, quem foi o relator foi o Batista Ramos lá na Câmara.

LO - É, ele parece que pega esse Projeto Administrativo de Reforma Administrativa, junta com...

GB - E fui...

LO - O outro projeto que também o senhor havia participado na elaboração...

GB - Exato. E os dois se transformam no Projeto da Lei Orgânica...

LO - Do substitutivo Batista Ramos.

GB - Exatamente, é.

LO - É, o senhor teve algum contato com...

GB - Não, nenhum.

LO - Nem como consultor...

GB - Não, nem foi... Não, não foi possível.

LO - Quer dizer, que o senhor só volta a tratar da questão quando o senador...

GB - No Senado, exato.

LO - Recebe ela no senado?

GB - No Senado, perfeito.

LO - E o senhor se afasta então da questão? Mas o senhor acompanha, continua a acompanhar a tramitação da LOPS nesse momento, não?

GB - Sim, acompanhei... Acompanhei como leitor assíduo dos jornais, não?

LO - E...

GB - É o meu temperamento, compreende? Eu nunca tive o temperamento assim, digamos, para usar um termo que se usa muito, temperamento “metediço”, quando me chamavam eu desempenhava a função, mas depois, cessava, acabava o meu papel, me retraía.

LO - O senhor ficou satisfeito com o projeto?

GB - Não! De maneira nenhuma, de maneira nenhuma.

LO - Quais as principais críticas que o senhor fazia ao projeto então aprovado?

GB - Bom, primeiro lugar foi à aposentadoria sem limite de idade, não é? Depois... Isso foi coisa básica. O problema da aplicação de reservas também, eu achava que o Instituto,

já que se tinha resolvido manter... Porque eu propus a certa altura, que o regime financeiro passasse de capitalização para repartição, porque já então, já se verificava que a capitalização não estava dando resultado, porque as reservas todas não estavam rendendo nada. Eu me lembro, quando foi feito o IAPI, os atuários calcularam de forma que o IAPI pudesse cumprir o seu plano de benefício, que naquela ocasião até era bem pequeno, que o IAPI começou dando apenas auxílio funeral, e depois auxílio doença, mas mesmo assim as reservas tinham que ter um rendimento anual de 5%. Bom, isso eu acho que nem o primeiro ano se conseguiu, e depois à medida que cada vez mais a política se intrometia nesses assuntos, essa ideia ficava cada vez mais distante. De maneira que isso... Nessa parte também eu fui vencido, e outras questões pequenas de forma, de ...

LO - A transformação do colegiado, que era colegiado com o Presidente nomeado por Presidente da República, conforme havia sido decidido...

GB - Não.

LO - Pelos senhores, pela Comissão Nacional, pela Comissão de Reforma Administrativa da Previdência. Não um colegiado em que a administração seria realmente partilhada, o senhor acompanhou essa transformação?

GB - Acompanhei, e realmente foi uma das maiores decepções da minha vida administrativa, porque não funcionou, foi uma lástima. Em vez de o Instituto passar a ter um regime uno, presidencial, passou a ter um regime tríplice presidencial; em vez de haver um empreguismo único, passou a haver um empreguismo tríplice, foi uma vergonha! Uma das grandes insatisfações que eu tive foi quando fizeram novamente o regime presidencial por instituto, porque não funcionou em hipótese alguma, foi uma lástima. Nenhum, nenhum foi uma lástima. Foi quando eu verifiquei o seguinte: que realmente é inútil, que não se resolve os costumes com as leis, as leis só são sérias quando os costumes vêm primeiro, eu quis mudar os costumes com a lei, e vejo o que é impossível isso.

GH - É, mas de qualquer jeito a LOPS foi um avanço, se considera um avanço, frente à situação anterior...

GB - Sem dúvida.

GH - E um caminho para unificação?

GB - Sem dúvida. A LOPS realmente foi um avanço no sentido da uniformização, houve certas melhorias administrativas, e se ela tivesse sido cumprida, como, aliás, acontece no Brasil com as leis. Se ela tivesse sido cumprida, ela teria sido, eu acho que o resultado teria sido o mais auspicioso possível, mas infelizmente ela não teve como...

GH - O senhor por acaso tem alguma opinião que a LOPS, ao menos... Fracasso da sua implementação determinou a urgência da unificação seis anos depois? Ou essas coisas estavam se encaminhando nesse sentido?

GB - Isso aí, esse assunto todo já passaram durante a ditadura militar, não? E de maneira que as coisas eram resolvidas lá em cima sem muita audiência não, sabe? Nessa altura já, é a ditadura é de [19]64. Eu me aposentei como procurador em [19]65, quer dizer, fiquei

fora do âmbito do Ministério da Previdência Social, a minha ligação com a Previdência Social continua apenas através da Comissão Permanente de Direito Social, só aí, e essa comissão é uma comissão meramente consultiva, de maneira que as coisas se resolveram lá em cima sem me dar a menor satisfação.

LO - O senhor acreditava que a LOPS tinha viabilidade financeira? Quer dizer, se discutia isso, o senhor tinha uma opinião frente a essa questão?

GB - Conforme estava na LOPS, não sei se vocês viram aí, era possível, mas é claro que tinha que ser cumprido aquilo, começando com a União pagando a sua parte. Ela não pagou!

LO - Não pagou?

GB - Não, não pagou não.

LO - O senhor como é membro do Ministério do Trabalho não tinha a oportunidade de discutir isso dentro dos Gabinetes Ministeriais, dentro da estrutura...

GB - Não, não.

LO - De governo?

GB - Não. A procuradoria é um órgão autônomo, mas sem muita ligação com a parte administrativa da Previdência Social. É um órgão de Ministério Público.

GH - Só intervém quando é chamado?

GB - Só, só quando chamado.

GH - Não pode intervir por...

GB - É, só quando chamado.

GH - Agora ...

GB - Só me lembro...

LO - O senhor participou da elaboração do regimento da Previdência? Do regimento da Lei Orgânica?

GB - Não. Nessa altura já não tinha mais participação nenhuma. Realmente, com a Lei Orgânica a minha participação direta em assuntos de Previdência cessou, passou a ser indireta através da Comissão Permanente, que foi extinta pelo Júlio Barata.

LO - A Comissão Permanente?

GB - De Direito Social.

LO - De Direito Social. Que é a Comissão Permanente de Direito Social?

GB - A Comissão Permanente é uma comissão que assessorava os ministros nas altas questões de Previdência Social e de Trabalho, e além disso é que opinava sobre a agenda da Conferência Internacional do Trabalho, as agendas da comissão e eram sempre examinadas pela comissão que organizava, examinava as teses e apresentava relatórios que serviam para, então, a delegação brasileira se orientar lá na conferência.

LO - A comissão tinha reuniões periódicas?

GB - Reunia-se todas as semanas às quintas-feiras, é aqui no Rio.

LO - É, ainda sobre essa Comissão Permanente de Direito Social, ela assessorava o ministro nas questões relativas à Previdência?

GB - Ela, a comissão, ela não tinha propriamente iniciativa, não é? Ela não tinha nenhuma iniciativa, quer dizer, ela respondia às consultas formuladas pelo ministro. Era um conselhinho. Você ouviu falar no Conselho do Estado do Império? O que era o Conselho do Estado? Era um conselhinho do Estado do Ministro do Trabalho, Trabalho e Previdência Social. Agora, ela tinha uma certa iniciativa no problema da conferência, porque a conferência com o correr do tempo, a comissão passou a ter um contato mais direto com a Repartição Internacional do Trabalho, de maneira que a Repartição já mandava as teses à comissão nas vésperas da conferência, toda vez que havia um... O governo brasileiro tinha que se pronunciar sobre qualquer matéria da OIT, essa matéria já vinha para comissão, sorteava-se um relatório, a comissão apreciava aquilo, e encaminhava ao ministro, que depois, então, encaminhava lá ao Ministério do Exterior. Porque o contrato com a OIT era feito através do Ministério do Exterior.

LO - Houve alguma questão polêmica que a comissão tivesse concretizado, quer dizer, a comissão foi... Porque ela acaba... O ministro... Porque o Ministro Júlio Barata encerrava?

GB - Até hoje eu explico... Espero a explicação, não tive... Não tive nenhuma explicação.

GH - [19]68?

GB - Foi no Governo Médici.

GH - Médici, perfeito.

GB - Eu sei que o Ministro Barata o que foi como assessor, ele se aposentou como ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e aceitou ser assessor do ministro do Trabalho, coisa que eu não entendi também. Como assessor ele foi a uma conferência em Genebra, lá ainda esteve, formava um juízo qualquer a respeito lá da OIT, o fato é que, ele voltou já com a ideia de extinguir a comissão, e a comissão foi extinta por ele.

LO - A comissão encaminhava ao congresso as determinações da OIT, não?

GB - Todas, até a Constituição da OIT exigindo apenas o seguinte: que toda e qualquer convenção ou recomendação aprovada, mesmo com o voto contrário da delegação brasileira, o país mesmo se obrigava a se submeter ao órgão competente para transformá-

lo em lei. A Constituição diz muito bem, pelo seguinte: porque a organização administrativa dos diversos países varia muito. Então, ela no Brasil era o Poder Legislativo, o processo era o mesmo, uma vez aprovado, a convenção, a OIT submetia o projeto de convenção ao governo brasileiro, vinha para o Itamaraty, o Itamaraty mandava ao Ministro do Trabalho, que por sua vez mandava à Comissão. A comissão então, opinava no sentido de se devesse ou não aprovar a convenção. Agora, pela constituição da OIT, se o Poder Legislativo não aprovasse a convenção, o país não tinha mais nenhuma obrigação, a obrigação era encaminhar ao Poder Legislativo. Então, a comissão permanente opinava sobre a viabilidade ou não da aprovação da Convenção. Em certos casos e certas comissões em certos aspectos atritava com a nossa própria constituição federal. Então, a gente opinava que não merecia a aprovação, ia para o Congresso. Agora, no Congresso também a tramitação era muito demorada, sabe? Muito. E às vezes a coisa... A OIT fiscaliza muito, muito bem, as suas convenções, recomendações, as suas decisões. Porque tem lá um comitê que cuida somente disso, são os comitês de aplicações das convenções e recomendações, esse comitê todo ano manda um questionário para o país, para os países informarem como é que está o problema da aprovação da submissão das convenções e recomendações ao Poder Legislativo. E muitas vezes a OIT chamava a atenção do nosso governo pela demora.

LO - Muitas vezes?

GB - É. Bom, houve até que a comissão tomasse, passasse a tomar conta desse serviço, o que acontecia é o seguinte: que o governo nem ao menos tinha mandado as convenções para o Poder Legislativo, é, eu me lembro até isso, até hoje. Lá no seio da nossa comissão reuniu-se uma subcomissão que estudou todas as convenções e recomendações aprovadas até aquele momento, e que ainda não tinham sido encaminhadas ao Legislativo. Estudou o texto delas todas, opinou a respeito de cada uma sobre se era ou não viável a sua aprovação, e com isso foi tudo remetido ao Congresso, o Congresso aos poucos foi aprovando ou desaprovando algumas dessas convenções e recomendações. Agora, aquele processo é um processo complicado, porque depois de aprovado pelo Congresso, vai ao Senado em um Decreto Legislativo, esse Decreto Legislativo é encaminhado a Genebra, e lá então é depositado, aí que a convenção se torna... Aí se torna obrigatório, uma vez aprovado pelo Legislativo ela se torna obrigatório. Então, existe uma outra, a comissão aí fiscaliza o cumprimento da obrigatoriedade das convenções ratificadas pelo governo mesmo, pelo Estado mesmo.

LO - Doutor Geraldo, eu queria encerrar, tentando retomar a uma questão que nós passamos hoje.

GB - Está.

LO - Pedir talvez para o senhor uma certa compreensão, no sentido de falar aquilo que for possível sobre a ação das seguradoras privadas na questão do acidente de trabalho no Brasil. É, o senhor teve próximo naquele momento que o senhor teve como assessor ...

GB - Não, eu não... Eu em tese eu não tinha nada contra a seguradora, até um certo período, mas o Congresso aprovou uma lei em virtude do qual ficou proibida a instalação de novas seguradoras, aí é que eu acho que eu comecei a achar que a coisa não estava certa. Porque se criou um monopólio em favor de determinadas companhias, compreende? Foi uma lei, na minha opinião, feita de má fé, e sob o pretexto de preparar

o caminho para encampação dos seguros de acidentes de trabalho pelas instituições de Previdência, ela acabou tendo um monopólio para as companhias existentes, que proibiu a criação de qualquer outra empresa de seguro. Aí eu comecei a me bater então pela realização, realmente, do que devia ser feito, que era a encampação pela Previdência Social dos seguros de acidente de trabalho.

LO - A ação é de defesa dos seus interesses era feito pelas seguradoras de forma legal? Pelos seguradores privados?

GB - Não, era na base do *lobby*, base do *lobby*. Houve *lobby* na Câmara, no Congresso, quando foi feita essa lei, eu não me lembro mais o número dela, mas eu tenho isso em casa. E houve *lobby* também quando a Lei Orgânica foi submetida ao Senado, e a ideia era de se pegar a encampação desse grupo, foi rejeitada pela Comissão Nacional, houve votos a favor da encampação mas a maioria foi contrária. Havia um senador que estava... Esse senador é que orientava lá o negócio.

LO - A ação contrária.

GB - É, mas já faleceu, aí é que eu não vou me referir ao nome dele.

LO - Está *ok*. Será que ele distribuía isso?

GB - Não, ele se interessou junto aos colegas, não é? O fato é que eu assisti a essa seção em que foi a votação, a comissão tinha, nesse dia, quórum pequeno até, acho que era sete ou oito. O *score* foi seis a dois, uma coisa assim.

LO - Sete, oito senadores decidiram sobre essa questão?

GB - Sim.

LO - Quer dizer, os outros se omitiram?

GB - Não, eram membros da comissão de...

LO - Da comissão. Ah, está. É da comissão. E foi essa comissão então que decidiu pela rejeição, e não levou a plenário ela?

GB - Exato, é. Quer dizer, não... Isso não foi incluído então no projeto da Lei Orgânica, continuou aquela ideia de programar, começou com uma discussão programática.

LO - Doutor Geraldo então, vamos fazer uma pausa, continuamos outro dia?

GB - Estou às ordens de vocês.

LO - Está *ok*, obrigado.

Fita 6 – Lado A

LO - O senhor lembra, o regulamento da Previdência Social pouco após a entrada em vigor da Lei Orgânica, em cerca de 60 dias foi adquirido um regulamento.

GB - Bom, de acordo com o prazo, que é estabelecido na lei, é.

Data: 02/04/1987

Fita 6 – Lado A (continuação)

LO - Bem, nós estamos, só para começar, nós estamos em 2 de abril de 1987, mais uma vez no escritório do doutor Geraldo Baptista, naquilo que nós acreditamos seja o nosso último encontro para gravar o depoimento, pelo menos nesse sentido, e dessa vez com os pesquisadores Gilberto, e o Nilson Morais, e o Ricardo, que também é companheiro nosso, e o Luiz Octávio aqui. Doutor Geraldo, então sobre o regulamento da Previdência Social, o que o senhor lembra, né?

GB - Conforme eu expliquei, na elaboração da lei eu tive realmente uma intervenção bastante extensa, e, sobretudo quando ela tramitou no Senado Federal. Acho que eu devo ter relatado isso. O relator era o Senador Lima Teixeira, eu colaborei estreitamente com ele no exame de todas as emendas, que foram apresentadas inúmeras emendas. E muitas delas foram rejeitadas, muitas das emendas por mim sugeridas não foram aceitas, de maneira que na redação final da Lei Orgânica, eu não fiquei completamente de acordo com o que ela expediu. Mas de qualquer maneira, eu considerei um passo avançado no sentido da uniformização da nossa Legislação, que até então ainda estava bastante dispersa. Mas a Lei Orgânica, uma vez sancionada ficou sujeita a regulamento. Na elaboração do regulamento eu não tomei parte. Então, o que eu posso dizer a respeito é apenas por ouvir dizer, ou como diziam os nossos avós portugueses, é de oitiva. Só de oitiva.

LO - Mas o senhor tinha opinião frente ao regulamento, não é?

GB - Eu...

LO - Formada?

GB - Não, não, eu achei que o regulamento procurou explicitar com bastante verdade o que estava na Lei Orgânica. A minha, vamos dizer, que a minha... Como é que eu diria? Inconformidade não era propriamente com o regulamento, era com algum espírito da Lei Orgânica, sobretudo aquele em que ela restabeleceu a aposentadoria por tempo de serviço. Já deve ter visto, já devo ter explicado a vocês. O regulamento de acordo com a própria constituição, nada mais faz do que explicitar o que está na lei, ele não pode exorbitar da lei, não pode ir além da lei, não pode inovar, ele pode apenas explicitar o que está na lei. Foi o que fez o regulamento da Lei Orgânica. Que foi, aliás, elaborado por uma comissão do Ministério da Previdência Social, do Trabalho e Previdência Social, que se reuniu em Brasília, já em Brasília.

GH - O senhor se lembra, quem participou dessa...

GB - Eu me lembro, que a única pessoa que eu tenho assim, uma lembrança viva, é o doutor Moacyr Cardoso de Oliveira, que vocês já ouviram. Os outros membros da comissão, eu não me lembro mais, sabe? Foi, aliás, uma comissão até informal, parece nomeado informalmente pelo ministro, não teve nenhuma solenidade de instalação, nada disso, e realmente se apresentou um bom trabalho, porque conseguiu preparar a regulamentação nos 60 dias que a lei havia determinado.

GH - Sobre esse período entre a Lei Orgânica, é 1966, que marca a unificação, quer dizer...

GB - 1960. Lei Orgânica, [19]60.

GB - [19]60 e 1966 é...

GB - [19]66 começaram as reformas da Lei Orgânica.

GB - É, as reformas.

GB - Ela foi sendo reformada aos poucos.

GH - Quais foram as modificações importantes, ou que o senhor tem lembrança nesse período, que é um período também complexo do ponto de vista da radicalização política.

GB - Eu quero dizer o seguinte: Eu deixei a minha intervenção aí nos assuntos de Previdência Social decorreu principalmente do fato de eu ser Procurador da Justiça do Trabalho. Mas eu sempre, como Procurador da Justiça do Trabalho, eu sempre funcionei no setor de Previdência Social. Eu comecei minha vida na Previdência Social, e fui até o fim da minha carreira sempre na Previdência Social, sendo que nos últimos tempos houve uma inflação de procuradores durante o governo de Juscelino, e esses procuradores, aliás, alguns deles até ilustres, mas nenhum deles tinha formação previdenciária. Eu fui encarregado procurador pelo Procurador Geral de então, de fazer uma espécie de revisão do trabalho dele. Eu me lembro que o Procurador Geral até me deu um nome que eu não apreciava muito, mas que ele quase que oficializou, me chamava de “Mestre de Noviços”, porque todo o trabalho desses procuradores novos, alguns até já fizeram carreira, alguns deles já foram até membros do Tribunal do Trabalho, outros foram para o Tribunal Superior de Trabalho, mas naquela época eles eram realmente em matéria de Previdência eram principiantes. Foi assim que eu encerrei a minha carreira na Previdência Social, isso em [19]65, a partir de [19]65 o meu interesse pela Previdência Social decaiu muito, porque eu me dediquei a outra parte da minha carreira, foi advocacia. Como eu estava aposentado eu entrei firmemente... Eu vinha praticando advocacia até então, mas sem prejuízo da minha atividade, porque eu sempre achei principal que a é a de Procurador do Trabalho voltado para os assuntos de Previdência, sempre considerei essa atividade a principal. Mas durante o tempo que eu fui Procurador, também advoguei, e fui adquirindo muita experiência no Direito Imobiliário. De maneira que, uma vez aposentado em [19]65, eu me dediquei inteiramente à advocacia imobiliária. E confesso, que passei a acompanhar assim, um pouco de longe, um pouco distante a evolução da Legislação da Previdência Social. Sei que em [19]66 houve uma alteração já... Eu tenho a impressão que o Ministro até... Já era o Ministro Passarinho, e houve modificações, e depois essas

modificações foram se acelerando à medida que a Previdência Social foi entrando em crise.

NM - Por gentileza, quando nós pegamos esse período, 1960 até 1965, nós podemos observar a história do Brasil um conjunto de lutas sociais bastante intensas: as manifestações operárias, um conjunto de reivindicações sociais que varriam esse país. Naturalmente o Ministério do Trabalho era um lugar muito privilegiado aonde esses choques, essas tensões também apareciam. No caso o senhor, exercendo essa função de “Mestre” ali dentro do Ministério do Trabalho.

GB - Não... Um minuto, não é dentro do Ministério do Trabalho, é dentro da Procuradoria.

NM - Dentro da Procuradoria.

GB - Geral da Justiça do Trabalho. Mas que é um campo completamente diferente do campo do Ministério do Trabalho. A Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho é filiada ao Ministério da Justiça.

NM - Mas como esses choques sociais, essas tensões, essas reivindicações batiam ali dentro? Como repercutia no seu trabalho?

GB - Eu quero dizer o seguinte: a partir de [19]60, a partir da Lei Orgânica, eu deixei de ter qualquer intervenção direta na elaboração da legislação, e na, digamos mais, e na administração da Previdência Social, porque a minha Procuradoria era Ministério Público, e nós funcionávamos até nos recursos que vinham dos institutos, e através dos recursos que nós podíamos manter o nosso contato com a Previdência. Agora, esses problemas gerais é que afetavam o país, realmente não, não repercutiam no Ministério Público, porque na parte de Previdência nós nos limitávamos a examinar os recursos que vinham para o Conselho Superior de Previdência Social, nós dávamos parecer nesse recurso. E à medida que o tempo ia decorrendo, e que a Revolução ia fazendo a sua caminhada de caranguejo, a nossa Procuradoria foi cada vez menos ouvida. Daí a razão pela qual até, em [19]65 eu achei que não havia mais razão. A Revolução é de [19]64, não é isso? Em [19]65 eu achei que não havia mais razão para eu estar colaborando nesses assuntos, achei melhor para todos os efeitos apesar de ser um campo limitado, mas a minha convivência na Procuradoria de Justiça de Trabalho, significava eu ainda participar da vida pública. E eu cheguei à conclusão que, no momento a vida pública não estava nada apetitosa. E mergulhei cada vez mais na advocacia, no meu escritório, sem ter me afastado da vida pública e ficar vida privada. Então, realmente esses assuntos não passaram a não me preocupar, compreende? Eu passei a ser, como todo mundo, um leitor de jornais, um acompanhador dos acontecimentos sociais, e como vocês todos, talvez até mais do que vocês todos, que eu sou muito mais velho do que vocês, eles talvez até tenham nascido depois da Revolução, não, não posso garantir, mas foi um pouquinho antes. Mas eu não, eu que já vinha, desde a República, porque no Brasil há várias Repúblicas Velhas. Existe a República Velha, que a República foi de [18]89 a [19]30, essa é a chamada República Velha, depois veio o Golpe de novembro de [19]37, que criou o Estado Novo. Bom, depois do Estado Novo o Brasil voltou ao Regime Democrático, com a Constituição de [19]46. E assim, vivemos aos trancos e barrancos, mas conseguimos viver... Essa Constituição durou até 1964, quando veio a Revolução de [19]64. A Revolução de [19]64 é que tinha, que depois implantou a hoje, a chamada Velha

República, não é mais a República Velha, é a Velha República que acabou se extinguindo há pouco tempo. E não sabemos agora qual é a idade da que nós estamos vivendo.

NM - Em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social cria-se uma espécie de direção colegiada dentro dos diversos IAPs. Como é que o senhor na Procuradoria observou o funcionamento dessas...

GB - Eu já acho que eu tenho noção de que eu já me referi a esses assuntos. Essa ideia do colegiado, foi ideia puramente minha, foi uma das grandes decepções da minha... A chamada, minha vida pública. Quando eu faço isso é para desligar. A lógica não funciona muito bem, pelo seguinte: porque o problema que havia na Previdência até 1960, era o problema do regime presidencial, e o problema do nepotismo, do filhotismo, do empreguismo que avassalava os institutos. Eu, como muitos brasileiros, achamos que o Jânio Quadros era capaz de consertar isso, verificamos que não, mas ... Então, eu, um belo dia eu pensando eu digo... Pensei o seguinte, dentro desse pensamento lógico: se eu consegui botar três classes interessadas na Previdência Social, no progresso da Previdência Social, no bem-estar da Previdência Social, que são os empregados, os segurados, os empregadores e o próprio Estado que, embora precariamente, mas contribui, é possível que eles, os três conjuguem no sentido de moralizar a Previdência Social. E eu lancei essa ideia, com muita surpresa minha até vingou, e a Lei Orgânica se concretizou na Lei Orgânica. O resultado foi exatamente compor... Eu acabei criando um monstro, de que até hoje eu me penitencio. Então, criei o tri-presidencialismo, em vez de ser um presidente a fazer empreguismo, eram três, eram os seis membros no colegiado, que logo em seguida... Logo que foi criada, logo que foi regulamentada a lei, logo que foram instalados os colegiados, estabeleceu o sistema do rodízio, cada ano era um grupo que dirigia, então, eu chamei isso de tri-presidencialismo, e temos tudo multiplicado por três: empreguismo, corrupção, desmandos, tudo multiplicou por três. Devo me penitenciar por ter sido o autor desse monstro, sabe? Mas que já em boa hora eu repudiei.

GH - Doutor Geraldo, se eu não me engano em [19]63, parece que tem uma lei que estende ao trabalhador rural uma forma de proteção... Foi isso na época, época de João Goulart.

GB - É, isso foi no governo João Goulart, criou-se o chamado Estatuto do Trabalhador Rural, e estabeleceu algumas normas de proteção trabalhista para o trabalhador rural, e também criou um simulacro de Previdência para o trabalhador rural, foi uma previdência incipiente para o trabalhador rural, dando alguns benefícios pequenos, mas não chegaram a dar o mesmo elenco de benefícios que a Previdência, a Lei Orgânica dava aos demais trabalhadores.

GH - Mas chegou a ser implementado na prática?

GB - Chegou, chegou. O estatuto funcionou, esses benefícios também, a Previdência passou a conceder, mas em pequena escala.

GH - Parece que eram os canavieiros de Pernambuco, né? Como é? Serão reivindicações...

GB - Bom...

GH - Iniciais dos...

GB - Os canavieiros sempre tiveram as reivindicações, mas não os empregados, que trabalhavam no canavial, era os donos de canaviais, que foram em cima para o Instituto do Açúcar e do Alcool, esses que eram chamados os canavieiros. Canavieiros eram os fornecedores de cana.

GH - Os trabalhadores da cana.

GB - Eram os fornecedores de cana. Agora, para os fornecedores de cana é que se fez o Estatuto da Lavoura Canavieira, que ainda é do tempo do primeiro Governo de Getúlio Vargas. Mas é preciso distinguir entre fornecedores de cana, e os trabalhadores nos canaviais, para esses não me consta que tenha sido feito quase nada, a não ser quando veio o Estatuto do Trabalhador Rural.

LO - O Estatuto do Trabalhador Rural era igualmente extensivo a todas as categorias? O senhor lembra disso? Ele entrou já para todas as categorias de trabalho rural?

GB - Sim, sim. Havia um pequeno número de trabalhadores rurais, que trabalhava, por exemplo, nas usinas, e que eram considerados industriários, de maneira que esses passaram a gozar dos benefícios de Previdência, pelo fato de serem considerados industriários, quando foi criado o Instituto dos Industriários, mas era uma pequena parte, a massa, a grande massa de trabalhadores nos canaviais, essa massa só foi abrangida depois que se fez o Estatuto.

LO - Eu tinha uma questão um pouco anterior no tempo, é cronologicamente, que era a transformação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em Ministério do Trabalho e Previdência Social. Que isso significou dentro a Procuradoria, dentro da estrutura da Procuradoria, o que levou a essa transformação?

GB - A Procuradoria, a estrutura da Procuradoria se modificou, foi por ocasião da instalação da Justiça do Trabalho. Havia até então, havia uma Procuradoria do Trabalho, e uma Procuradoria da Previdência Social inteiramente distintas. Quando se cuidou da regulamentação da Lei que criou a Justiça do Trabalho, é que se teve a ideia de criar o Ministério Público, dar uma categoria de Ministério Público a essas duas Procuradorias, e foi criado então, o Ministério Público da Justiça do Trabalho, que abrangeu as duas Procuradorias. Agora, as duas Procuradorias se dividiram em dois setores: um setor ligado à Justiça do Trabalho e outro setor ligado à Previdência Social. Nessa parte não houve nenhuma alteração praticamente, vamos dizer, instrumental.

LO - Mas eu estava me referindo especificamente ao ano [19]61, quando, em 1961, quando o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio muda de nome. E isso efetivamente, foi só uma troca de nome? Quer dizer, ele virou Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou isso representou alguma mudança em nível da estrutura interna do Ministério?

GB - Não, é claro, a estrutura administrativa mudou completamente, foram criados alguns órgãos relativo a Previdência, o Departamento Nacional da Previdência Social ficou subordinado a esse Ministério, e toda a parte de Indústria e Comércio foi para o novo

Ministério. Mas não com relação ao Ministério Público do Trabalho, não houve nenhuma alteração.

LO - É, o senhor falou, o senhor havia comentado em um acúmulo de procuradores no período do governo Juscelino Kubitschek. Esses procuradores permaneceram no Ministério do Trabalho e Previdência Social?

GB - Permaneceram. Eles conseguiram mais tarde ser efetivados, e fizeram a sua carreira dentro do Ministério.

GH - Doutor Geraldo, esse período também, de [19]61, [19]62, [19]63 é um período de uma certa instabilidade ministerial. Isso afetava o seu trabalho como Procurador, e a Procuradoria? Tem um período aí inclusive parlamentarista, quer dizer, tem uma rotação de ministros muito grande.

GB - Eu confesso que o nosso trabalho específico não afetou nunca. Nós continuamos a trabalhar dentro das nossas atribuições específicas. O regime parlamentar não chegou até lá, eu não peguei, e foi de duração muito pequena, porque o Brasil realmente não acreditou no regime parlamentar, tanto que, quando veio o plebiscito o regime caiu fragorosamente. Aquele regime parlamentar, o brasileiro não acreditou nele, tanto que se procurou se ver livre dele logo, e veio o plebiscito.

GH - Eu tenho uma pergunta que não foi feita, mas está fora da alçada do seu trabalho um pouco como procurador da área da Previdência...

GB - Olha, eu pensei em interromper. Você deve notar o seguinte: a minha vida na Previdência Social é como a vida de qualquer ser vivo, não é? Vocês passaram pelo ocaso e depois pegar o declínio até que eu saí fora. Nós agora estamos exatamente no fim do declínio.

GH - Apesar disso mesmo no ocaso, a gente tem algumas opiniões, eu gostaria de saber, em relação à questão da assistência médica previdenciária sempre foi um problema, um alvo de debates intermináveis, e até hoje, em 1987, estamos discutindo para onde vai a assistência médica previdenciária.

GB - Bom, a minha referência é a seguinte: a assistência médica funcionou, digamos satisfatoriamente, enquanto não foi feita a unificação da Previdência Social, até a unificação ela funcionou porque se uma Caixa tinha um serviço médico com uma organização deficiente, outras Caixas tinham serviços médicos muito bons, a mesma coisa acontecendo com os institutos, o Instituto dos Bancários tinha um ótimo serviço médico, a ponto de quando ele conseguiu fazer o Hospital, até ter hoje um Hospital modelo, o Hospital dos Bancários, chamado Hospital dos Bancários era o Hospital que foi edificado pela Sul América, montado com as mais avançadas técnicas do sistema hospitalar, e que depois foi comprado pelo Instituto, e passou a ser o Hospital dos Bancários. Hoje infelizmente não é mais Hospital dos Bancários, porque hoje nenhuma classe tem o seu hospital, hoje é tudo do INAMPS. Agora, à medida que se foi fazendo modificação, em que eu sempre alertei para o perigo do gigantismo, o Brasil é um país que tem uma administração ainda bastante incipiente, a nossa administração peca pela falta de eficiência, o empreguismo que prevalece faz com que essa ineficiência ainda seja maior, de maneira que todo e qualquer organismo muito grande sofre as consequências

do seu próprio gigantismo. Foi o que aconteceu com a unificação. Eu sempre fui contra, você se lembra, que eu fui até um dos organizadores da unificação das Caixas, que aí é diferente. Eram miríades de organismos que estavam, foram se reunir para fazer um organismo mais forte. Mas depois que esses organismos ficaram mais fortes quiseram juntá-los novamente, e aí deu o problema do gigantismo. O INAMPS... O INPS inicialmente abrangia o próprio INPS, o atual INAMPS, e o atual IAPAS. Eu achei que absolutamente aquilo era inviável do ponto de vista administrativo, porque o Brasil ainda não tinha tecnologia administrativa bastante para administrar um organismo daquele tamanho. Eu até me lembro que eu cunhei uma frase, quando dei parecer contrário, eu cunhei uma frase, dizendo que o INPS era um organismo pretensioso apequenado pelo próprio gigantismo. E era verdade. Tanto que o governo, mais tarde, chegou à conclusão que o INPS sozinho não dava conta do recado, como nunca deu, e o dividiu em três, mas desses três continua o organismo problemático que é o INAMPS da Assistência Médica Hospitalar. A Assistência Médica Hospitalar, no tempo em que era dividida pelas Caixas, os institutos, eram organismos menores que tinham mais facilidade de serem administrados, e muitos deles prestavam bons benefícios, o dos Bancários era primoroso, tinha essa fama mesmo de ser primoroso; o do IAPI nunca teve assistência hospitalar justamente por isso, porque sabia, conhecia as dificuldades de implantar no meio industrial um organismo, eficiente, que lá o IAPI sempre teve a preocupação da eficiência, e sabia que era difícil montar um organismo eficiente no meio dos industriários, que era a classe mais numerosa, entre operariado brasileiro, o trabalhador brasileiro. Mas o caso do INAMPS vem sempre se agravando, porque cada vez mais grave, por causa do tamanho do... Nós sabemos que o problema do INAMPS cada dia se multiplica de todo jeito. Os jornais... Eu sou do tempo em que os jornais não sabiam nem o que era Previdência Social, era um assunto que os jornais não se preocupavam. Eu uma ocasião tive uma audiência no Ministério da Fazenda, foi quando se estava cuidando de regularizar o problema da cota de Previdência, que o governo estava devendo muito, eu me lembro, que o Ministro da Fazenda, que era o Souza Costa, não sabia nem bem o que era Previdência, foi preciso explicar a ele o que era Previdência, porque não tinha... Porque aquilo ainda não preocupava a alta administração do país, era um negócio que funcionava por si mesmo. Hoje em dia nós sabemos que o INAMPS está diariamente nas páginas dos jornais. E eu realmente como já agora não mais como técnico, mas como espectador, eu acho um pouco difícil uma solução para o INAMPS, pelo fato do seu próprio gigantismo.

GH - O senhor falou em parecer, o senhor deu algum parecer contrário a unificação, esse...

GB - Dei. Dei. Que eu fazia parte, conforme eu expliquei já aqui, da Comissão Permanente de Direito Social. Os assuntos de maior envergadura do Ministério do Trabalho e Previdência Social eram remetidos a essa comissão, que era uma comissão eclética, eu já expliquei até a composição dela. O Ministro do Trabalho de então, que era o Nascimento e Silva pediu a opinião da comissão permanente sobre o projeto de unificação, o projeto de criação do INPS. E eu não fui relator, mas fui voto vencido, e o meu voto está no arquivo da comissão. Eu demonstrei que eu achava... Estava inteiramente cético quanto à possibilidade de se fazer um instituto daquele tamanho.

GH - Mas o senhor tinha em mente alguma alternativa à unificação, já que aquela estrutura também era considerada falida?

GB - Eu sempre... A minha teoria foi sempre a seguinte: fazer aperfeiçoamentos setoriais, ir se aperfeiçoando setor por setor, até chegar um dia em que os diversos setores ficassem amadurecidos para fazer a fusão. Embora eu nunca tivesse achado que fusão fosse remédio para qualquer coisa. Como não foi, veja o caso aqui do Rio de Janeiro. A fusão remediou alguma coisa no Rio de Janeiro? Deixou de ser o segundo... A Guanabara deixou de ser o segundo estado do país, para hoje estar em quarto ou quinto lugar, não? A nossa Guanabara tinha tudo para ser o segundo estado do país. Hoje, fundida ao Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, que engloba a Guanabara está em terceiro ou quarto lugar, além de Minas Gerais, Minas Gerais passou na frente, até acho que o Rio Grande do Sul passou na frente. De maneira que eu nunca vi essa ideia da fusão, uma ideia que eu via sempre como uma ideia do futuro, sempre e batalhando, como eu batalhei sempre, pelo fato de tendo aperfeiçoamentos setoriais no sentido de melhorar cada vez as diversas máquinas, e não criar uma máquina só, como se fez afinal.

GH - Agora, com isso o senhor não teve algum conflito como os seus ex-colegas do IAPI, que na verdade eram os defensores, os implementadores desse processo de unificação?

GB - Não. Não, eu não me lembro, eu até sempre me dei muito bem com aqueles elementos do IAPI, e até digo mais, não acredito que eles todos fossem a favor da unificação não. Pelo menos alguns que eu conhecia não eram a favor da unificação, até mesmo por uma questão de, quase de bairrismo, porque eles tinham um instituto bem organizado, que funcionava bem organizado, e sabiam que os outros institutos deixavam muito a desejar, porque não se organizaram conforme o IAPI. A culpa não era do Instituto em si, a culpa foi da maneira pela qual eles foram organizados. O IAPI teve essa felicidade de se pré-organizar para depois funcionar. Mas de qualquer maneira alguns que eu conheci não eram a favor. Agora, quando veio a unificação, em que o pessoal do IAPI se verificou dentro daquilo, muitos deles realmente, eles se dedicaram à obra de procurar melhorar o problema da unificação. Um deles, até de quem vocês vão... Torres de Oliveira foi o primeiro presidente. Graças a ele é que a unificação não foi o desastre que podia ter sido, não foi um desastre total, não foi uma catástrofe, graças a Torres de Oliveira. Não sei se vocês chegaram a ouvi-lo. Chegaram?

LO - É, não.

GB - É Francisco Luiz Torres de Oliveira, um homem que merecia ser ouvido, sabe?

GH - Por que todo... Grande parte do grupo de técnicos e dirigentes do IAPI acabou comandando a Previdência Social no pós [19]64?

GB - Mas não pelo fato de terem sido a favor da fusão.

GH - Não.

GB - Ele estava com a ideia de salvar a fusão, procurar salvaguardar a fusão, na minha opinião foi isso.

LO - O senhor falou que foi voto vencido dentro do conselho...

GB - Na Comissão Permanente.

LO - Comissão Permanente de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

GB - Exato.

LO - É, essa comissão ela julgou... Ela chegou a julgar o caso da unificação, quer dizer, ela era instância decisiva?

GB - Não, não. Era apenas... Dava parecer, opinava, é um órgão consultivo só. Sempre um órgão consultivo. Ela opinava, e os seus pareceres eram encaminhados ao Ministro do Trabalho, podia aceitar ou não aceitar. No caso até nosso ele não precisou discordar, porque a maioria da comissão foi a favor da fusão. Por uma questão puramente teórica. No Brasil aquela velha história de não... Como é que diz? Na prática a teoria é outra, é uma verdade puramente brasileira. Agora, o brasileiro é pouco... Não sei se você nota isso, o brasileiro é muito pouco objetivo, o brasileiro tem um temperamento muito subjetivo, às vezes vale muito mais pelas pessoas altamente subjetivas, do que pelas pessoas práticas, pragmáticas. Foi o que aconteceu no seio da comissão. A ideia, realmente a ideia teórica da fusão é uma maravilha: vamos acabar com esses organismos esparsos, todo mundo vai ter o mesmo direito, a organização vai ser mais econômica, como aconteceu exatamente o contrário. Se você somar a despesa de pessoal dos seis, cinco institutos, que havia naquela ocasião, e somasse a despesa de pessoal do INPS, digamos, cinco anos depois, ia verificar que a coisa não tinha sido absolutamente assim. Assim que eu justifico o voto da maioria da CPDS, chamava-se CPDS. Mas o meu voto ficou lá, está lá, não sei que fim levou aqueles, porque o Ministro Barata, ninguém sabe por que, resolveu extingui-lo, sem a menor justificativa, ela foi extinta, é uma comissão que tinha ... fazia um intercâmbio até já muito... íntimo com a OIT, com a ... sobretudo com a Repartição Internacional do Trabalho*, e o Ministro Júlio Barata um belo dia, num simples decreto acabou com a comissão, sem eu nunca ter sabido por que motivo.

GH - É, mas depois como é que esses recursos eram encaminhados? Eles deixaram de ser encaminhados, já que não existia mais a comissão?

GB - O Ministro do Trabalho passou a ouvir, o Ministro Júlio Barata passou a ouvir outrem, que não a comissão.

LO - A comissão...

GB - Passou a ter outros conselheiros.

LO - A Comissão Permanente de Direito Social é que estava indicando as pessoas que deveriam comparecer à conferência da OIT?

GB - Não.

LO - Não.

GB - Como a comissão é que estudava todo o temário das reuniões da OIT, evidentemente é que conhecia bem os temários, ficou estabelecido uma praxe de todo ano pelo menos

* Provavelmente está se referindo à Organização Internacional do Trabalho.

dois membros da comissão acompanhavam a delegação brasileira. A delegação brasileira variava muito, ora era grande, ora era menor, tinha observadores parlamentares, tinha gente indicada pelo ministro, agora, adotou-se como critério, inclusive na minha opinião para aguentar a mão lá em Genebra iam sempre dois elementos. E foi assim, nessa qualidade que eu frequentei algumas das reuniões, e as conferências internacionais de trabalho. Devo dizer a você que sempre tive muito trabalho lá, por isso, porque realmente da semelhança que partiu o trabalho, digamos, vamos dizer, técnico sobre o temário da conferência.

GH - O senhor se lembra de algumas outras pessoas que participavam dessa comissão?

LO - Permanente de Direito Social.

GH - Nesse período mais recente?

GB - Agora chegou ao momento de recorrer a um negócio que anda muito periclitante, é a minha memória. Vocês estão falando em memória, a minha anda periclitante. Mas vamos dizer o seguinte: Houve muito, digamos, excluindo a minha pessoa, eu devo dizer que a nata do Ministério Público e a nata do Ministério do Trabalho passou pela comissão, sabe? Excluindo a minha pessoa, evidentemente. Tinha Luiz Augusto Rego Monteiro...

Fita 6 - Lado B

GB - Que você não conhece, Nélio Reis, já ouviu falar em Nélio Reis? Foi um grande advogado trabalhista; Arnaldo Sussekind, já ouviu falar em Arnaldo Sussekind? É um publicista de trabalho, foi Ministro de Trabalho; Moacyr Cardoso de Oliveira; Alfredo da Rocha Leão, Alfredo da Rocha Leão era Procurador do IAPTEC, um elemento muito competente, prestou grandes serviços à comissão; José Luciano Nóbrega Filho, era um técnico do IAPI também muito competente. Deixa... Eu estou...

LO - Uma pausa, pausa.

GB - Foi Homero Sena que foi procurador do antigo IAPI.

LO - Frente a essa questão da unificação, como é que se dividia essa comissão, quer dizer, como é que ela se dividiu? Quem estava contra a unificação, e quem era a favor?

GB - Confesso que não me lembro, sabe? Confesso que não me lembro.

LO - O senhor estava sozinho?

GH - O voto vencido foi o único? Ou não, tinha...

GB - Não, eu acredito que uns dois, a comissão no fim já era bem numerosa, deve ter bem uns 15 elementos. Acredito que uns três ou quatro colegas me acompanharam, mas isso eu não me lembro mais não, sinceramente.

LO - É, a Comissão Permanente de Direito Social chegou a discutir a questão da extin...

GB - Estava perguntando?

LO - Ok. É, eu estava perguntando se a Comissão Permanente de Direito Social chegou a discutir a questão da extinção do SAPS, que passou a ser levantada a partir de [19]61?

GB - Não. Isso posso afirmar, consultando a minha memória, embora fraca posso dizer que não. O SAPS foi um problema gravíssimo, o Ministério do Trabalho sempre teve, e acabou se extinguindo acho que quase por si mesmo, nós não acompanhamos nunca isso.

LO - Quais eram as principais questões que estavam sendo discutidas em termos de Previdência Social pela Comissão Permanente de Direito Social na década de [19]60?

GB - É a Comissão Permanente de Direito Social realmente, ela só opinava sobre Previdência, quando era chamada para opinar sobre um ou outro projeto, e quando examinava os temários da Conferência Internacional do Trabalho, que quase todo ano sempre tinha uma das questões da ordem do dia sobre Previdência. Nessas condições é que a comissão opinava sobre Previdência.

LO - Questões sobre privatização da previdência chegaram a ocupar discussões da comissão?

GB - Privatização da Previdência eu acho que nunca houve. Do acidente, do seguro de acidente de trabalho sim, da Previdência nunca ninguém discutiu isso no Brasil não, que eu saiba só no Chile, é ...

LO - Privatização...

GB - Só no Chile, aqui no Brasil nunca discutiu. Agora ao contrário, a socialização do seguro de trabalho, a estatização do seguro de trabalho, isso foi discutido na comissão, a comissão deu parecer favorável.

LO - Parece que em [19]61 o Jânio Quadros inclusive entrou com um projeto junto ao Parlamento de estatização do seguro de acidente de trabalho.

GB - É.

LO - O senhor se envolveu? O senhor falou que votou no Jânio Quadros, e tudo. O senhor estava... O senhor se envolveu de alguma forma?

GB - Não, a parte na campanha do Jânio Quadros houve um... Cuidei mais do problema do empreguismo na Previdência Social, sabe? Mas foi o setor que me coube, muita gente colaborou, não sei se você sabe disso. Formou-se aqui no Rio uma grande comissão que preparava material para o discurso dele. Mas a mim tocou toda a parte administrativa do instituto, que nessa época o Serviço Nacional do Trabalho só era executado pelo IAPTEC, e pelo Instituto dos Marítimos.

LO - O seguro de acidente de trabalho era só o IAPTEC e os Marítimos?

GB - É. Um pioneiro em seguro de acidente de trabalho foi o Instituto dos Marítimos, foi o primeiro e depois o IAPTEC. Agora, a estatização veio já durante o governo da ditadura graças aos esforços do Ministro Passarinho, que foi uma luta de foice para conseguir.

LO - Em [19]62 ainda, é adotado o regime de não haver mais limite mínimo para aposentadoria, não é?

GB - De idade.

LO - Limite mínimo de idade para aposentadoria, exato. O senhor participou em algum momento, ou se manifestou contra? Parece que a posição do senhor era contra esse tipo de...

GB - Exatamente, quando nós apresentamos o relatório sobre o projeto da Lei Orgânica, eu defendi no nosso relatório a abolição da aposentadoria por tempo de serviço, e sugeri conforme... Aliás, acho que eu já lhe expliquei isso, sugeri no lugar da aposentadoria por tempo de serviço a aposentadoria especial, que é a aposentadoria que devia ser concedida aos segurados que trabalhassem em serviços penosos ou insalubres, esses sim, esses mereciam ter uma idade limite, porque eram profissões desgastantes. Mas nós argumentávamos o seguinte: se o foguista da Central do Brasil, na famosa Central do Brasil da época, que era a grande estrada de ferro, se a chamada Central, se um foguista daqui da Central realmente merece ter um limite de idade, porque é uma profissão desgastante, a mesma coisa não se aplica ao empregado do escritório da Central do Brasil, porque ele trabalha como qualquer outro funcionário de carteira, como se diz. Então, a ideia seria, ao foguista, ao maquinista dar a aposentadoria com um limite de idade, chamada aposentadoria especial, e aos outros a aposentadoria comum, pelo número de contribuição, por velhice, por invalidez. Isso foi ideia defendida no nosso relatório, está lá até hoje, esse relatório está impresso, é só consultar.

LO - Em [19]62 como procurador ainda e membro da Comissão Permanente de Direito Social o senhor teve a oportunidade de se manifestar contra a adoção da legislação, que...

GB - Não, não me lembro desse assunto ter sido levado à comissão não, sabe? Não me lembro.

LO - Parece que houve uma grande festa, e depois no dia da Previdência Social, dia 24 de janeiro foi então apresentado. E uma outra questão que foi, aliás, eu estou enganado.

GB - Ah!

LO - Isso é a Lei 4.160 de 28.08.1962, é a Lei que dispensa o limite mínimo de idade para aposentadoria por tempo de serviço. Mas é com referência a um outro tema então, que nós deixamos passar, é que eu acho que talvez o senhor tenha alguma coisa a falar, é sobre a dívida da União. O senhor falou aí há pouco que o senhor estava negociando a questão da dívida da União durante o período do governo Juscelino Kubitschek. Isso se estende, essa comissão...

GB - Não, não foi no Governo Juscelino Kubitschek não, foi antes.

LO - Foi antes?

GB - Foi antes.

LO - Mas o governo do Kubitschek...

GB - Foi no governo Getúlio Vargas ainda, com o Ministro da Fazenda César Costa.

LO - Está. Desculpe. Agora, no governo Kubitschek e no governo Jânio Quadros se procura uma consolidação dessa dívida. Em algum momento o procurador teve de dar algum parecer... O procurador geral teve de dar algum parecer sobre...

GB - Não, não, não me lembro não.

LO - A questão da dívida da União voltou?

GB - Não me lembro. Que o primeiro pagamento que houve da dívida em atraso foi quando... Eu já contei aqui, o governo Federal ele emitiu uma única apólice no valor da dívida, que naquela época digamos, seria de cinco milhões de contos, talvez, contos de réis, acho que não havia cruzeiro ainda, emitiu uma única apólice a fim de que a previdência social pudesse fluir os juros dessa apólice. Nessa época a apólice rendia 5% ao ano só, mais nada. Foi...

LO - Isso que o senhor está falando é no Governo Getúlio?

GB - Governo Getúlio ainda.

LO - O Governo Juscelino adotou uma solução muito parecida, de também juntar a dívida toda numa apólice com juros de tantos por cento para ser pago em determinado período.

GB - Foi uma repetição do primeiro caso. Mas a União não tem pago sempre assim. A única parte da contribuição da União que era recolhida no Instituto era a chamada cota de previdência, não é? Era aquela que é descontada pelas empresas, essa era recolhida; mas a parte da União, que a União é obrigada a completar, essa foi sempre recolhida dessa maneira, e sempre...

LO - Nilson. Por que o senhor se aposentou? Por tempo de serviço ou por descontentamento?

GB - Digamos que as duas coisas, eu tinha tempo de serviço bastante, eu entrei garoto para Previdência, tinha 21 anos, de maneira que em [19]65 eu já tinha bastante tempo para me aposentar. Confesso a você que não estava me dando bem com aquele clima que na época lá na administração pública. E ainda tinha um sonho de consagrar um pouco da minha vida útil à advocacia, viu? Porque eu sempre fui advogado, comecei a minha vida como advogado, advoguei pouco tempo, depois fui para o Ministério do Trabalho, mas não fechei o escritório, sempre tive escritório, mas evidentemente como eu me entusiasmei pela Previdência, e dei muito de mim para a Previdência, isso prejudicava um pouco digamos, o desenvolvimento no meu escritório, a expansão dele. De maneira que em [19]65 como eu não estava muito satisfeito com o ambiente, não o da procuradoria, esse foi sempre bom, mas o ambiente geral do país, eu me lembrei de aproveitar o meu tempo de serviço, me aposentar, para poder me consagrar na advocacia, e foi o que aconteceu.

NM - Doutor Geraldo, falando em clima, falando de ambiente, como é que o clima, o ambiente, qual era o clima, o ambiente a partir do Golpe de 1964 dentro da Previdência Social?

GB - Isso é difícil de dizer. Dentro da Previdência Social é um campo muito vasto, eu vou dizer qualquer coisa? Eu não, não me animo a dizer isso não. Dentro da Previdência Social eu não sei.

GH - Mas houve, em relação à Procuradoria, houve aposentadorias, cassações, num grupo que estava perto...

GB - Cassações na minha aposentadoria, eu acredito que talvez tenha havido umas duas ou três, um dos que foram cassados, se não me falha a memória, foi o João Pinheiro Filho, chegou a ser mesmo Ministro do Trabalho no governo, acho que no governo parlamentarista, e esse depois foi presidente do SUPRA. O INCRA já teve vários nomes, o Instituto da Reforma Agrária, Superintendência da Reforma Agrária, e por como tal era, até esqueci isso, na Reforma Agrária o ambiente fica... E ele eu me lembro, tenho a impressão que ele foi aposentado, ou qualquer coisa, e ele voltou com a anistia, eu tenho essa impressão. Mas, realmente o nosso ambiente lá é o nosso Ministério, porque é um Ministério Público de atuação um tanto ou quanto limitada, porque era a parte de trabalho, a parte de Previdência Social, a parte de trabalho era mais nas relações individuais de trabalho, com o surto da Revolução os dissídios coletivos com as greves acabaram praticamente, não é? Os dissídios coletivos se repetiam todo ano dentro da normalidade para ser só Justiça do Trabalho. De maneira que o nosso lá, o nosso ambiente era um pouco, não era tão sujeito à influência da Revolução. Inclusive a Revolução se agravou foi depois do governo Castelo, não é isso? Até o governo Castelo eu ainda podia aceitar, embora eu tenha me aposentado durante o governo Castelo, mas pouco antes até, e o Castelo foi até [19]67, eu me aposentei em [19]65. Mas eu me lembro, que o meu sonho também era esse. Eu já tinha perdido um pouco de entusiasmo, tendo em vista a situação do país. Eu sempre fui legalista. Eu sempre fui constitucionalista, sempre fui a favor da Constituição, aí eu já tinha visto a Constituição ser esmagada mais de uma vez. E aí, daquela vez o esmagamento foi grande! Tinha pela frente ainda, eu tinha naquela época, em [19]65, eu tinha, nasci em [19]08, portanto eu tinha [19]50.

GH - Sete.

GB - Tinha 57 anos de idade, quer dizer, ainda tinha bastante tempo de vida útil pela frente, não esperava ter vivido até hoje não, mas não contava. Então, gostei de... Resolvi me dedicar à advocacia, e na advocacia realmente eu fiz uma... Tive bastante sucesso, me integrei de novo na comunidade dos advogados, sempre fui membro do Conselho Federal da Ordem, fui membro do Conselho Excepcional da Ordem, quer dizer, eu sempre gostei de me empregar nessas coisas, e tive bastante sucesso, sabe?

LO - Mas o senhor voltou à administração pública, porque o senhor veio a ser Secretário do Estado do Rio de Janeiro no Governo da Fusão?

GB - Isso vocês já sabem, isso foi uma experiência, porque realmente uma coisa que aconteceu comigo, eu vivi toda a minha vida no âmbito federal, e inteiramente alheio ao âmbito estadual e municipal. Eu me lembro, toda a vez que eu tinha qualquer problema de âmbito estadual ou municipal eu chamava um despachante, não me interessava pela

legislação, não conhecia a legislação. Quando eu fui convidado não para Secretário de Justiça, quando eu fui convidado para assessor do governador do Estado eu achei que era uma ideia interessante de poder conhecer um pouco do Estado, e realmente para mim foi uma surpresa, porque eu entrei em contato com toda a legislação estadual, que era grande, e a legislação municipal também. Agora, eu não sei se eu contei, depois as coisas aconteceram sempre e eu acabei Secretário de Justiça. Foi uma experiência só, foi a título de experiência.

LO - O senhor falou as pessoas, o senhor poderia falar um pouco mais, explicar um pouco melhor?

GB - Pelo seguinte, porque a minha vinculação à administração estadual provém da minha amizade com Maciel Dias Pequeno. Maciel Dias Pequeno foi meu companheiro no antigo Ministério do Trabalho, nós éramos amigos, quando o Governador Chagas Freitas foi eleito, ele convidou o Maciel Pequeno para secretário, para Chefe da Casa Civil. E o Maciel, um dia me telefona: “Geraldo, como é? Me acenou com ... Você quer vir aqui trabalhar conosco? Você como Assessor ... é...” Eu digo: “Com a condição, posso dar meio tempo só?” “Pode sim, você vem todo dia às nove horas, sai para hora do almoço.” Eu trabalhei lá na base de meio tempo, porque eu chegava às nove horas, trabalhava até meio-dia, saía para o almoço, e do almoço eu vinha então para minha advocacia. E assim fui levando. Um belo dia vagou-se o cargo de Primeiro subchefe. Bom, devo dizer o seguinte, que conheci o Governador Chagas Freitas apresentado pelo Maciel Pequeno, não conhecia pessoalmente. Fui chamado lá, e perguntou se eu não aceitaria. Eu digo: “Bom, eu acho que um Primeiro Subchefe precisa dar tempo integral”. “Não, não. Você leva assim mesmo, você dá conta, você está dando conta”. Não há nada como 30 anos de administração, a gente fica com um pouquinho de *know how*. “Bom, se é assim, eu continuo.” Até que um dia houve um incidente lá entre o Governador e o então Secretário de Justiça. Eu estava nesse escritório aqui, tranquilamente, era seis e meia da tarde, ia encerrar o meu expediente, quando toca o telefone, era o Maciel: “Geraldo, o Governador queria que você passasse aqui imediatamente”. Eu já estava a par de que havia um desavisado entre o Secretário de Justiça de então, e o Governador, questões lá entre eles. Peguei o meu carro, e me mandei para o Palácio Guanabara. Durante a viagem eu pensei: Será que pode acontecer algo comigo. Porque eu não estava justamente disposto a ser Secretário, porque inclusive eu tinha que deixar a advocacia tinha que deixar de ser advogado, uma porção de amolações. E sabia que ia prejudicar um pouco o escritório. Essa ideia passou pela cabeça. Quando cheguei lá era isso, o governador me transmitiu o pedido, e eu ainda quis dar um golpe nele, eu sabia, por ouvir dizer, que havia muita corrupção no Departamento de Fiscalização. A Secretaria de Justiça na época era uma Secretaria de Justiça estadual e municipal também, não é? Porque a Guanabara era uma cidade-estado, de maneira que muitos assuntos que hoje são da órbita municipal nessa época eram da órbita estadual ou da órbita do estado da Guanabara, e da Secretaria. Um deles é a fiscalização, que sempre foi um verdadeiro cancro. E eu sabia que um dos elementos importantes nessa corrupção era o diretor do Departamento. Eu digo: Vou dar um golpe no Governador. Eu digo: “Governador, eu sabia que ele também era amigo do Governador. Governador, infelizmente eu acho que eu vou lhe criar caso, viu? Porque não, porque eu não posso ficar como seu Diretor do Departamento de Fiscalização, eu vou ter que mudar... O Governador parou um pouco assim, e eu até pensei: ganhei a partida. Aí ele respondeu: “Você tem carta branca.” E eu desmontei. Me vi Secretário de Justiça nesse dia. Realmente mudei o diretor do Departamento, e realmente consegui melhorar bastante a fiscalização.

LO - Tem alguma questão?

GH - O senhor em relação... Afastado da Previdência, o senhor continuou acompanhando, teve interesses em termos de leitura, ou ficou apenas como mero espectador?

GB - Podemos dizer o seguinte: eu não tive mais tempo para acompanhar, sabe? Porque a advocacia é intensa, depois eu me dediquei muito à Ordem dos Advogados também, quando fui membro do Conselho Federal Excepcional, e depois me dediquei também ao Estado, mas aí é que eu não tive tempo para acompanhar não. Hoje eu estou acompanhando mais pela *Revista de Direito Previdenciário*. Aliás, a Previdência Social tinha uma organização muito boa de publicidade, não sei se vocês sabem. Havia o boletim da Divisão Jurídica, que foi criado por mim, quando fui procurador do IAPI e um boletim esse que compendia as decisões da Justiça, que interessava à Previdência, tanto federal como da Justiça Estadual, as decisões administrativas da administração federal, estadual com a Previdência; e as decisões do próprio IAPI, porque elas serviam de orientação para as delegacias todas, porque o instituto tinha uma delegacia em cada estado. Foi criado então o Boletim da Divisão Jurídica. Mais tarde criou-se uma revista chamada *Industriários*, que era uma revista também muito técnica, muito boa, que acabou até encampando o Boletim. Então, a Revista *Industriários* tinha a parte, vamos dizer, editorial e depois vinha o Boletim inserto nela. Depois quando foi criado o INPS, o INPS criou a sua revista. O Conselho Superior tinha uma revista também, publicava as decisões do Conselho Superior... Tudo isso acabou na gestão do Ministro Júlio Barata, silêncio completo sobre Previdência, inclusive o *Diário Oficial* publicava essas decisões mais importantes, publicava, deixou de publicar. No Governo Barata fez-se o maior silêncio para Previdência Social, ficou difícil acompanhar de fora.

LO - A que o senhor atribui esse silêncio provocado pelo governo do Ministro Júlio Barata?

GB - A ele mesmo.

GH - Talvez para terminar sempre uma pergunta meio apocalíptica. Mas qual sua, enfim, a sua opinião, quer dizer, o senhor tem alguma previsão sobre, quer dizer, o encaminhamento futuro da Previdência Social, o senhor tem alguma ideia sobre isso. Agora, como expectador e...

GB - Eu vou responder...

GH - E como ter vivenciado...

GB - Vou responder essa pergunta com outra pergunta. Se você me disser nesse momento o que você espera do nosso país até o dia 31 de dezembro deste ano, eu te responderei. Você pode dizer o que você espera? Está difícil, não está?

GH - O entrevistado é o senhor.

GB - Mas eu quero fazer uma pergunta. Eu acho muito difícil se dizer qualquer coisa, sabe? Muito difícil! Estamos atravessando uma fase muito difícil, e que qualquer prognóstico não é arriscado não, é imprudente.

GH - Então, a gente agradece ao doutor Geraldo Baptista...

GB - Olha, eu fico grato a vocês, vocês sabem por vários motivos: primeiro porque me lembrei de muita coisa da minha vida, que eu até já havia esquecido, vocês conseguiram reavivar a minha memória, e ir lá no fundo dela, e tirar muita coisa que já estava lá no fundo, isso foi a primeira alegria que eu tive; a segunda alegria, satisfação assim, foi de conhecer vocês, gente moça, eu sempre gostei muito de trabalhar com gente moça, procurei muito conhecer gente moça, sobre tudo a gente moça merece, como eu sei que vocês merecem. O nosso amigo aqui, cujo nome eu vou... Como é o seu nome?

LO - Luiz Octávio.

GB - Luiz Octávio.

GH - Gilberto.

GB - Gilberto. O professor que eu conheci hoje o...

NM - Nilson Moraes.

GB - Com quem simpatizei muito, e o nosso futuro o nosso futuro amigo que é o... chama-se?

RA - Ricardo.

GB - Ricardo. A todos eu agradeço muito a atenção que me deram, o tempo que perderam comigo. Muito obrigado!

GH - Obrigado ao senhor.

LO - Obrigado.